



# GUIA DO INVESTIDOR DA DIÁSPORA

MINISTÉRIO DAS  
COMUNIDADES

GOVERNO DE  
**CABO  
VERDE**  
A TRABALHAR PARA TODOS.

**PROEMPRESA**  
INSTITUTO DE APOIO E PROMOÇÃO EMPRESARIAL

**CABO VERDE**  
TRADEINVEST

**OIM**  
ONU MIGRAÇÃO

FUNDO DE  
DESENVOLVIMENTO  
DA OIM

As opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem necessariamente as opiniões da Organização Internacional para as Migrações (OIM). As designações utilizadas e a apresentação de material ao longo do relatório não implicam a expressão de qualquer parecer por parte da OIM relativa ao estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou zona, ou das suas autoridades, nem relativas às suas fronteiras ou limites.

A OIM está empenhada no princípio de que a migração humana e ordenada beneficia os migrantes e a sociedade. Enquanto organização intergovernamental, a OIM atua com os seus parceiros na comunidade internacional para: ajudar a enfrentar os desafios operacionais da migração; avançar na compreensão das questões migratórias; incentivar o desenvolvimento social e económico através da migração; e defender a dignidade humana e o bem-estar dos migrantes.

Esta publicação é uma iniciativa do Ministério das Comunidades e foi desenvolvida pela OIM com financiamento do Fundo de Desenvolvimento da OIM no âmbito do projeto “Apoio à Implementação de um Programa de Empreendedorismo para a Diáspora em Cabo Verde”. As opiniões, descobertas e conclusões aqui declaradas são de responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente as do Fundo de Desenvolvimento da OIM.

Publicado por: OIM Cabo Verde  
 Casa das Nações Unidas  
 Av. OUA, Achada de Santo António  
 P.O. Box 104-A, Cidade da Praia  
 Rep. de Cabo Verde  
 Tel.: +238 260 96 93  
 Fax: +238 262 10 96  
 E-mail: iomcapeverde@iom.int  
 Internet: www.iom.int

Propriedade: Governo de Cabo Verde - Ministério das Comunidades

Redação: INOVE - Consultores Empresariais

Revisão técnica: INOVE - Consultores Empresariais

Design e paginação: INOVE - Consultores Empresariais

Foto da capa: Pontão de Santa Maria, ilha do Sal. © OIM 2023/David GOMES

Foto da página 7: Linha de produção da Frescomar. © OIM 2019/César COSTA

Foto da página 9: Navios transportando cargas. © OIM 2019/Tom FISK

Foto da página 15: Somada de Mancebo, ilha de São Nicolau. © OIM 2023/Elzo RODRIGUES

Foto da página 21: Praia do Tarrafal, ilha de Santiago. © OIM 2019/sam74100

Foto da página 27: Vista aérea de tanques de aquacultura. © OIM 2022/Tolga ASLANTÜRK

Foto da página 34: Parque eólico de Santiago. © OIM 2021/David GOMES

Foto da página 39: Linha de produção da empresa Gustinh, ilha de Santiago. © OIM 2023/Carbon

Foto da página 47: Ponta do Sol, ilha de Santo Antão. © OIM 2023/FAO

Foto da página 51: Produção de alface da empresa Milot Hydroponics, ilha do Sal. © OIM 2021/Emílio LOBO

Foto da página 63: Marina do Mindelo, ilha de São Vicente. © OIM 2012/Alex LANG

Foto da página 71: Cova, ilha de Santo Antão. © OIM 2022/Elzo RODRIGUES

Foto da página 77: Corda, ilha de Santo Antão. © OIM 2021/Adelino FORTES

Foto da página 89: Principal, ilha de Santiago. © OIM 2022/Marco SILVA

Foto da página 91: Parque natural, ilha do Fogo. © OIM 2022/Jaime RODRIGUES

Citação: International Organization for Migration (IOM), 2024. Guia do Investidor da Diáspora. IOM, Cabo Verde

© 2024 Organização Internacional para as Migrações (OIM)



Alguns direitos reservados. Este trabalho é disponibilizado ao abrigo da licença Attribution-NonCommercial-NoDerivs 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0 LEGAL CODE).

Esta publicação não deve ser utilizada, publicada ou redistribuída para fins essencialmente destinados ou dirigidos a vantagens comerciais ou compensação monetária, com exceção de fins educativos, por exemplo, para ser incluída em manuais escolares.

## AGRADECIMENTOS

Este Guia foi desenvolvido conjuntamente pelo Governo de Cabo Verde, através do Ministério das Comunidades, a Pró Empresa e a Cabo Verde TradelInvest, em parceria com a Organização Internacional para as Migrações (OIM).

Foi concebida com informações relevantes de instituições públicas que nos abriram as suas portas e a quem gostaríamos de agradecer:

- Câmara de Comércio de Sotavento;
- Município da Praia (Plataforma de Investimento);
- Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos;
- Ministério da Indústria, Comércio e Energia;
- Banco de Cabo Verde;
- Direção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária;
- Ministério das Finanças;
- Cabo Verde Digital;
- Parque Tecnológico Arquipélago Digital de Cabo Verde;
- Associação Business Angels de Cabo Verde;
- Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Business Incubation Center;
- Associação de Jovens Empresários de Cabo Verde;
- Banco Mundial;
- Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde; e o
- Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Finalmente, o Ministério das Comunidades e a OIM Cabo Verde gostaria de agradecer à INOVE - Consultores Empresariais e a rede de contactos e parceiros que tornaram possível o desenvolvimento do Guia.

## PREFÁCIO

Durante gerações, a Diáspora transportou o espírito de Cabo Verde no seu coração, construindo vidas e comunidades no estrangeiro. No entanto, os laços que a une às suas raízes permanecem fortes, alimentados por um profundo amor pelo seu património e pelo desejo de contribuir para o desenvolvimento e o progresso do país.

Hoje em dia, as diásporas não são apenas elos vitais entre os seus países de origem e o resto do mundo, mas possuem também o potencial de serem poderosos motores de crescimento económico e de transformação social.

O VIII Governo Constitucional da República, fazendo jus ao desígnio de atribuir centralidade à Diáspora cabo-verdiana, tem vindo a investir na criação de um ambiente institucional e político favoráveis para dar novas respostas em relação às demandas das nossas comunidades, tendo em vista os desafios de desenvolvimento do país e para se inaugurar um novo modelo de diálogo com a sua vasta diáspora.

Registe-se que a relação económica das nossas comunidades, de forma direta, com as suas famílias residentes em Cabo Verde e, indiretamente, com a sociedade cabo-verdiana e com o país no seu todo, demonstram que a capacidade económica gerada pela nossa Diáspora é significativamente maior, apontando o facto de o país relacionar-se com a sua Diáspora muito aquém do seu potencial e, de per si, apresentar um enorme potencial de crescimento.

Ao compilar a legislação dispersa e aprofundar os benefícios e vantagens únicos que a Diáspora cabo-verdiana possui, este Guia serve de condutor, fornecendo informações sobre como navegar no panorama do investimento e promover empreendimentos bem-sucedidos.

Através de histórias reais de sucesso e de conselhos especializados, pretendemos inspirar e capacitar a Diáspora a aproveitar as oportunidades de investimento.

Por isso, embarque nesta viagem connosco, explore as possibilidades que temos pela frente e descubra como o seu investimento pode ser o catalisador de uma mudança positiva em Cabo Verde.

Jorge Pedro Maurício dos Santos

—Ministro das Comunidades

## ABREVIATURAS

BF - Benefício(s) Fiscal(ais)

CBF - Código dos Benefícios Fiscais

CIN - Centro Internacional de Negócios

CIVA - Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

CVTI - Cabo Verde TradeInvest

IRPC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

IRPS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

IS - Imposto do Selo

ITCV - Instituto do Turismo de Cabo Verde

IUP - Imposto Único sobre o Património

IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado

MPME - Micro, Pequenas e Médias Empresas

NIF - Número de Identificação Fiscal

OIM - Organização Internacional para as Migrações

PIB - Produto Interno Bruto

REMPE - Regime Especial das Micro e Pequenas Empresas

SAFT-CV - Standard Audit File for Tax Purposes – Cabo Verdean version

TEU - Tributo Especial Unificado

ZEET - Zona Económica Especial para Tecnologias

# ÍNDICE

p. 10	<b>1.</b>	<b>PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO DA DIÁSPORA EM CABO VERDE</b>
p. 16	<b>2.</b>	<b>CABO VERDE E O SETOR PRIVADO</b>
p. 22	<b>3.</b>	<b>COMO TUDO COMEÇA</b>
p. 28	<b>4.</b>	<b>OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO</b>
p. 44	<b>5.</b>	<b>TENHO ALGUMAS IDEIAS. E AGORA?</b>
p. 48	<b>6.</b>	<b>JÁ DECIDI O QUE FAZER. VAMOS A ISSO!</b>
p. 78	<b>7.</b>	<b>PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO NEGÓCIO</b>
p. 84	<b>8.</b>	<b>FATORES-CHAVE DE SUCESSO</b>
p. 90	<b>A.</b>	<b>ANEXOS</b>



## INTRODUÇÃO

**O “Guia do Investidor da Diáspora” visa encorajar as pessoas para o investimento e contribuir para que Cabo Verde alcance os seus objetivos e metas no que toca aos saltos quantitativo e qualitativo na sua capacidade de gerar e consolidar emprego de qualidade e bem-estar através da participação da Diáspora no crescimento verde, competitividade e sustentabilidade.**

Neste âmbito, confere visibilidade à sensibilização sobre a utilização sustentável dos recursos naturais e culturais e a diminuição das pressões sobre o ambiente sem penalizar o desenvolvimento económico.

O processo de transformação do país precisa da participação de todos através de investimentos específicos centrados no ser humano, inclusivos e sustentáveis, sem descurar o empoderamento económico das mulheres e dos jovens, que capacitem os cidadãos e as empresas e que façam a diferença a nível local e nacional.

Assim, o objetivo deste Guia consiste em promover o investimento e orientar futuros ou atuais empreendedores interessados em investir no país. As orientações descritas neste Guia destinam-se quer a potenciais investidores a viver no país, quer aos radicados no exterior. Também destina-se tanto aos que pretendem investir pela primeira vez como àqueles que já têm investimentos consolidados e que, no contexto dos seus negócios, tenham a necessidade ou a ambição de expandir os seus negócios para outros segmentos de mercado.

Este Guia está estruturado em sete capítulos. No primeiro, apresentamos o tema central da promoção do investimento da Diáspora de forma a estimular o crescimento económico, inserindo-a no contexto mais vasto das novas iniciativas legislativas levadas a cabo e incentivos específicos existentes.

Descrevemos, neste capítulo, elementos úteis para cabo-verdianos residentes no exterior, com destaque para o Estatuto do Investidor Emigrante.

No segundo capítulo, fazemos a caracterização do setor privado cabo-verdiano. Pretende-se garantir que os interessados em criar as suas próprias empresas tenham um conhecimento prévio do mercado. Terminamos com a apresentação do Turismo, setor chave para a economia nacional.

O terceiro capítulo lança as fundações importantes a ter em conta no estabelecimento de um negócio e desenvolver as suas capacidades e competências para o empreendedorismo. O que se pretende é que nenhum investidor esteja despreparado para os grandes desafios da preparação, planificação e gestão do seu negócio.

No capítulo quarto exploramos as oportunidades de negócio à disposição dos investidores e abordamos a emergência de novos nichos de mercado, caracterizados pela oferta e procura de produtos diferenciados.

O quinto capítulo aborda os principais fatores internos limitadores do potencial de lançamento do negócio e que dão uma visão clara e global do que está em jogo, nomeadamente, os estrangulamentos e outros elementos problemáticos concretos que impedem o desenvolvimento mais rápido das empresas em Cabo Verde.

O sexto capítulo aborda o processo de planeamento do negócio e de estabelecimento de objetivos, os principais aspetos burocráticos e trâmites operacionais envolvidos na criação de negócios e as políticas públicas de incentivo ao crescimento, à competitividade e ao emprego.

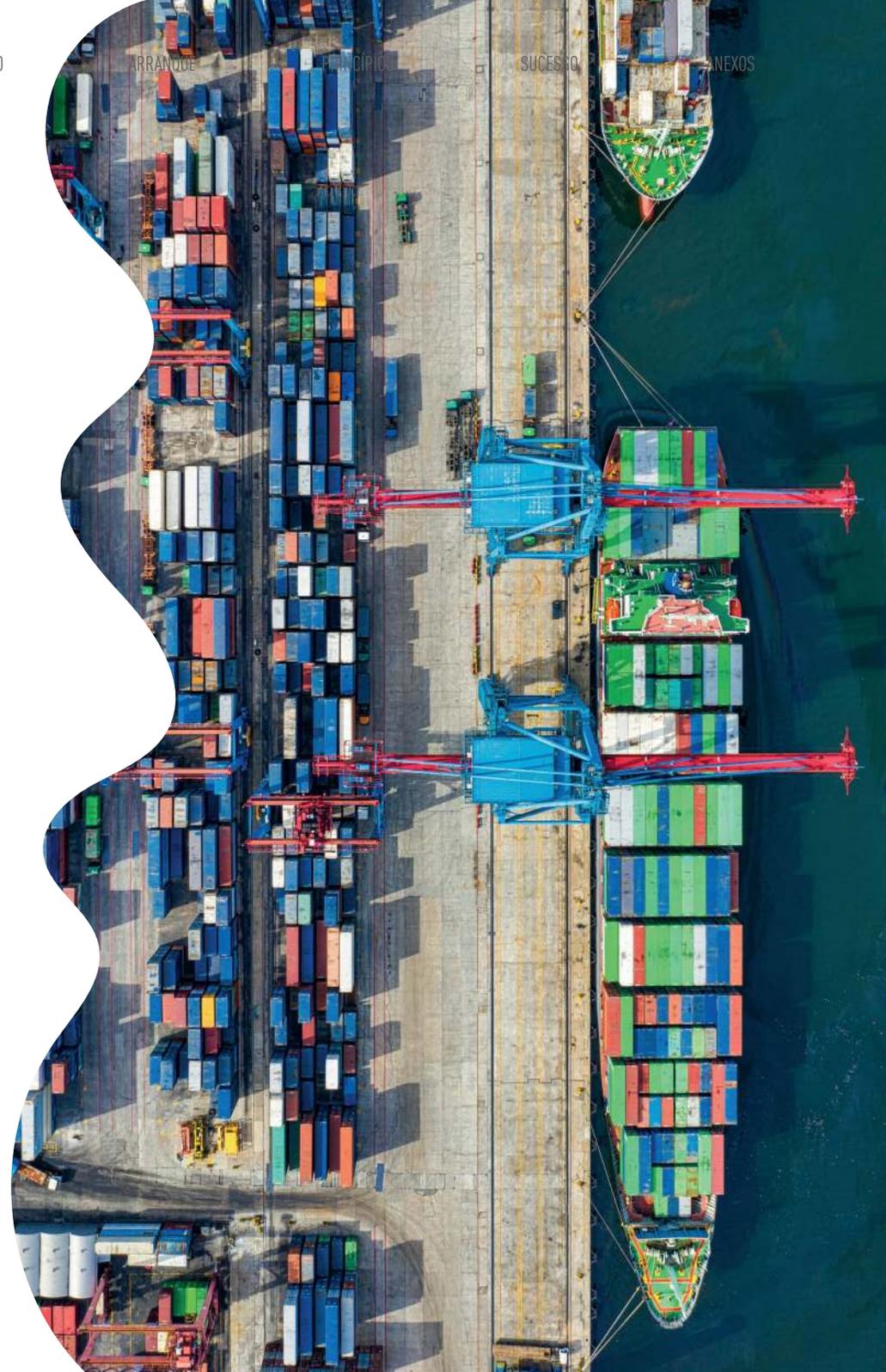
O sétimo capítulo expõe as ferramentas cruciais para que as empresas melhorem os seus fatores críticos de sucesso e apresenta testemunhos pessoais de pessoas da Diáspora cujas vidas foram permanentemente mudadas pela iniciativa de investimento que fizeram no país.

Finalmente, nos anexos, apresentamos a Pró Empresa, um dos principais organismos cabo-verdianos que promovem o investimento de micro, pequenas e médias empresas, a formação para o empreendedorismo, o apoio ao desenvolvimento de projetos de inovação, sistema de incentivos e diversos instrumentos de assistência técnica. Ainda, são apresentados os principais organismos de interesse para os investidores no ecossistema do empreendedorismo em Cabo Verde, bem como onde podem assegurar uma formação permanente sólida nas áreas específicas do negócio. Contém ainda uma descrição sumária, tendo em conta a extensão da legislação aplicável existente, das leis de interesse para o investidor, com especial destaque para os benefícios fiscais. Alguns termos técnicos são explicados no glossário.

A metodologia deste Guia é baseada nas melhores práticas internacionais na promoção do empreendedorismo e investimentos com foco principal na Diáspora desde a fase de informação e sensibilização para o investimento e criação de empresas; a Maturação e finalização de um projeto de criação de empresas – Plano de Negócios, consubstanciada nas oportunidades existentes em Cabo Verde nos mais diversos setores, nos incentivos e mecanismos de fomento ao investimento, assim como na estrutura legal em vigor desde o registo ao licenciamento das empresas junto das instituições competentes.

Por fim, na expectativa de que o presente Guia seja de grande utilidade na promoção do investimento junto da Diáspora a que nos dirigimos, a informação constante, procurando-se que esteja o mais atualizada possível, não dispensa o contacto com as entidades e autoridades locais listadas nos anexos a fim de confirmar e complementar a informação apresentada.

Desejamos-lhe a maior sorte em todos os seus empreendimentos, tanto os que está a realizar atualmente quanto aqueles que planeia para o futuro. Que cada projeto seja repleto de sucesso e que cada passo dado o leve mais perto dos seus objetivos. Com sorte e trabalho árduo, acreditamos que alcançará tudo o que deseja e muito mais. **Boa sorte!**



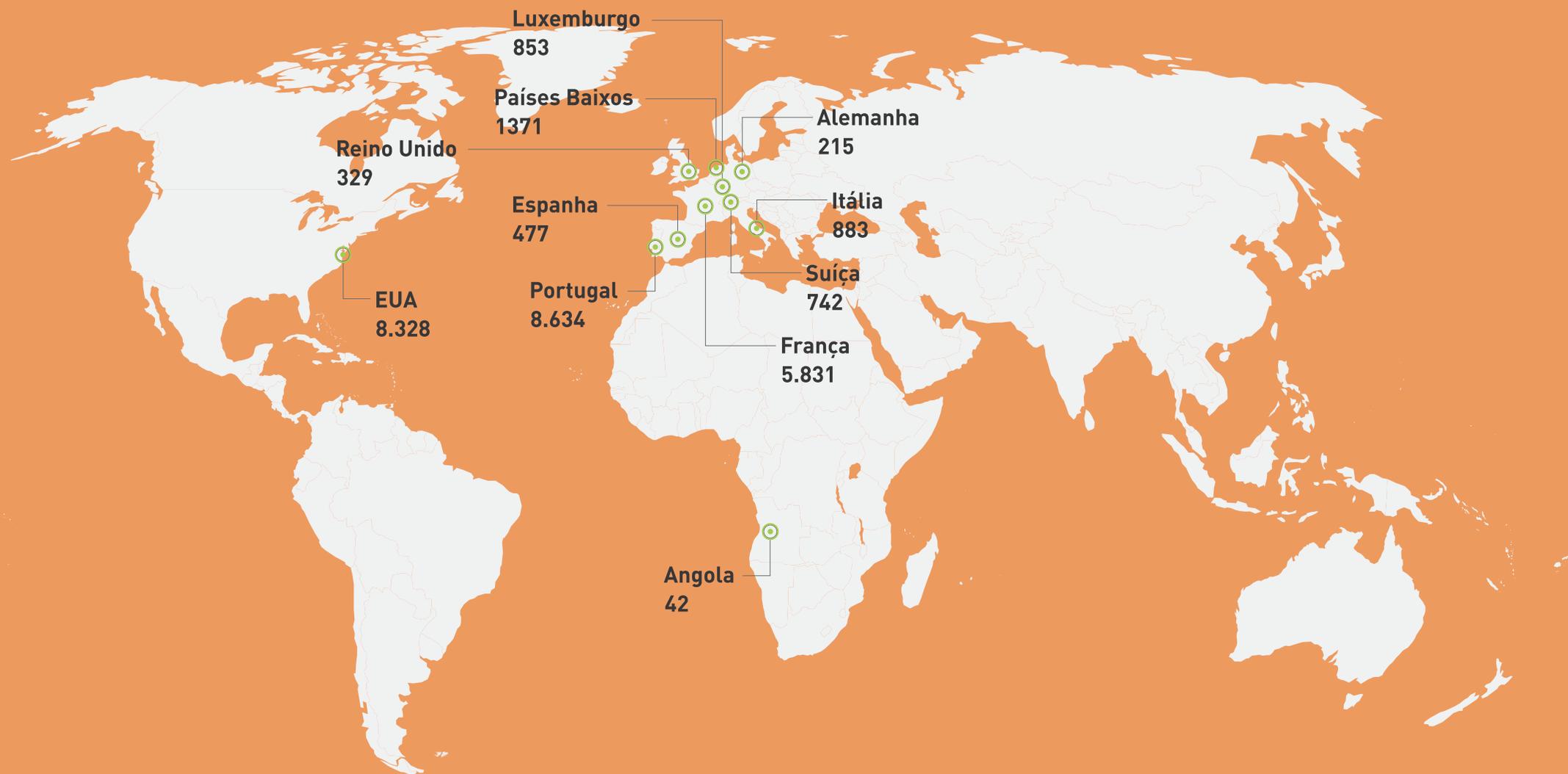
# PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO DA DIÁSPORA EM CABO VERDE

1



# Remessas de Emigrantes em Divisas, 2023

Em milhões de escudos



Outros: 979

Total: 28.685

**As remessas dos emigrantes cabo-verdianos e o comércio e investimento da Diáspora dão um contributo significativo para o crescimento da economia do país. Este contributo tem ainda maior impacto em situações de choque na economia por diversos fatores, como foi o mais recente da pandemia da covid-19, de conflitos internacionais e da inflação.**

Com uma diáspora que supera em número a população residente, as elevadas remessas apoiaram o investimento e o consumo privados e proporcionaram estabilidade ao sector financeiro. Os fluxos de remessas têm registado uma tendência ascendente desde o fim da crise financeira global, crescendo de 7,7% do PIB em 2010 para quase 13,5% em 2022. As remessas (em percentagem do PIB) são maiores em Cabo Verde do que em qualquer outro país semelhante, exceto Samoa<sup>[1]</sup>, situando-se em 15,3% do PIB de 2022<sup>[2]</sup>, valor máximo desde 2000.

Em 2021 as remessas atingiram 26.122,31 milhões de escudos (correspondente a 237 milhões de euros e 264 milhões de dólares), o máximo histórico deste importante recurso financeiro às famílias e à economia nacional. O ano de 2022 registou novo recorde de 29.984,31 milhões de escudos (correspondente a 272 milhões de euros e 303 milhões de dólares)<sup>[3]</sup>. Tratou-se de uma média diária equivalente a 743 mil euros em remessas que chegaram a Cabo Verde, quando em 2021 rondou os 647 mil euros, um aumento de 14,8% no espaço de um ano. Em 2023 as remessas atingiram 28.685 milhões de escudos (correspondente a 260 milhões de euros e 280 milhões de dólares), traduzindo-se em 11,6% do PIB.

Estes dados confirmam as conclusões do Banco Mundial que indicam que,

<sup>[1]</sup> Reyes, Jose Daniel; Delgado Brito, Rosa Oteldina; Allen Massingue, Anna Carlotta.

Cabo Verde - Country Economic Memorandum : Sailing Rough Seas - Accelerating Growth and Fostering Resilience to Climate Change (English). Washington, D.C. : World Bank Group. <http://documents.worldbank.org/curated/en/099070623171039287/P17726804d8f2807e0a3e40b8f63763d7e0>

<sup>[2]</sup> Banco de Cabo Verde - Principais Indicadores Macroeconómicos: <https://www.bcv.cv/pt/Estatisticas/Quadros%20Estatisticos/Principais%20Indicadores/Paginas/PrincipaisIndicadoresdaEconomiaCaboVerdiana.aspx>

<sup>[3]</sup> Banco de Cabo Verde - Quadros Estatísticos: <https://www.bcv.cv/pt/Estatisticas/Quadros%20Estatisticos/Sector%20Externo/quadroestatisticos/Paginas/BalancadePagamentos.aspx>

perante dificuldades, os cidadãos na diáspora redobram os seus esforços e aumentam o montante de ajuda financeira às famílias. Em Cabo Verde as remessas recebidas já constituem uma fonte de rendimento mais importante do que a Ajuda Externa ao Desenvolvimento (AED) ou o Investimento Direto Externo (IDE) (5,5% do PIB em 2022), e perto das Receitas Brutas de Turismo (17% do PIB em 2022), com o benefício de serem mais previsíveis e estáveis. Estas verbas privadas, apesar de não substituírem a AED, contribuem para o desenvolvimento.

Além disso, são fatores eficazes de transformação social. As remessas constituem uma ajuda contínua e estável para a manutenção da família, já que boa parte do que é recebido é gasto em educação e na saúde, o que provoca a melhoria do capital humano. A economia das localidades que recebem as remessas lucra com o aumento do consumo e o investimento em pequenos negócios. A circulação de mais dinheiro também é benéfica para o desenvolvimento do sector financeiro e as receitas em divisas europeias e norte-americanas ajudam igualmente ao equilíbrio financeiro do país.

Porém, as vantagens podem trazer problemas — alguns produtos de consumo sobem de preço e aumentam as dificuldades para as famílias que não recebem remessas, abandonam-se culturas e setores de produção (os de menor rentabilidade), como também desaparecem determinados postos de trabalho, porque as receitas que produzem são muito modestas quando comparadas com as remessas.

Não obstante, para além da aplicação em educação e em saúde, as remessas traduzem-se em investimentos importantes centrados no ramo imobiliário, habitação própria e arrendamento, construção civil, propriedade agrícola, restauração, hotelaria e transportes, permitindo que esses investidores alcancem uma forte posição económica.

Assim, várias iniciativas governamentais nos domínios fiscal e da promoção do investimento estão criando as condições propícias para que as Diásporas,

organizadas em redes transnacionais, possam otimizar o impacto de desenvolvimento ao canalizar parte das remessas para projetos empresariais e atividades económicas e sociais, pois estão bem colocadas para tirar partido das novas oportunidades, investimentos e negócios que o país oferece. Paralelamente, o país pode tirar partido da iniciativa e da transferência de conhecimentos das pessoas que procuraram melhorar as suas vidas mudando-se para Cabo Verde.

Com efeito, a Lei n.º 73/IX/2020 de 2 de Março cria, pela primeira vez, as normas que regulam o investimento direto dos emigrantes em Cabo Verde. Esta Lei e a sua regulamentação, feita através do Decreto-Regulamentar n.º 1/2023 de 16 de Janeiro, estabelecem os mecanismos de acesso ao Estatuto e os incentivos atribuídos.

Essa Lei criou o Certificado do Investidor Emigrante que é o documento comprovativo dos direitos, deveres e benefícios do investidor, e que define as condições para a implementação do projeto de investimento, bem como os benefícios e incentivos ao investimento. Ainda, criou o Cartão do Investidor Emigrante.

## CARTÃO DO INVESTIDOR EMIGRANTE

A Lei certifica o investidor com o Cartão de Investidor Emigrante que permite identificá-lo e o respetivo projeto perante os serviços públicos para efeitos de atendimento, facilitação, exercício de direitos e demais benefícios. Tem a validade de cinco anos, podendo ser renovado por igual período, caso o titular mantiver os requisitos necessários.

O cartão pode ser solicitado online no Portal Consular de Cabo Verde ou outro portal da administração pública, presencialmente nas embaixadas e consulados ou outros serviços da administração pública que se venha a definir no futuro.

## CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE ACESSO

Qualquer cidadão cabo-verdiano residente no estrangeiro e com investimentos em Cabo Verde pode fazer o pedido através da submissão do requerimento do pedido através do Balcão Único do Investidor da Cabo Verde TradeInvest, um dos pontos focais apropriados de facilitação do investimento que serve de primeiro ponto de contacto para os investidores no que diz respeito às medidas que afetam o investimento, conjuntamente com os seguintes documentos:

- Fotocópia do Bilhete de Identidade, passaporte ou outro documento de identificação;
- Número de Identificação Fiscal (NIF);
- Documento comprovativo da qualidade de emigrante e residência permanente no estrangeiro, emitidos pelas entidades competentes do país de residência;
- Documento comprovativo da realização do investimento, por exemplo, participação social em empresas;
- Declaração, sob compromisso de honra, na qual o interessado declara não alienar ou por qualquer modo ceder a terceiros os bens, materiais, mobiliários, eletrodomésticos e outros equipamentos importados com isenção;
- Pagamento da taxa de emissão do certificado.



### Balcão Único do Investidor (BUI)

É o canal centralizado de entrada, seguimento e conclusão das tramitações dos projetos de investimento em Cabo Verde. Responde às necessidades de registo e autorização de um investimento.

Ele imprime a celeridade e eficácia necessárias para atender aos atuais desafios impostos por um ambiente de negócio dinâmico e competitivo. Assim, propõe uma redução significativa do circuito (etapas) de atribuição do Certificado do Investidor, bem como do tempo de resposta de todos os intervenientes no processo.

## SISTEMA DE INCENTIVOS

Com o objetivo central de criar as condições necessárias para assegurar o aumento da participação dos investidores emigrantes e, ao mesmo tempo, para que possam beneficiar plenamente das oportunidades de negócios, um quadro favorável de incentivos fiscais específicos foi criado. Beneficiam de:

- Taxa de 5% nos direitos aduaneiros;
- Isenção de direitos aduaneiros na importação de matérias-prima e subsidiárias;
- Crédito fiscal de 30% em investimentos relevantes efetivamente realizados;
- Isenção de Imposto de Selo (IS);
- Isenção de Imposto Único sobre o Património (IUP) na aquisição de imóveis;
- Incentivos no âmbito do Projeto de Mérito Diferenciado;
- Projetos com Certificado do Investidor, ou Cartão Emigrante, podem ainda beneficiar de Convenção de Estabelecimento;
- Isenção de tributação dos dividendos e lucros distribuídos ao investidor;
- Imposto Único à taxa de 10% pós-período de isenção;
- Isenção de impostos sobre materiais para construção/requalificação da primeira habitação;
- Importação do país de residência legal de bens, materiais e mobiliários, nos termos do Código dos Benefícios Fiscais;
- Isenção da tributação dos juros de depósitos a prazo;
- Isenção de direitos aduaneiros na importação de bens pessoais e de equipamentos, incluindo um automóvel, no regresso definitivo.

Os investidores ainda são apoiados por dois subsistemas de incentivos que lhes permita tomar decisões de investimento que correspondam às suas necessidades e objetivos, em função do valor inicial do investimento e a sua localização.

### INVESTIMENTOS SUPERIORES A 550 MIL CONTOS<sup>[4]</sup> NA PRAIA, SAL E BOA VISTA

- Dedução até 50% da coleta anual do imposto sobre os rendimentos de pessoas coletivas e singulares de 30% dos investimentos relevantes realizados;
- Isenção do imposto de selo nas operações de financiamento do projeto de investimento;
- Redução de direitos aduaneiros para 5% na importação de bens para a concretização do investimento (Código de Benefícios Fiscais<sup>[5]</sup>);
- Isenção de direitos aduaneiros na importação de matérias-primas, subsidiárias, materiais acabados e semi-acabados utilizados na fabricação de produtos pela empresa;
- Isenção do imposto sobre o património na aquisição de imóveis destinados à atividade da empresa.

### INVESTIMENTOS SUPERIORES A 275 MIL CONTOS<sup>[6]</sup> NAS RESTANTES LOCALIDADES

- Dedução até 50% da coleta anual do imposto sobre os rendimentos de pessoas coletivas e singulares de 50% dos investimentos relevantes realizado;
- Isenção do imposto de selo nas operações de financiamento do projeto de investimento;
- Redução de direitos aduaneiros para 5% na importação de bens para a concretização do investimento (Código de Benefícios Fiscais);
- Isenção de direitos aduaneiros na importação de matérias-primas, subsidiárias, materiais acabados e semi-acabados utilizados na fabricação de produtos pela empresa;
- Isenção do imposto sobre o património na aquisição de imóveis destinados à atividade da empresa.

Este cenário de base é complementado pelo acesso aos demais incentivos gerais previstos no Código dos Benefícios Fiscais, de modo a garantir a aquisição mais eficiente de matérias-primas críticas em termos de custos.

<sup>[4]</sup> Correspondente a 5 milhões de euros e 5,4 milhões de dólares

<sup>[5]</sup> Código dos Benefícios Fiscais: Lei n.º 86/IX/2020 de 28 de abril

<sup>[6]</sup> Correspondente a 2,5 milhões de euros e 2,7 milhões de dólares

## INVESTIMENTOS RELEVANTES

A legislação cabo-verdiana concede incentivos fiscais para o investimento em áreas específicas de desenvolvimento, nos sectores prioritários e outros investimentos relevantes. Representam investimentos relevantes o:

1) Investimento em ativo fixo tangível, adquirido em estado novo, com a exceção de:

- Terrenos, salvo no caso de se destinarem à exploração de concessões mineiras, águas minerais naturais e de nascente, pedreiras, barreiros e areiros em projetos de indústria extrativa;
- Construção, aquisição, reparação e ampliação de quaisquer edifícios, salvo se forem instalações fabris ou afetos a atividades turísticas, de produção de audiovisual ou administrativas;
- Viaturas ligeiras de passageiros ou mistas;
- Mobiliário e artigos de conforto ou decoração, salvo equipamento hoteleiro afeto à exploração turística;
- Equipamentos sociais;
- Outros bens de investimento que não estejam afetos à exploração da empresa.

2) Investimento em ativos intangíveis: transferência de tecnologia, nomeadamente através da aquisição de direitos de patentes, licenças, “saber-fazer” ou conhecimentos técnicos não protegidos por patente.

3) De todas as aplicações anteriores, apenas são elegíveis os investimentos iniciais, isto é, os investimentos relacionados com:

- Criação de um novo estabelecimento;
- Aumento da capacidade de um estabelecimento já existente;
- Diversificação da produção de um estabelecimento;
- Alteração fundamental do processo de produção global de um estabelecimento existente.



# CABO VERDE E O SETOR PRIVADO

2



**47,2%**



EMPREGADOS PELO  
SECTOR PRIVADO

**46,5%**



EMPRESAS  
SEDEADAS  
EM SANTIAGO

**355**



MILHÕES DE CONTOS DE  
FATURAÇÃO DAS EMPRESAS

**16,8%**

EMPRESAS  
SEDEADAS EM  
SÃO VICENTE

**14,2%**

EMPRESAS  
SEDEADAS  
NO SAL

**22,5%**

EMPRESAS  
SEDEADAS  
NOUTRAS ILHAS

**52,5%**

PROPORÇÃO DE  
SOCIEDADES  
UNIPESSOAIS  
POR QUOTAS

**93.230**

PESSOAS EMPREGADAS  
PELO SETOR PRIVADO

**18.160**

EMPRESAS NO  
SETOR PRIVADO

**44.068**

MÃO-DE-OBRA NO  
SETOR SECUNDÁRIO

**130.979**

MÃO-DE-OBRA NO  
SETOR TERCIÁRIO

**15.415**

MÃO-DE-OBRA NO  
SETOR PRIMÁRIO

**O desenvolvimento do setor empresarial em Cabo Verde é resultado das potencialidades económicas do país, das políticas públicas e da iniciativa privada residente e estrangeira, incluindo da Diáspora.**

Cabo Verde realizou um percurso notável de desenvolvimento económico e social desde a independência em 1975 até hoje. Com uma população, em 1975, de 304 mil habitantes, fruto da melhoria dos serviços de saúde, do ensino e capacitação dos recursos humanos, do investimento em infraestruturas económicas, nomeadamente aeroportos, portos, rede viárias e sistema de telecomunicações, Cabo Verde atingiu 491 mil habitantes em 2020<sup>[7]</sup>.

Nos anos 90, a mudança do sistema político e a abertura generalizada dos setores económicos à iniciativa privada permitiram uma maior utilização dos recursos e potencialidades da economia nacional. A economia atraiu fortes investimentos locais e estrangeiros nos seus vários setores, desde o financeiro passando pelos transportes, telecomunicações, comércio, turismo, construção, agronegócio e pesca. Com efeito, com um crescimento significativo nos anos 90, Cabo Verde atingiu 6.403 empresas em 1997<sup>[8]</sup>.

Essa aceleração da iniciativa empresarial, sobretudo privada, permitiu com que no ano 2010 o país registasse um total de 8.899 empresas que apresentavam um volume de negócios de 231 milhões de contos (correspondente a 2,1 mil milhões de euros e 2,3 mil milhões de dólares), 76% de peso no PIB, e empregavam 52 mil trabalhadores<sup>[9]</sup>.

A abertura quase total do movimento de capitais, um sistema político confiável, o Estado de Direito, com uma população jovem e formada, um país social e ambientalmente estável, localizado próximo da Europa, dos EUA e parte da região africana mais dinâmica do continente, combinam fatores essenciais para a atração de investimentos e crescimento da atividade

<sup>[7]</sup> INE - V Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH-2021)

<sup>[8]</sup> INE - 40 Anos de Independência—40 anos a informar por um Cabo Verde próspero

<sup>[9]</sup> INE - Estatísticas empresariais em Cabo Verde – 2010 a 2016

privada, sobretudo nos setores do comércio, da construção e imobiliária, da indústria, com destaque para a transformação de pescado e do turismo.

Os dados de 2022 e 2023 fornecem uma visão abrangente do panorama empresarial de Cabo Verde, destacando a predominância do setor de Comércio e a importância das ilhas de Santiago, São Vicente e Sal na economia nacional. Segundo o VI Recenseamento Empresarial do INE<sup>[10]</sup>, o cenário empresarial de Cabo Verde era composto por 18.160 empresas, conforme dados recentemente recolhidos em setembro de 2023. As empresas ativas empregavam um total de 93.230 pessoas, sendo que a força de trabalho era composta por 55.449 homens e 37.781 mulheres.

#### **VOLUME DE NEGÓCIOS E DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA**

Essas empresas geraram um impressionante volume de negócios, totalizando 355.100 milhões de escudos (correspondente a 3.220 milhões de euros e 3.457 milhões de dólares). A maior contribuição veio das empresas sediadas na ilha de Santiago, que representaram 39,1% deste total. As ilhas de São Vicente e Sal seguiram com 34,0% e 18,3% do volume de negócios, respetivamente.

#### **FORMAS JURÍDICAS E DISTRIBUIÇÃO SETORIAL**

A forma jurídica predominante entre as empresas em Cabo Verde é a Sociedade Unipessoal por Quotas, representando 52,5% do total. As Sociedades por Quotas e as Empresas em Nome Individual representavam 29,9% e 14,4%, respetivamente, enquanto as Sociedades Anónimas correspondiam a apenas 3,1%. No que diz respeito à distribuição setorial, o Comércio a Grosso e a Retalho, juntamente com a Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos, dominava o cenário, com 36,4% das empresas atuando nesta área. O setor de Transportes e Armazenagem abarcava 12,3% das empresas, seguido pelo setor de Alojamento e Restauração com 18,2% e as Indústrias Transformadoras com 13,4%.

<sup>[10]</sup> INE - VI Recenseamento Empresarial: [https://ine.cv/notas\\_imprensas/vi-recenseamento-empresarial-2022/](https://ine.cv/notas_imprensas/vi-recenseamento-empresarial-2022/)

### EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE

A análise do emprego por setor revelou que as Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio garantiam emprego a 11,7% das pessoas empregadas. O setor de Transportes e Armazenagem empregava 10,4%, enquanto o setor da Construção era responsável por 6,4% do emprego.

### FATURAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE

Em termos de faturação, o setor de Comércio a Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos destacou-se novamente, registando cerca de 49% do volume de negócios total. A atividade de Alojamento e Restauração contribuiu com 10,0%, as Indústrias Transformadoras com 8,7%, e a Atividade de Transportes e Armazenagem com 6,9%.

### CONTABILIDADE E LIDERANÇA

Um dado relevante é que 77,1% dos estabelecimentos turísticos não possuíam contabilidade organizada. Além disso, observou-se que cerca de 71 % das empresas eram lideradas por homens, refletindo uma predominância masculina na chefia das organizações.

Não obstante a supremacia dos indicadores do setor do Comércio a Grosso e a Retalho, o crescimento deste tem sido, nos últimos anos, muito impulsionado pelo crescimento do setor do turismo. Segundo dados do INE e do Banco de Cabo Verde, em 2023, estima-se que o setor do Turismo e Imobiliária Turística contribuiu com cerca de 24,2% do PIB, 12% do emprego e com 68% do Investimento Direto Estrangeiro.

Por este motivo, o setor do turismo permanece o setor âncora da economia nacional e o maior potenciador de oportunidades de investimento e crescimento de vários setores conexos, pelo que importa conhecer a sua evolução e dinâmica.

Após dois anos de reduzida atividade em resultado das restrições internacionais de viagem causadas pela pandemia da covid-19, a resiliência do

destino Cabo Verde é manifesta numa recuperação extraordinária em 2022, quando registou um total de de 835 mil hóspedes, correspondendo a um aumento acentuado de 394,4% face ao ano de 2021.

### PANORAMA DO TURISMO EM CABO VERDE

Os dados de 2023 indicam um crescimento significativo no setor turístico de Cabo Verde, com aumentos no número de estabelecimentos hoteleiros, hóspedes e dormidas. A ilha do Sal permanece como o principal destino turístico, e o Reino Unido como o principal mercado emissor. Os turistas mostraram-se satisfeitos com os serviços prestados, o que é um indicativo positivo para a continuidade do crescimento do turismo no país.

Em 2023, o número de estabelecimentos hoteleiros em Cabo Verde atingiu 332, um aumento de 12,2% em comparação com 2022. A capacidade hoteleira também cresceu, com um total de 16.263 quartos disponíveis, representando um acréscimo de 6,6%. Este crescimento foi acompanhado por um aumento de 8,2% no número de camas e de 8,8% na capacidade de alojamento. Além disso, houve um incremento significativo de 18,4% no número de pessoal empregado.

### DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS ESTABELECIMENTOS

A ilha de Santo Antão lidera com 77 estabelecimentos (23,2% do total), seguida por Santiago (64), São Vicente (56), Sal (44) e Fogo (35). Notou-se um aumento no número de estabelecimentos em todas as ilhas, exceto na Brava, que teve uma redução de dois estabelecimentos. Sal, São Vicente e Santiago apresentaram os maiores acréscimos.

### TIPOLOGIA DOS ESTABELECIMENTOS

As residenciais continuam a ser a tipologia mais comum, representando 35,8% do total de estabelecimentos, seguidas pelos hotéis (27,4%) e pensões (19,9%). Em termos de capacidade, os hotéis dominam com 78,1% dos quartos e 82,9% das camas disponíveis. A ilha do Sal lidera em oferta de quartos (54,5%) e camas (61,1%).

### MOVIMENTAÇÃO DE HÓSPEDES EM 2023

O ano de 2023 registrou um total de 1.010.739 hóspedes, um aumento de 20,9% em relação a 2022. O número de dormidas também subiu 26,0%, totalizando 5.150.806 noites. O Reino Unido manteve-se como o principal mercado emissor, com os turistas romenos apresentando a maior permanência média (6,5 noites).

### DISTRIBUIÇÃO POR ILHA E TIPO DE ESTABELECIMENTO

A ilha do Sal continua a ser a mais procurada, representando 57,1% das entradas e 56,7% das dormidas, seguida pela Boa Vista com 25,9% das entradas e 35,9% das dormidas. Os hotéis são os estabelecimentos mais populares, responsáveis por 93,5% das entradas e 96,5% das dormidas.

### MERCADOS EMISSORES

Os turistas do Reino Unido, Alemanha, Países Baixos e Portugal representam os principais mercados emissores. Os turistas do Reino Unido preferem as ilhas de Boa Vista e Sal, enquanto os da Alemanha e Países Baixos também se distribuem principalmente entre estas duas ilhas.

### ESTADIA MÉDIA E TAXA DE OCUPAÇÃO

A estadia média em 2023 foi de 5,0 noites, com a maior taxa de ocupação-cama registrada na ilha da Boa Vista (77%). Os hotéis tiveram a maior taxa de ocupação (57%), seguidos pelos aldeamentos turísticos (30%).

### PERFIL DOS TURISTAS

A maioria dos turistas eram trabalhadores (75,3%), com uma idade média de 44 anos. As mulheres representaram 59,6% dos turistas. A maior parte dos turistas (93,5%) visitou Cabo Verde por motivos de férias, e 91,8% recomendaram o país como destino turístico.

### GASTOS DOS TURISTAS

Os turistas gastaram mais em alojamento (31,3%) e alimentação e bebidas (19,6%). Aqueles que não viajaram em pacote turístico tiveram maiores gastos

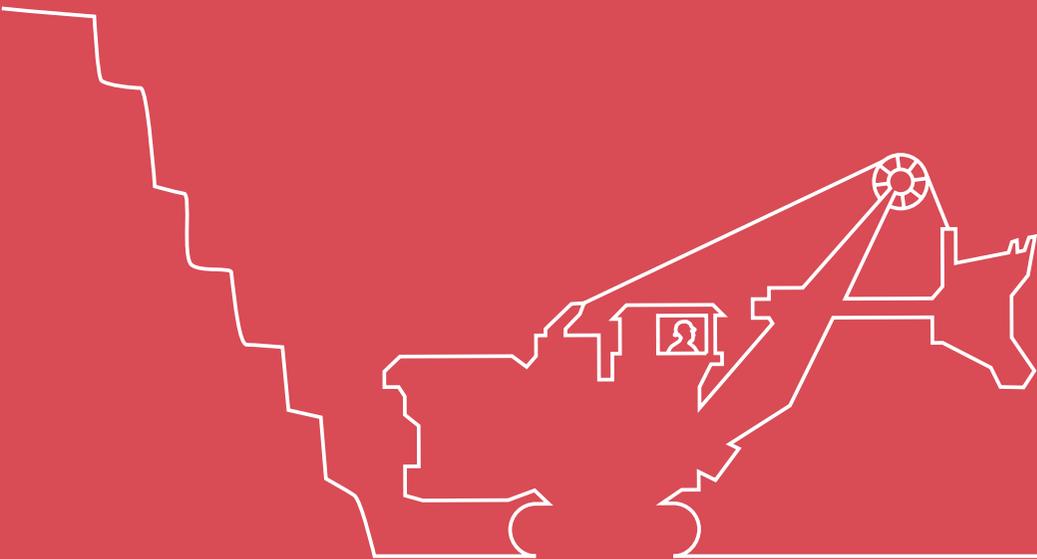
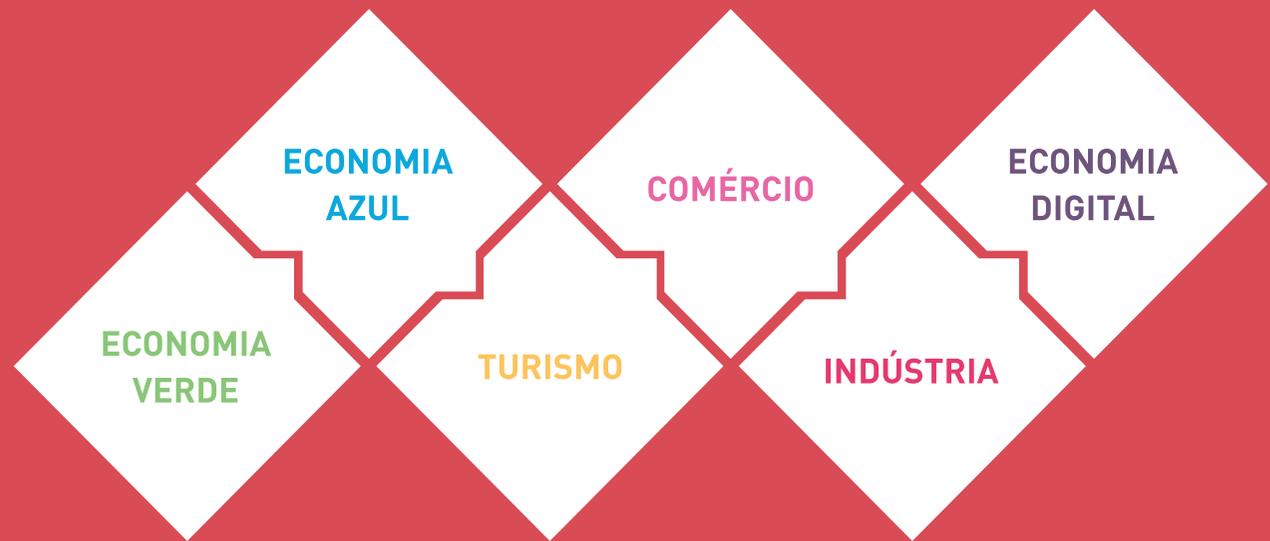
diários (10.661 escudos - 97 euros e 104 dólares) comparados aos que viajaram em pacote (6.515 escudos - 59 euros e 63,4 dólares). Turistas da Bélgica e Holanda apresentaram os maiores gastos médios diários (11.958 escudos - 108,4 euros e 116,5 dólares).



# COMO TUDO COMEÇA

3





**A decisão de investimento por parte de pessoas singulares tem motivações muitas vezes associadas à mudança de carreira profissional, ao aumento de rendimentos, uma melhor rentabilização de poupanças, a procura de independência financeira, paixão por uma determinada atividade empresarial, desejo de um maior contributo social ou a mudança do estilo de vida.**

Na diáspora, as manifestações de interesse em investir numa atividade empresarial em Cabo Verde tem, naturalmente, os motivos económicos como fator de decisão. Mas também uma forte motivação para um contributo à comunidade e ao país de origem onde veem carências no acesso e preço de bens e serviços, nomeadamente nos bens alimentares, serviços de transporte, habitação, serviços de saúde, entre outros.

Tendo a referência do que existe nos países de acolhimento, do desenvolvimento dessas sociedades, sobretudo dos serviços e bens oferecidos pelo setor privado, a nossa diáspora acredita que muito do que existe nos seus países de acolhimento pode ser replicado em Cabo Verde.

Certamente que sim. Em vários setores, nomeadamente no imobiliário, transporte, comércio e agronegócio, o investimento da Diáspora tem sido tradicionalmente muito dinâmico. Por este motivo, em 2021, não obstante as privações de toda a ordem originadas pela pandemia, o investimento direto da Diáspora atingiu 26 milhões de contos (correspondente a 237 milhões de euros e 255 milhões de dólares) canalizados, sobretudo, para instrumentos de poupança, sobretudo as contas de depósito a prazo emigrante e os títulos da dívida pública, nas ilhas de Santiago e S. Vicente para onde vão os recursos de investidores de outras ilhas por acreditarem que os riscos são menores e a rentabilidade mais elevada.

Todavia, acredita-se que o investimento da diáspora tem um potencial muito maior, atendendo à desistência de muitos investidores na fase de desenvolvimento, instalação ou mesmo nos primeiros anos de atividade da

empresa. Isso se deve ao facto que muitos iniciam o processo de investimento com défice de planeamento, de preparação, de orientação e de suporte. Estas deficiências, ampliadas pelas insuficiências do ambiente de negócios, tornam a probabilidade de sucesso dessas iniciativas muito reduzida.

Este Guia, aliado às iniciativas de captação de projetos de investimento com origem nas Diásporas, assume o desafio de contribuir para a mudança deste quadro através de uma orientação detalhada, completa e acessível para os investidores da diáspora, com ou sem experiência empresarial, mas que trazem poupanças, competências e contactos internacionais.

O investidor que possui uma experiência empresarial desempenha um papel cada vez mais importante de dinamização económica na medida em que intervém como empresário ou promotor de pequenos negócios e transmite novos conhecimentos e tecnologias. Esta experiência vai ser fundamental para o sucesso pretendido em Cabo Verde. Todavia, por ser um país diferente, há um conjunto de aspetos legais e instituições que são diferentes. Desde os procedimentos administrativos de registo, licenciamento e funcionamento das empresas, os impostos e as taxas, a lei laboral, a contabilidade, a importação, a exportação, as regras ambientais, o financiamento à logística.

Mas também aspetos relacionados com o mercado. A característica dos clientes, a sua capacidade e preferência de consumo, a capacidade dos concorrentes, a qualidade dos fornecedores e o nível de eficiência das infraestruturas de suporte à atividade da empresa são específicos de cada país, logo diferente em Cabo Verde face ao que o investidor conhece no seu país de acolhimento.

Todos esses elementos precisam ser identificados, analisados e apreendidos nesta fase do processo de modo a permitir uma decisão bem informada e criar a confiança que o investidor necessita para prosseguir com o processo de investimento.

## O PRIMEIRO NEGÓCIO

Para quem pretende pela primeira vez arrancar o seu próprio negócio, há um conjunto de competências essenciais que precisa desenvolver antes de iniciar o seu percurso. Criar um modelo de negócio, perceber a sua viabilidade, planear a sua execução, concretizar com sucesso a sua instalação e gerir de modo a atingir os objetivos desejados, são competências específicas que não se aprendem apenas pela observação. Há muitas habilidades, ferramentas, métodos de trabalho, de decisão e de gestão dos recursos, sobretudo os recursos humanos, cujo domínio carece de treino.

Assim, recomenda-se que inicie o processo participando em ações de formação e sensibilização para o empreendedorismo onde terá a oportunidade de desenvolver essas competências. Para esse efeito, não precisa de fazê-lo em Cabo Verde. Frequentemente, no país ou cidade onde reside, há atividades de promoção para o empreendedorismo realizadas por agências governamentais, associações, incubadoras e empresas privadas especializadas na formação para o empreendedorismo, realizadas em sala e em formato online.

A HP-Life dá a oportunidade de participar gratuitamente em formações online, permitindo desenvolver competências essenciais na criação e gestão de negócios, com uma variedade de módulos abrangendo finanças, marketing, comunicação, operações, análise de dados, negócios digitais e muito mais. Com mais de 30 cursos disponíveis, oferecidos em 8 idiomas diferentes - incluindo Português, Inglês, Francês, Chinês simplificado, Árabe, Hindi, Espanhol e Bahasa Indonésia - há opções para todos os interesses e necessidades.

## ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Nos EUA, a U.S Small Business Administration (SBA) é uma das maiores

referências no país no domínio da formação para o empreendedorismo, assim como as mais de sete mil incubadoras de negócios espalhadas em todo o país especializadas nas tecnologias, no desenvolvimento e aceleração de startups nas universidades ou associadas a programas de inovação aberta das empresas dos mais diversos setores da economia.

A SBA é uma agência governamental criada para apoiar e promover pequenas empresas nos Estados Unidos. Tem como missão ajudar os americanos a iniciar, construir e expandir negócios, apoiar na recuperação e o crescimento de pequenas empresas após desastres naturais e crises económicas e garantir o acesso das pequenas ao capital. Atua igualmente para defender os interesses das pequenas empresas e promover políticas que apoiem o crescimento e o desenvolvimento das pequenas empresas, assim como na organização de formações e recursos educacionais a empreendedores e proprietários de pequenas empresas para ajudá-los a ter sucesso.

Na região de New England, mais especificamente Boston, a cidade é conhecida pelo seu vibrante ecossistema de startups, pelo que possui um número significativo de programas, alguns dos mais reputados nos EUA:

- **MassChallenge<sup>[11]</sup>** é um acelerador de startups que oferece suporte a startups em estágio inicial, fornecendo orientação, oportunidades de networking e acesso a financiamento. Possui uma rede global e ajudou mais de 2.400 startups a arrecadar mais de US \$6,2 bilhões em financiamento.
- **Harvard Innovation Labs<sup>[12]</sup>** oferece um espaço para alunos, ex-alunos e professores da Universidade de Harvard explorarem e desenvolverem suas ideias empreendedoras. Oferece recursos como orientação, financiamento e espaço de coworking para apoiar startups.
- **MIT Enterprise Forum<sup>[13]</sup>** é uma organização global que apoia empreendedores fornecendo recursos como orientação, workshops e

<sup>[11]</sup> Endereço web: <https://masschallenge.org/>

<sup>[12]</sup> Endereço web: <https://innovationlabs.harvard.edu/>

<sup>[13]</sup> Endereço web: <https://mitefcee.org/>

oportunidades de networking. Dispõe de um serviço específico para apoiar startups na área de Boston.

- **Techstars Boston**<sup>[14]</sup> é uma aceleradora de startups que oferece mentoria, financiamento e oportunidades de networking para startups em estágio inicial. Possui uma rede global e ajudou mais de 2.500 startups a arrecadar mais de US\$ 11,5 bilhões em financiamento.
- **Greentown Labs**<sup>[15]</sup> é uma incubadora de startups que se concentra em apoiar startups na indústria de tecnologia limpa. Ela fornece recursos como orientação, financiamento e espaço de coworking para apoiar startups.

## PORTUGAL

Em Portugal, o ecossistema empreendedor é dinamizado pelas iniciativas de incubação e incentivo ao empreendedorismo das Câmaras Municipais e das Universidades. Destacam-se:

- **Startup Lisboa**<sup>[16]</sup> é uma incubadora de startups que apoia empreendedores no desenvolvimento das suas ideias de negócio e no lançamento das suas startups, através da mentoria, networking e oportunidades de financiamento para as suas startups.
- **Portugal Ventures (PV)**<sup>[17]</sup> é uma empresa de capital de risco que investe em startups e empresas inovadoras em Portugal. A PV fornece financiamento inicial para startups em vários setores.
- **Beta-i**<sup>[18]</sup> é um acelerador de startups e centro de inovação que apoia startups em estágio inicial e as ajuda a expandir seus negócios. Ela disponibiliza oportunidades de mentoria, networking e treinamento para suas startups.
- **Católica Lisbon School of Business & Economics**<sup>[19]</sup> oferece um programa de empreendedorismo que ajuda os alunos a desenvolverem

<sup>[14]</sup> Endereço web: <https://www.techstars.com/accelerators/boston>

<sup>[15]</sup> Endereço web: <https://greentownlabs.com/>

<sup>[16]</sup> Endereço web: <https://www.startuplisboa.com/>

<sup>[17]</sup> Endereço web: <https://www.portugalventures.pt/en/>

<sup>[18]</sup> Endereço web: <https://beta-i.com/>

<sup>[19]</sup> Endereço web: <https://clsbe.lisboa.ucp.pt/catolica-lisbon-school-business-economics>

as suas competências empreendedoras e a lançarem as suas próprias startups. A Católica coloca à disposição formações, orientação e oportunidades de financiamento para os alunos.

- **Fábrica de Startups**<sup>[20]</sup> é uma aceleradora de startups que ajuda empreendedores a transformar suas ideias de negócio em startups de sucesso. A Fábrica de Startups dispõe de oportunidades de treinamento, orientação e financiamento para suas startups.

## FRANÇA

Por seu lado, a França tem um próspero ecossistema de startups e vários programas de empreendedorismo que apoiam e fomentam as startups. São programas mais conhecidos a:

- **Station F**<sup>[21]</sup> é um campus de startups em Paris que fornece espaço, recursos e orientação para startups. É um dos maiores campus de startups do mundo e possui mais de 1.000 startups residentes.
- **The Family**<sup>[22]</sup> é uma aceleradora de startups que fornece recursos como orientação, formação e oportunidades de networking para startups. Tem foco para o apoio às startups nos setores de tecnologia e digital. A **French Tech Central**<sup>[23]</sup> tem um propósito e serviço muito semelhante.
- **Le Village by CA**<sup>[24]</sup> é uma incubadora de startups patrocinada pelo banco Crédit Agricole. Ele fornece recursos como orientação, financiamento e espaço de coworking para startups.
- **Paris&Co**<sup>[25]</sup> é uma aceleradora de startups que fornece recursos como orientação, financiamento e oportunidades de networking para startups. Concentra-se no apoio a startups nos setores de cidade inteligente, mobilidade e saúde.

Nos anexos encontrará motores de busca online através dos quais poderá

<sup>[20]</sup> Endereço web: <https://www.fabricadestartups.com/>

<sup>[21]</sup> Endereço web: <https://stationf.co/>

<sup>[22]</sup> Endereço web: <https://www.thefamily.co/>

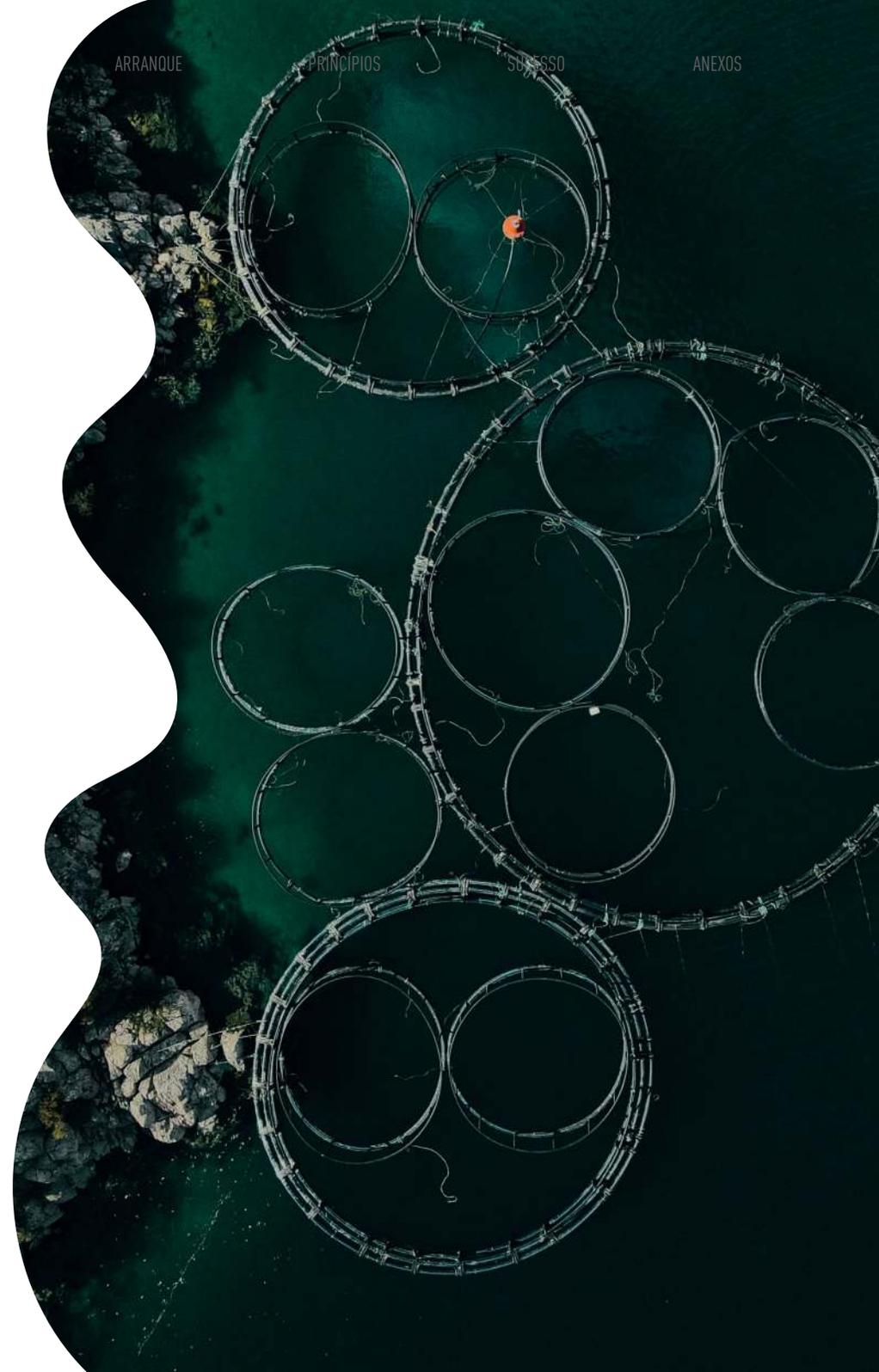
<sup>[23]</sup> Endereço web: <https://lafrenchtech.com/en/how-france-helps-startups/french-tech-services-publics-en/>

<sup>[24]</sup> Endereço web: <https://levillagebyca.com/les-start-up/>

<sup>[25]</sup> Endereço web: <https://www.parisandco.com/>

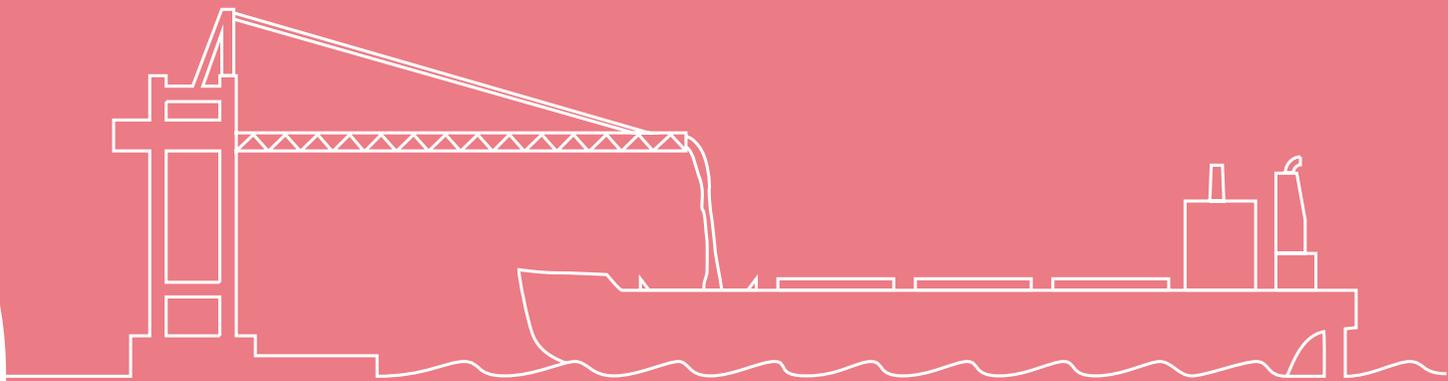
expandir a sua pesquisa para o seu país ou cidade de acolhimento. Após a frequência das formações e programas de desenvolvimento de competências para o empreendedorismo, estará certamente em melhores condições para iniciar o desenvolvimento de uma ideia de negócio. Essas competências, aliadas às competências técnicas que já possui, vão permitir-lhe orientar-se melhor para as oportunidades de negócios existentes.

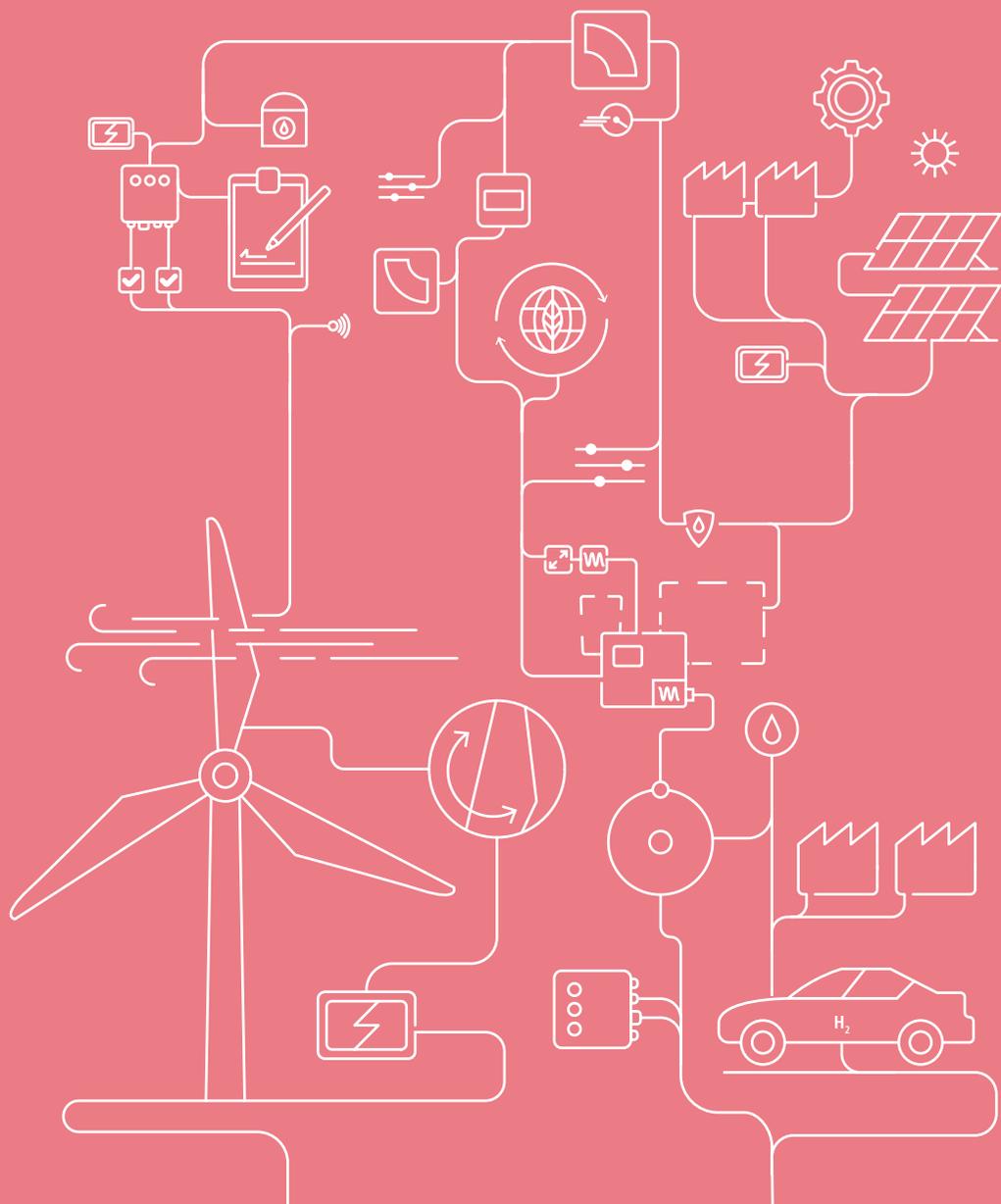
**Mas que oportunidades de negócio existem?**



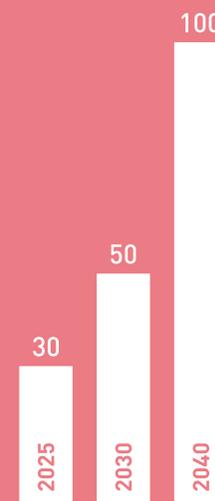
# OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO

4





PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA  
A PARTIR DE FONTES RENOVÁVEIS  
EM %



**Cabo Verde é um país com enormes recursos naturais que, combinados com a tecnologia avançada atualmente existente e a iniciativa privada, permitem criar campeões em vários setores como o agronegócio, a indústria agroalimentar, aquacultura, as energias renováveis, a produção de água, os transportes, a hotelaria, as tecnologias de informação e comunicação com potencial de mercado doméstico e de exportação.**

A dinâmica do investimento dita a duração das oportunidades. A atenção dos investidores às oportunidades de negócio que existem num determinado setor, região ou país criam uma dinâmica de investimentos que rapidamente reduzem o espaço a novas iniciativas e tornam o setor mais competitivo e menos rentável a novos operadores. Todavia, haverá sempre espaço para empresas capazes de oferecer um nível de qualidade superior ou um preço mais competitivo através de utilização de tecnologias e técnicas inovadoras.

De um modo geral, este Guia está estruturado em seis domínios-chave - **Economia Azul, Economia Verde, Turismo, Comércio, Indústria e Economia Digital**. Para cada um dos domínios, delineados abaixo, são apresentados a sua caracterização, as exigências do mercado, os estrangulamentos limitadores e as oportunidades de negócio existentes. Tendo em conta o contexto deste documento, não se pretende que seja uma lista exaustiva, mas sim um conjunto de oportunidades que exigem investimentos de pequena e média dimensão e que se acredita manterem-se como tal por um longo período de tempo.

## ECONOMIA AZUL

Posicionado no Atlântico e com uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) de 734.265 km<sup>2</sup>, Cabo Verde encontra-se numa zona com uma reserva e diversidade de pesca interessante. Não obstante a existência de um número significativo de espécies endémicas, de acordo com o Plano Nacional de Gestão de Recursos Haliêuticos, o potencial de pesca em Cabo Verde estima-

se entre as 33.473 e 46.585 toneladas com maior expressão para tunídeos, demersais e pequenos pelágicos. Todavia, apenas 1/4, ou seja, cerca de 10.000 toneladas são capturados anualmente por cerca de 1.463 embarcações artesanais e 127 industriais e semi-industriais<sup>[26]</sup>.

Devido à concentração da frota nas ilhas de Santiago e São Vicente, estas ilhas representam mais de 70% da captura nacional com descargas essencialmente nos cais da Praia e Cova Inglesa. Contudo, o aumento da atividade de conserva do atum confere ao cais de Tarrafal de São Nicolau uma importância crescente, assim como as ilhas do Sal e Boa Vista, fruto do crescimento da atividade hoteleira.

Não obstante o crescimento do consumo doméstico (cerca de 25 kg per capita anual), a exportação de produtos de pesca, principalmente de conservas, representa o principal produto de exportação. Em 2022, representaram cerca de 85% das exportações nacionais de produtos, ou seja, cerca de 4 milhões de contos (correspondente a 36,3 milhões de euros e 40,5 milhões de dólares).

Segundo o V Recenseamento Geral das Pescas 2021, levado a cabo pelo Instituto do Mar em Dezembro de 2022, o efetivos cabo-verdiano de embarcações era constituído por:

- Embarcações artesanais: 1.463;
- Embarcações semi-industrial/industrial: 127;
- Embarcações de recreio (pesca desportiva): 36.

Sendo que:

- 58% das embarcações semi-industrial/industrial estão ativas;
- 78% das embarcações semi-industrial/industrial têm licença;
- 43% registadas em Santiago, São Vicente com 23% e Santo Antão 10%;
- No Maio não se verificou nenhuma embarcação semi-industrial/industrial.

A nível nacional, as causas de inatividade identificadas foram as seguintes: avaria de motor (28%), danificação do casco (13%), falta de financiamento

<sup>[26]</sup> Recenseamento Geral das Pescas, 2021, INE, IMar

(11%), falta de tripulação (9%) e outros motivos (36%).

Os principais engenhos utilizados no setor da pesca semi-industrial/industrial são rede de cerco (57%), linha de mão (46%), corrico (31%) e vara (27%). Ainda, de notar que 41% das embarcações recorrem ao auxílio de mergulho com garrafas em operações de pesca com rede.

As espécies mais capturadas são:

Demersais:

- Garoupa de pintas (*cephalopholis taeniops*);
- Linguado (*yacium micrurum*);
- Moreia pintada (*muraena melanotis*);
- Moreia preta (*gymnothorax vicinus*);
- Besugo (*pagellus acarne*);
- Badejo (*mycteroperca fusca*).

Pelágicos:

- Serra ou djéu (*acanthocybium solandri*);
- Salmão (*elagatis bipinnulata*);
- Dourado ou lobo (*coryphaena hippurus*);
- Peixe-galo (*zeus faber*);
- Bicuda ou barracuda (*sphryraena guachancho*).
- Peixes de profundidade:
- Bonito (*caranx caryos*);
- Cação (*mustelus mustelus*);
- Charroco (*scorpaena scrofa*);
- Cherne (*mycteroperca rubra*);
- Esmoregal ou charéu (*seriola rivoliana*);
- Garoupa da madeira (*helicolenus dactylopterus*);
- Mero ou merrebedjo (*epinephelus aeneus*);
- Pargo (*pagrus africanus*);
- Diversos sargos, como o salema (*diplodus praiensis*).



Relativamente aos meios de deteção de pescado utilizados a bordo durante as fainas, verifica-se que 55% das embarcações ativas utilizam sonda e 11% utilizam sonar.

Com uma frota eminentemente de pequenas embarcações artesanais, a oportunidade no setor da pesca se apresenta hoje muito forte para estruturas de maior dimensão e equipados para a pesca industrial. O cais de descarga e armazenamento a frio em São Vicente e logísticas em melhoria no cais da Praia e da Palmeira nas ilhas de Santiago e Sal, respetivamente, assim como no Tarrafal de São Nicolau, criam condições para investimentos rentáveis na atividade de pesca industrial, assim como para a produção de gelo, manutenção de navios, fornecimento de equipamentos e consumíveis de pesca e conservação de pescado.

Com uma linha de costa com cerca de 1.020 km, preenchida de praias de areia

negra e branca, e escarpas, será também vantajoso não descurar a utilização de espaços marítimos para diversas atividades económicas, recreativas, desportivas e para a conservação. Assim, o setor da aquicultura — definida como a produção em cativeiro de animais ou plantas que tenham um habitat predominantemente aquático, em pelo menos numa fase da sua vida, e que tenham sido objeto de algum tipo de intervenção humana— não se pode dissociar do setor da pesca, uma vez que a procura cada vez maior de peixe para consumo, que não pode ser satisfeita devido à capacidade sustentável dos recursos, constitui por si só um forte incentivo para o seu desenvolvimento.

Com o exposto anteriormente, torna-se importante ponderar os fatores que têm um grande impacto sobre o desempenho dos projetos neste setor:

### Fatores impactantes na Economia Azul

#### Favoráveis

- Excelente qualidade do pescado, com grande diversidade de espécies e potencial de valorização;
- A dimensão e a qualidade ambiental do mar favorecem capturas diversificadas;
- Vasta reserva de recursos marinhos;
- Controlo da pesca excessiva;
- Larga costa com proteção natural adequada para a aquicultura.

#### Limitantes

- Deficiente cadeia logística associada ao transporte, armazenagem e distribuição de produtos;
- Escassez de mão-de-obra qualificada nalgumas áreas;
- Dimensão, diversificação e nível de desenvolvimento do mercado interno.

## OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO

Segue-se infra uma lista de alguns dos principais domínios de atividade económica onde estão a surgir oportunidades particularmente interessantes neste setor:

- Estabelecimentos de aquicultura para peixes de espécies autóctones promissores como o esmoregal ou a dourada, e o camarão;
- Embarcações de pesca industrial;

- Indústria de produção de gelo para a pesca;
- Centros de descarga e armazenagem de peixe;
- Serviços de manutenção e reparação de embarcações;
- Serviços de formação de marinheiros;
- Indústria de construção naval e equipamentos para a pesca;
- Fornecimento de equipamentos e consumíveis de pesca.

## ECONOMIA VERDE

O setor da economia verde, baseado na atividade da pecuária, da agricultura e das suas indústrias de transformação, tem potencial de crescimento e reais oportunidades de negócio, exigindo novas abordagens de mercado e inovação tecnológica devido à fragmentação da oferta e problemas de qualidade. Globalmente, apenas 20 por cento dos alimentos consumidos em Cabo Verde são produzidos internamente.

De acordo com o Banco Mundial<sup>[27]</sup>, o setor agrícola de Cabo Verde tem se expandido com sucesso na última década, a uma média anual de 4,6% no período de 2007–2016. Este crescimento é mais rápido do que o crescimento anual de 3,2% da economia em geral. Segundo o Censo Geral da Agricultura (2015), de toda a sua extensão territorial, apenas 10% reúne condições para a prática da agricultura fazendo com que aproximadamente mais de 80% dos alimentos de que o país necessita sejam importados. Cabo Verde dispunha de 45.399 explorações agrícolas. Todavia, menos de 15% utiliza sistemas modernos de irrigação e novas técnicas de produção. Menos de 10 hectares estão dedicados à produção agrícola protegida, nomeadamente estufas hidropónicas ou simples estruturas que permitem aumentar a produtividade e a produção, bem como proteger do vento e das pragas e doenças.

Não obstante os desafios hídricos, a estabilidade climática, a temperatura

<sup>[27]</sup> Banco Mundial - Diagnóstico Estratégico do País, 2018

tropical e a baixa incidência de pragas e doenças conferem a todas as ilhas do país potencialidades agrícolas interessantes para a horticultura e fruticultura.

Dentre as culturas hortícolas, o tomate se destaca como sendo o produto com maior representatividade na produção total destas culturas (42,4% e 14 mil toneladas)<sup>[28]</sup> em 2019. Para as culturas de raízes e tubérculos a batata doce é o produto que assume maior peso em termos de produção com 39,4%, seguido da batata comum com 31%. Demais produtos como a couve, repolho, pepino, batatas, cebola, cenoura e pimentão são produzidos em campos de regadio com maior expressão nas ilhas de Santo Antão (26%) e Santiago (59%). Não obstante a redução da produção estimada pelo Censo, a produção horto-frutícola nacional cobre de forma satisfatória o consumo potencial estimado em cerca de 100.000 toneladas anuais.

A fruticultura produziu 9 mil toneladas em 2019 e apresenta capacidades confirmadas para a produção da papaia e da banana. Estas duas principais produções frutícolas representam 73,6% e 12,1% da produção total, respetivamente. A manga surge em terceiro lugar com 762 toneladas e 8,5%. Para a maioria das culturas hortícolas, consegue-se uma produção com vários ciclos ao longo do ano com características organolépticas de nível internacional. Emerge recentemente a produção com excelente qualidade do melão e de morangos, fruto da investigação do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário.

Importa salientar o potencial da vinha (202 toneladas produzidas em 2019) e do café (40 toneladas) que continuam significativamente em sub-exploração na ilha do Fogo, onde apresentam maior especificidade e expressividade. As suas taxas de produção anuais foram negativas em 3,4% e 5,2%, entre 2015 e 2019. A estas culturas de renda junta-se a cana de açúcar com 23 mil toneladas produzidas.

No âmbito da pecuária, tendo a culinária nacional uma forte presença de

pratos de carne, assim como a importância nutricional do consumo de proteínas de origem animal, grandes oportunidades de negócios e potencial de crescimento existem para empresas que se dedicam à criação de bovinos, aves, suínos e caprinos. Isto, sobretudo, nas ilhas com produção agrícola relevante, como são Santiago, Fogo, Santo Antão, São Nicolau e Brava. Não obstante uma reduzida atividade agrícola, as ilhas de Boa Vista e do Maio possuem uma capacidade e experiência assinalável na caprino-cultura.

A produção média anual de carnes bovina, caprina, ovina e suína está à volta de 3.983 toneladas. A produção de carne avícola (tradicional e intensiva) entre 774 toneladas no período de 2015 a 2019. Nesse último ano foram produzidas 2.362 toneladas de carne suína, 711 da bovina, 497 da caprina e 58 da ovina.

Em relação à produção de leite, em 2019, o leite de origem bovina e caprina representava 50,4% (4,5 milhões de litros) e 49,6% (4,4 milhões de litros) em relação à produção total.

No que diz respeito à produção de ovos, em 2019 registou-se uma produção de 49,8 milhões de unidades, com uma taxa de variação positiva de 17,8%, em relação ao ano anterior. De salientar que a produção média de ovos está em 48 milhões, com uma taxa de crescimento médio anual de 2,5% no período de 2015 a 2019.

Para que os vários operadores “a montante” do setor da pecuária e da agricultura possam trabalhar de forma eficiente e manter-se produtivos necessitam de fatores de produção tais como água, sementes de qualidade, fertilizantes, máquinas, equipamentos, instalações, energia e serviços de assistência técnica. Assim, o comércio especializado para a agropecuária, a logística agrícola mediante o aluguer de máquinas e equipamentos, bem como a prestação de serviços de assistência técnica para agricultores e criadores têm uma janela de oportunidades.

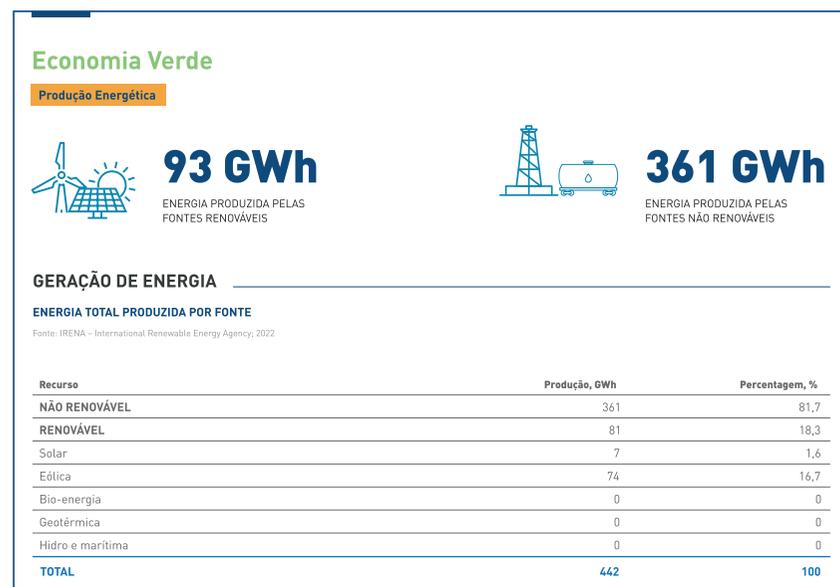
<sup>[28]</sup> INE - Anuário Estatístico de Cabo Verde 2019



Devido à reduzida pluviosidade, o desenvolvimento da economia verde é função sobretudo da capacidade e eficiência nacionais para a produção de energia e água. Cabo Verde tem registado avanços significativos na extensão da rede elétrica, na introdução de tecnologias que permitem uma utilização mais eficiente da energia e no crescimento da produção de energias renováveis.

Com uma produção e penetração marginal no início dos anos 2000, atualmente Cabo Verde atinge uma penetração de energias renováveis de 18,3%<sup>[29]</sup>, representando 81 GWh dos 442 GWh do total, em 2022. Dessa parcela, a contribuição da energia eólica foi de 74 GWh (16,7%), enquanto a solar produziu 7 GWh (1,6%). As ilhas do Sal, São Vicente, Boa Vista e Santiago apresentam as maiores taxas de penetração das energias renováveis com 28%, 27%, 18% e 15%, respetivamente.

O potencial natural para a produção de energia renovável permite a Cabo Verde ambicionar uma produção significativamente superior ao nível atual.



<sup>[29]</sup> International Renewable Energy Agency (IRENA): Cabo Verde - Energy Profile, 2022

Especialmente, com a exigência atual para a transição energética de cidadãos, empresas e demais entidades públicas e privadas, numa mudança de paradigma do consumidor passivo para o consumidor ativo, possibilitando a produção, consumo, partilha, armazenamento e venda de energia produzida a partir de fontes de energia renováveis.

Com efeito, o Governo de Cabo Verde estipulou um objetivo de 30% em 2025 e 50% em 2030. Este crescimento far-se-á através do investimento privado em centrais de energia solar e eólica, mas também no segmento da micro-produção para o auto-consumo doméstico e comercial que vem crescendo de forma significativa nos últimos anos. Porquanto, o objetivo de 50% de penetração em 2030 representa uma oportunidade de negócio que se estima em cerca de 27,6 milhões de contos (correspondente a 250 milhões de euros e 278,5 milhões de dólares).

A reduzida reserva de água devido às chuvas reduzidas e irregulares impõem restrições absolutas ao desenvolvimento da agricultura. Uma fraca produção agrícola limita a disponibilidade de alimentação animal e o desenvolvimento da pecuária. Pelo que existem grandes oportunidades para a produção e comercialização da água a partir da tecnologia de dessalinização da água salobra e marinha, e também do tratamento e reutilização de águas residuais.

No âmbito da análise da situação vigente neste setor, os seus indicadores de contexto e de impacto mais importantes são:

## Fatores impactantes na Economia Verde

### Favoráveis

- Temperatura tropical e estável ao longo do ano;
- Reduzida incidência de pragas e doenças;
- Inflação de produtos concorrentes importados;
- Proximidade de mercados turísticos e de exportação;
- Quadro atrativo de incentivos fiscais.

### Limitantes

- Inflação de matérias-primas e subsidiárias de produção;
- Deficiente logística de transporte e conservação;
- Reduzida apetência do sistema bancário para o financiamento do setor.

## OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO

A fim de beneficiar do potencial latente para desenvolver novas formas de negócios bem-sucedidos, seguem as oportunidades específicas existentes.

### AGRICULTURA

- Produção de produtos hortícolas;
- Produção de frutas, sobretudo a banana, papaia, uva, café, morangos;
- Comércio de equipamentos e consumíveis para a agricultura;
- Comércio de produtos agrícolas através de centros de distribuição;
- Assegurar assistência técnica especializada.

### PECUÁRIA

- Criação de bovinos, suínos, caprinos e avicultura;
- Laboratório de inseminação artificial;
- Comércio de animais de raças melhoradas, adaptáveis ao clima e com alto potencial genético.

### ENERGIA E ÁGUA

- Produção de energias renováveis, aliadas à dessalinização de água para a agricultura e a pecuária;
- Fornecimento de equipamentos de produção de energia renovável para consumo empresarial;
- Micro-produção renovável para auto-consumo.
- Serviços de manutenção de equipamentos de produção de água e energia;
- Serviços de consultoria do domínio da eficiência energética;
- Armazenamento de energia renovável;
- Mobilidade elétrica.

## TURISMO

A estabilidade política e social, associada a fatores naturais como o clima quente, extensas praias de areia branca e montanhas imponentes, assim como a proximidade geográfica à Europa, o maior mercado de procura turística mundial, conferem a Cabo Verde condições excelentes para o desenvolvimento e competitividade da indústria turística.

Entre 2016 e 2022, Cabo Verde registou um aumento de 23% no número de hóspedes, aprovou investimento privado nos estabelecimentos hoteleiros no valor recorde de 1,2 mil milhões de euros em 2020. Projeta-se atingir, em 2030, cerca de 2,4 milhões de turistas que produzirão cerca de 15,4 milhões de dormidas. Para tanto, a oferta turística deverá atingir cerca de 24.800 quartos e 40.690 camas em 2025 e 41.600 quartos e 68.241 camas. Pelo menos 48% da oferta turística deverá estar localizada fora das ilhas de Sal e Boa Vista<sup>[30]</sup>.

No que toca ao gasto diário dos turistas, o valor é de aproximadamente 3.433 escudos (correspondente a 31,13 euros e 34,68 dólares), sendo que os turistas que não viajaram no pacote apresentam maiores gastos [em média 4.891 escudos por dia (correspondente a 44,35 euros e 49,41 dólares)]. Os turistas que residem na França têm o maior gasto médio diário, situando em 11.966 escudos (correspondente a 108,51 euros e 120,89 dólares) e, seguido pelos residentes nos Estados Unidos com um gasto diário de 11.966 escudos (correspondente a 96,74 euros e 107,79 dólares) e, com menor gasto diário, 627 escudos (correspondente a 5,68 euros e 6,33 dólares), os que residem na Itália.

A retoma turística no país rumo aos níveis pré-pandémicos está em níveis muito superiores ao previsto anteriormente. O ano de 2019 tinha registado 819.308 dormidas e 5.117.403 de dormidas. No ano de 2022, a hotelaria registou cerca de 835 mil hóspedes, correspondendo a um acréscimo acentuado de 394,4% face ao ano de 2021. No mesmo período, as dormidas

<sup>[30]</sup> Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 (PEDS II)

[4.088.412] dispararam 387,0%. O Reino Unido foi o principal país de proveniência.

Os turistas do Reino Unido foram os que permaneceram mais tempo em Cabo Verde, com uma estadia média de 5,6 noites. A ilha do Sal foi a ilha mais procurada, representando cerca de 61,8% das entradas nos estabelecimentos.

Nas ilhas do Sal e da Boa Vista, o domínio de grandes estabelecimentos hoteleiros e uma maior frequência de voos internacionais ao longo do ano oferecem oportunidades para pequenos estabelecimentos turísticos com um serviço tipicamente local, tradicional e mais personalizado. Estas ilhas oferecem, assim, oportunidades de negócio nos setores da restauração, entretenimento, excursões, atividades náuticas e o agenciamento de viagens.

A Ilha do Maio, com potencialidades naturais semelhantes e uma reduzida construção na orla marítima, permite aos investidores a oportunidade de instalação de estabelecimentos hoteleiros na primeira linha de praia e a restauração em zonas centrais da Cidade de Porto Inglês.

Com um potencial natural diferente devido às elevações montanhosas, uma fauna e flora mais desenvolvidas, as ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Fogo, Brava e interior da ilha de Santiago oferecem um excelente potencial para o desenvolvimento do turismo de natureza.

No início de 2022, estavam em atividade 292 estabelecimentos hoteleiros no país. Santo Antão possuía 69 estabelecimentos de alojamento turístico, o que corresponde a 23,6% do total de estabelecimentos em funcionamento. A seguir, apareceram Santiago (65 - 22,3% do total), São Vicente (56 - 19,2%), Sal (32 - 11,0%) e Fogo (25 - 8,6%). Seguiam-se as ilhas de São Nicolau, Boa Vista e Maio com o mesmo número de estabelecimentos (12) correspondendo a 4,1% do total. A ilha Brava, com somente 9 estabelecimentos em funcionamento, representava 3,1% do total<sup>[31]</sup>.

<sup>[31]</sup> INE - Estatísticas do Turismo - Inventário Anual de Estabelecimentos Hoteleiros 2021

A qualidade de serviço é ainda deficitária, assim como a oferta de serviços para atividade turística (excursões, incluindo trekking e atividades culturais). Assim, nestas ilhas há um enorme espaço para investimentos em pequenos estabelecimentos rurais com uma oferta completa de alojamento e atividades turísticas de natureza e cultura.

Da dinâmica da atividade turística emergem oportunidades para os setores de suporte como a produção alimentar, desde a agricultura, pecuária, à transformação agroalimentar, distribuição alimentar, segurança, manutenção de equipamentos e de espaços verdes, produção de energia, sobretudo renováveis. Os transportes, serviços de saúde e a imobiliária, tanto para o alojamento turístico, como para a população residente que aumenta fortemente em resultado do crescimento da atividade turística, são igualmente setores a ter em conta.

A população mundial está envelhecendo, suscitando a disponibilidade de mais recursos de qualidade na saúde e os cuidados de saúde, por força das circunstâncias, tornaram-se também um fator de atração turística criando serviços especializados para grupos específicos de pacientes como, por exemplo, check-up, medicina dentária e estética, reabilitação de pessoas com mobilidade reduzida, fisioterapia, terapia ocupacional e hidroterapias de bem-estar (spas, termalismo, talassoterapias, entre outros). Porém, em 2016 haviam 408 médicos (186 na Praia e 103 em São Vicente) e 690 enfermeiros (237 na Praia e 169 em São Vicente). Os principais destinos turísticos do país, Sal e Boa Vista, tinham 15 e 5 médicos, respetivamente.

A variação superficial da água do mar permite dividir a Zona Económica Exclusiva de Cabo Verde em duas épocas: uma época fria de Dezembro a Junho com águas cuja temperatura média oscila entre 22-23°C e época quente, cuja temperatura média oscila entre 26-27°C. Não obstante isto, as ilhas são temporariamente atravessadas por uma frente quente entre os meses de Junho-Julho e de Outubro-Novembro<sup>[32]</sup>. Esta estabilidade da

<sup>[32]</sup> Almada, E.1994. - Caracterização Oceanológica das Zonas de Pesca da ZEE do Arquipélago de Cabo Verde. INDP

temperatura ao longo do ano, as ilhas montanhosas e as salinas proporcionam a Cabo Verde um potencial extraordinário para o turismo de Saúde, associando o ecoturismo ao tratamento de saúde numa rede cada vez mais desenvolvida de clínicas de especialidade na Praia e Mindelo. As ilhas com maior potencial para o ecoturismo, Santo Antão, Brava, Fogo e São Nicolau, possuem oportunidades importantes de negócio para o turismo de saúde.

Devido à natureza estratégica do setor do Turismo, são estes os fatores que necessitam de ser observados para que seja possível alcançar resultados tangíveis de projetos de investimento:

### Fatores impactantes no Turismo

#### Favoráveis

- Facilitação da emissão de vistos;
- Proximidade do mercado europeu e da África Ocidental;
- Temperatura quente e estável ao longo do ano;
- Incentivos fiscais e outros estímulos à atividade turística;
- Crescimento contínuo do fluxo turístico nos últimos anos;
- Produto “Sol e Praia” consolidados e bastante procurados;
- Qualificação de recursos humanos através da Escola de Hotelaria e Turismo;
- População jovem e economicamente ativa.

#### Limitantes

- Transporte interno insuficiente e caro;
- Reduzida oferta de voos internacionais regulares para Cabo Verde;
- Promoção internacional do destino insuficiente;
- Vias de acesso deficitárias para zonas de interesse turístico;
- Sistema de saúde deficiente;
- Forte dependência da importação na cadeia de abastecimento dos hotéis;
- Patrimónios culturais material e imaterial pouco aproveitados.

## ÁREAS DE NEGÓCIO EMERGENTES

O conjunto de oportunidades no setor do turismo decorre do forte crescimento do produto “sol e praia”, mas não ignora a valorização do património cultural, material e imaterial, público e privado, encontrando usos e utilizações compatíveis com a sua salvaguarda.

Em torno dos recursos naturais e culturais, existe um conjunto de serviços em

prol de uma maior sustentabilidade, que acrescentam valor à atividade e criam novas formas de negócios bem-sucedidos que vão desde:

- Turismo criativo: criação de produtos culturais para usos turísticos;
- Turismo cultural: organização de eventos e agenciamento de artistas;
- Turismo de iates e embarcações;
- Espaços imobiliários para nómadas digitais: coworking e coliving;
- Estabelecimentos de ecoturismo;
- Agências de turismo;
- Serviços de jardinagem;
- Manutenção de equipamentos de hotelaria;
- Formadores em língua estrangeira;
- Guias e serviços de excursões e observação de cetáceos e tubarões;
- Serviços de saúde orientados para o turista;
- Turismo de eventos desportivos náuticos;
- Turismo de jogo.

## INDÚSTRIA

A oportunidade do desenvolvimento da indústria nacional decorre do crescimento dos setores produtivos, sobretudo da agricultura, da pesca e da pecuária, assim como da procura de bens alimentares no mercado doméstico, ainda muito dominado por produtos importados.

A forte recuperação do setor do turismo após a pandemia, apresenta previsões para a chegada de mais de 850.000 turistas em Cabo Verde em 2023 e 1 milhão em 2025. Este nível de procura e estadia de turistas representa uma procura de bens alimentares e bebidas na ordem dos 6,7 milhões de contos anuais. São oportunidades para a indústria nacional de bebidas nas ilhas de Santiago e São Vicente. Para a indústria de queijo na Boa Vista, Fogo, S. Antão e São Vicente. Para a indústria de conserva em São Nicolau e São Vicente. Para a indústria de produtos hortícolas congelados e de doces em Santiago e Santo Antão. Para a indústria de panificação e pastelaria em todas



as ilhas do país.

Para além da agroindústria, a operação diária dos hotéis exige fornecimentos de diversos serviços específicos que constituem oportunidades diretas ou através da indústria de lavagem de produtos têxteis aos hotéis e restauração, para a indústria de detergentes e produtos cosméticos em São Vicente e Santiago. Esta indústria também beneficia do crescimento de toda a indústria nacional que utiliza os detergentes para trabalhos de manutenção diária. Estas são oportunidades que vêm a acrescentar à procura da população por produtos de higiene doméstico e pessoal.

A indústria de conservação e transformação agro-alimentar continua a ser um setor com enorme potencial. A variação de preços de produtos hortícolas no mercado devido à sazonalidade da produção nacional, custos de logística internacional, assim como as perdas derivadas da sobreprodução são oportunidades para indústrias de transformação de produtos hortícolas através da congelação ou a conserva.

Associada à atividade pecuária emerge a oportunidade para novos segmentos como a instalação de um laboratório de inseminação artificial, iniciativa esta revolucionária para o setor. A importação, comercialização e introdução de raças melhoradas com alto potencial de rendimento, assim como a importação de ovos férteis para a produção e fornecimento de pintos à indústria de produção de frangos e ovos são oportunidades que se apresentam.

De modo a dar resposta às características e aos condicionalismos especiais deste setor de atividade, devem ser levados em conta os seguintes fatores na implementação com êxito e eficácia dos investimentos:

## Fatores impactantes na Indústria

### Favoráveis

- Potencial de produção local de matérias-primas (agroalimentar);
- Quadro atrativo de incentivos fiscais;
- Proximidade de mercados de exportação;
- Formação de recursos humanos de nível profissional.

### Limitantes

- Custo de energia (contornável com a produção de energias renováveis);
- Produção, distribuição e utilização eficiente da água;
- Deficiente logística de transporte e armazenagem.

## OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO

O aproveitamento do potencial deste setor está na satisfação da crescente procura nas áreas de:

- Produção de produtos hortícolas;
- Produção de frutas congeladas;
- Produção de vinhos;
- Produção do café;
- Produção de pratos tradicionais em conservas;
- Produção de conservas de peixe e mariscos;
- Produção de sumos de fruta;
- Produção de gelados;
- Panificação e pastelaria;
- Extração de inertes (pedra, areia e brita), do sal e da pozolana;
- Produção de têxteis, confeções e calçados;
- Produção de aguardente.

## ECONOMIA DIGITAL

A evolução tecnológica global é uma forte aposta do Estado e de empresas na aproximação dos negócios à tecnologia, automatização e digitalização de processos organizacionais, promovendo uma evolução significativa da economia digital em Cabo Verde nos últimos 20 anos.

Nesse contexto, a formação de recursos humanos de nível superior nas Universidades, a política de incentivos fiscais para a importação de tecnologias de informação e comunicação, uma taxa elevada de utilização de comunicações móveis, a instalação de Data Centers, assim como o acesso à internet de banda larga, fibra e 4G, constituem fatores-chaves para o crescimento do setor. Com efeito, em 2021 existiam em Cabo Verde cerca de 154 empresas de tecnologias de informação<sup>[33]</sup> que asseguram o desenvolvimento de soluções tecnológicas para as empresas e o Estado, distribuição de tecnologias de informação e comunicação, manutenção de equipamentos e instalação de redes.

O potencial do setor será ainda maior com a criação da Zona Económica Especial para Tecnologias (ZEET)<sup>[34]</sup> na Praia e no Mindelo que favorece e incentiva a participação da diáspora cabo-verdiana através da constituição de empresas principiantes (startups) de base tecnológica que atuem nas áreas de software, hardware e serviços de TIC, bem como a instalação do Parque Tecnológico Arquipélago Digital de Cabo Verde - TechPark.CV, na Cidade da Praia, do Data Center e Centro de Formação em São Vicente, incluindo a interligação de Cabo Verde na rede Starlink.

Estes novos recursos criam capacidades extraordinárias para a expansão do setor para os mercados internacionais, quer através de empresas nacionais quer da instalação em Cabo Verde de empresas multinacionais interessadas em aproveitar estes recursos para ganhar capacidade competitiva global nos domínios de maior crescimento do mercado como: Infraestrutura (Cibersegurança, Computação em Nuvem), Processamento (Robótica, Impressão 3D, Realidade Virtual) e Distribuição (Big Data, Inteligência Artificial, Blockchain).

O Parque Tecnológico fomenta a tecnologia e inovação ao fornecer infraestrutura básica, de ordem técnica, administrativa e logística, serviços de

<sup>[33]</sup> Instituto Nacional de Estatística - Inquérito Anual às Empresas 2021

<sup>[34]</sup> Zona Económica Especial para Tecnologias (ZEET), Lei n.º 15/2022, de 12 de maio: <https://kiosk.incv.cv/1.1.46.4218>

promoção de empresas, apoio a criação de redes internas e externas, internacionalização, incubadora, laboratórios e coworking. As empresas instaladas estão livres de impostos a pessoas coletivas, IVA e impostos aduaneiros, e ainda beneficiarão de incentivos fiscais.

No quadro dos obstáculos à entrada e permanência neste setor, deve ser concedida especial atenção ao impacto dos seguintes fatores indispensáveis para o sucesso:

### Fatores impactantes na Economia Digital

#### Favoráveis

- Acesso à internet 4G;
- Ligação de Cabo Verde às redes internacionais de internet;
- Disponibilidade de serviços de data centers;
- Qualificação de recursos humanos de nível superior;
- Incentivos fiscais para a aquisição de tecnologia e atividade empresarial;
- Proximidade de mercados de exportação.

#### Limitantes

- Custo elevado das comunicações;
- Reduzida dimensão do mercado interno;
- Falta de mão de obra qualificada em quantidade;
- Reduzida penetração da fibra óptica.

## OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO

A digitalização de muitas atividades da sociedade é um meio de melhorar a vida das pessoas e um passo fundamental para o avanço do país. Por isso, existem janelas de oportunidade para o empreendedorismo tecnológico como veículo para uma maior inclusão financeira, enfatizando a inclusão de populações que geralmente são excluídas, como mulheres e micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).

Os setores emergentes de oportunidade de negócio que se pode tirar partido da economia digital são:

- GovTech (Tecnologia Governamental): Inovações tecnológicas aplicadas a serviços governamentais;

- FinTech (Tecnologia Financeira): Startups que inovam em serviços financeiros, como pagamentos digitais;
- AgriTech (Agricultura Tecnológica): Soluções tecnológicas para o setor agrícola.
- Serviços de data center;
- Soluções tecnológicas integradas de Big Data e Computação em Nuvem;
- Serviço de desenvolvimento de aplicações e páginas web;
- Serviço de formação e certificação;
- Serviço de instalação e manutenção de redes;
- Serviço de cibersegurança;
- Serviços de call center;
- Serviço de manutenção de equipamentos informáticos e de telecomunicações.

#### **ZONA ECONÓMICA ESPECIAL PARA TECNOLOGIAS (ZEET)**

Criada para assegurar que as indústrias de Cabo Verde, independentemente do seu setor, da sua localização e da sua dimensão, possam tirar pleno partido das inovações digitais, melhorar os seus processos e adaptar os seus modelos de negócio à mudança digital, a ZEET destina-se a empresas de base tecnológica que desenvolvam atividades com as seguintes características:

- Permitam ou potenciem a criação de riqueza, valor agregado e emprego (sobretudo, emprego jovem);
- Fomentem as exportações;
- Promovam uma cultura de inovação, com fomento de criatividade ao nível da investigação e desenvolvimento tecnológico;
- Permitam o desenvolvimento de serviços digitais;
- Criem as condições favoráveis para servir de incubadora de startups na área da tecnologia.

Além de incentivos financeiros, as empresas autorizadas a operar na ZEET gozam dos seguintes benefícios fiscais e aduaneiros:

- Taxa reduzida de IRPC de 2.5%;

- Isenção de IRPC ou de IRPS aplicável às entidades que participem no capital social de sociedades autorizadas para operar na ZEET, relativamente a lucros colocados à sua disposição por essas sociedades, e a juros e outras formas de remuneração de suprimentos ou adiantamentos de capital por si feitos à sociedade, ou devidos pelo facto de não levantarem os lucros ou remunerações colocadas à sua disposição;
- Isenção de IVA;
- Isenção de Imposto de Selo nas operações de contratação de financiamento para a realização do investimento;
- Isenção de IUP - Imposto Único sobre o Património;
- Isenção de direitos aduaneiros na importação de determinados materiais (por ex, software), equipamentos, matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e semiacabados; os direitos aduaneiros são reembolsáveis caso não tenha sido concedida isenção;
- Isenção de emolumentos notariais devidos na constituição e registo;
- Isenção em 50% dos emolumentos notariais devidos na compra e venda de imóveis para a sua instalação.

As empresas autorizadas para operar na ZEET estão sujeitas às obrigações fiscais previstas na legislação fiscal em vigor, incluindo em sede de preços de transferência, tributações autónomas, e regras de liquidação e pagamento de imposto. São também aplicáveis as obrigações fiscais previstas no regime do Centro Internacional de Negócios, previsto no Código dos Benefícios Fiscais.

# OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE CABO VERDE



## Economia Verde

Acelerar a transição energética para atingir 100% de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis.

Com uma área agrícola de 70.433 hectares, aumentar a produção agrícola sustentável.

Transformar Cabo Verde numa plataforma marítima de preferência para a economia regional e mundial.

## Economia Azul

## Turismo

Colocar Cabo Verde no Top 50 do ranking da competitividade turística e desconcentrar o turismo para todos os Municípios Cabo-verdianos.

Aumentar a taxa de cobertura das exportações sobre as importações de bens e reforçar as relações comerciais intra-regional

## Comércio

## Indústria

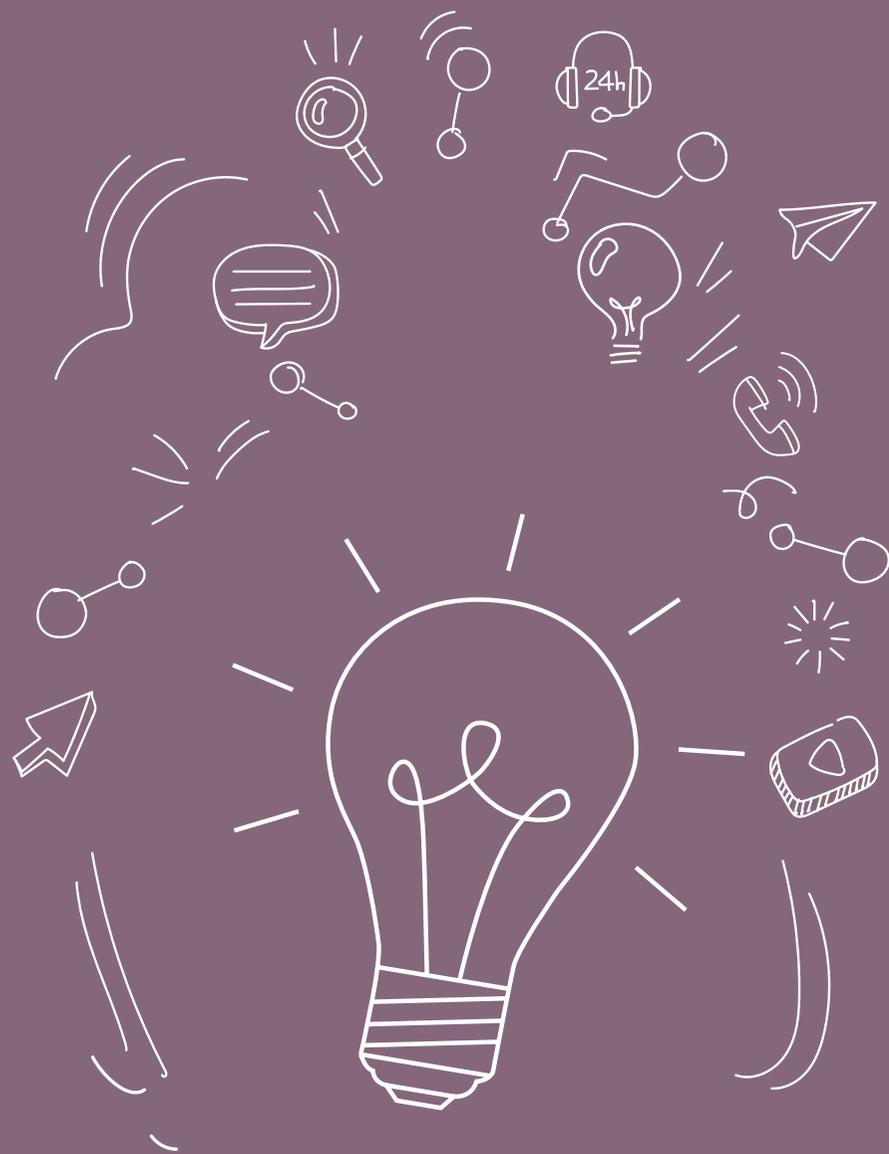
Tornar o sector industrial competitivo e inovador, integrado nas cadeias de valor regionais e globais.

Tornar Cabo Verde num hub regional de excelência em tecnologia, telecomunicação, inovação e empreendedorismo.

## Economia Digital

# TENHO ALGUMAS IDEIAS. E AGORA?

5



## AGRICULTURA - ESTIMATIVAS DE PRODUÇÃO

Fontes: Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) - 2015; MAA, Direção de Estatística e Gestão da Informação



182.396 PESSOAS TRABALHAM NAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS FAMILIARES



8.677 TONELADAS DE MILHO PRODUZIDOS



11.6 MILHÕES DE LITROS DE LEITE PRODUZIDOS



54.5 MILHÕES DE OVOS PRODUZIDOS



48.512 TONELADAS DE CULTURAS HORTÍCOLAS PRODUZIDAS  
TOMATE: 15 133  
REPOLHO: 8.698  
CEBOLA: 5.066



22.963 TONELADAS DE RAÍZES E TUBÉRCULOS PRODUZIDAS  
BATATA-COMUM: 10.485  
BATATA-DOCE: 6.262  
MANDIOCA: 5 667



TONELADAS DE FRUTA PRODUZIDA  
BANANA: 10.443  
MANGA: 1.363  
PAPAIA: 3.284



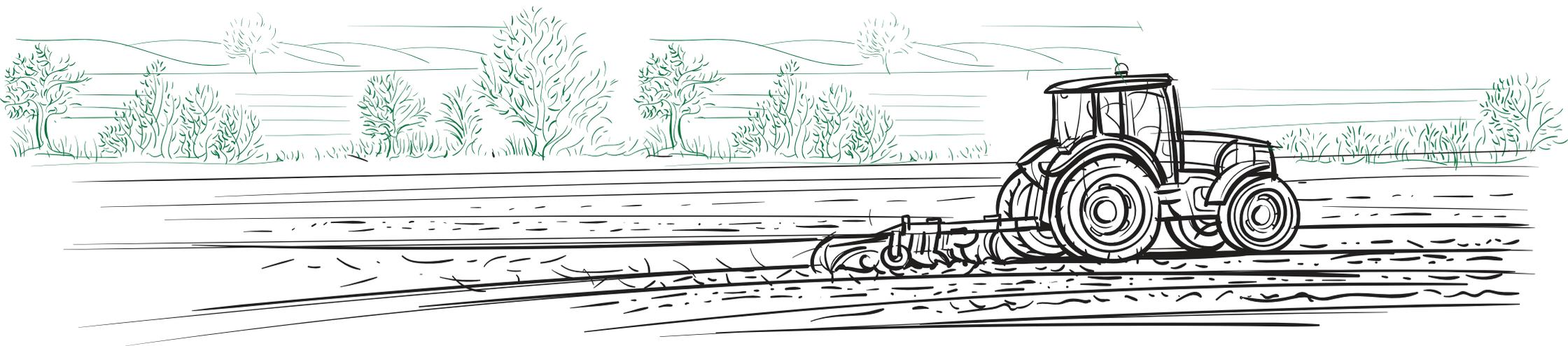
TIPOS DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA NÃO FAMILIARES:  
9 EMPRESAS AGRÍCOLAS  
3 COOPERATIVAS  
5 ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES  
23 ENTIDADES PÚBLICAS (ESTADO/CÂMARA)  
65 ESCOLAS  
8 IGREJAS  
27 OUTRAS



45.399 EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS FAMILIARES



EFETIVO PECUÁRIO, POR ESPÉCIES:  
29.558 BOVINOS  
107.532 CAPRINOS  
66.808 SUÍNOS  
12.620 OVINOS



A partir da lista exposta aqui no Guia e várias possibilidades que eventualmente considera, é expectável que todas as oportunidades de negócio que considerar passem por um processo de avaliação e seleção, até decidir pela opção que mais lhe motiva e desafia, tendo em vista os objetivos económicos e sociais que pretende alcançar.

É muito frequente constatar nos investidores da Diáspora uma pretensão muito forte que o investimento venha a trazer impactos sociais relevantes para a sua cidade ou ilha de origem. Todavia, estes não deverão sobrepor aos fatores económicos e financeiros. No final do dia, a viabilidade e sustentabilidade financeira são determinantes para o sucesso do negócio e, por conseguinte, da continuidade da contribuição social pretendida. O processo de decisão deve considerar os seguintes aspetos:

#### **VIABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA**

A existência de um mercado com um potencial atual e crescimento a longo prazo para um determinado produto ou serviço, assim como a capacidade técnica e tecnológica dos promotores e da empresa para desenvolver uma oferta competitiva do ponto de vista da qualidade, preço e serviço, são aspetos fundamentais para a geração de lucros, o pagamento das responsabilidades com os colaboradores, fornecedores e o Estado, ou seja, para o sucesso do negócio.

#### **MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS**

Em função da natureza do negócio, a sua viabilidade financeira, a sua localização, a tecnologia e infraestrutura necessárias implicam um determinado volume de investimento para os quais é necessário mobilizar recursos. Estes recursos advêm da poupança dos promotores, de empréstimos junto a instituições financeiras, crédito de fornecedores, entre outros recursos alheios/externos. A nossa capacidade de reunir esses recursos deve ditar a nossa opção entre as várias possibilidades. Sob prejuízo de, por falta de fundos, sermos obrigados a desistir ao longo do processo de implementação e ficarmos sujeitos a enormes prejuízos.

#### **COMPETÊNCIAS**

A existência de competências técnicas do promotor e da equipa é também um fator essencial. O sucesso das empresas é função fundamentalmente das pessoas. Da sua capacidade técnica e liderança para gerir a empresa, desenvolver e aperfeiçoar produtos e serviços, planear de forma adequada, tomar boas decisões no dia-a-dia, gerir riscos e servir com qualidade os clientes.

A análise das competências necessárias ao nível da gestão pode resultar que seja necessário mobilizar, ao nível dos promotores do projeto, pessoas que aportem a experiência no negócio ou a experiência de gestão. Para além do fator competência, a entrada de novos sócios promotores justifica-se também pela necessidade de trazer mais recursos próprios, partilha de riscos e uma capacidade maior para trazer oportunidades à empresa.

Não obstante o desenvolvimento assinalável na capacitação de recursos humanos em Cabo Verde, ainda há setores deficitários em número e qualificação que constroem o seu crescimento, são os casos do setor agrícola, da saúde, hotelaria e a indústria de uma forma geral.

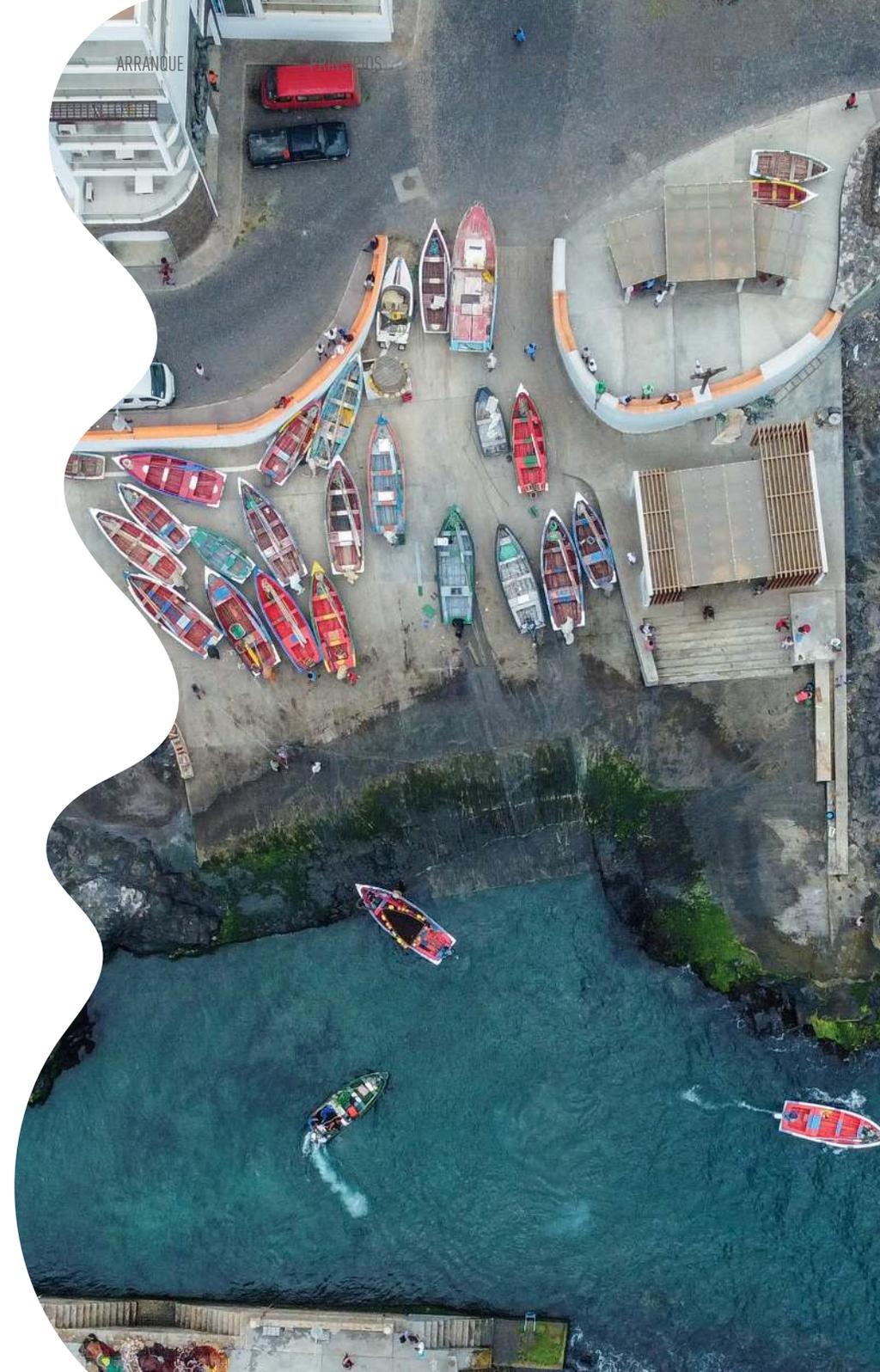
De modo a reunir de forma adequada e completa os elementos necessários para uma avaliação da viabilidade financeira, volume de investimento e competências, será necessário um trabalho de levantamento de informações junto de instituições de estatística, da entidade governamental responsável do setor. Importante, ainda, o levantamento no terreno dos fatores que influenciam o comportamento dos consumidores, dos concorrentes, dos fornecedores, das infraestruturas de suporte à atividade e tendências de financiamento do setor.

Nesta fase, em função da complexidade das opções que considera, pode tornar-se muito importante ter o suporte de um profissional ou uma sociedade especializada na avaliação de viabilidade de negócios e de serviços de consultoria a empresas e investidores. Em função das necessidades poderá

aceder a profissionais através da consulta à Ordem dos Contabilistas e Auditores Certificados, à Ordem dos Engenheiros, à Ordem dos Advogados, à Ordem dos Economistas, às Câmara de Comércio de Sotavento e do Barlavento ou mesmo a Pró Empresa, um dos pontos focais de facilitação do investimento, que possui uma bolsa de consultores de gestão certificados.

Ainda, sugerimos empresas de consultoria em negócio e investimento pertencentes a membros da diáspora localizados nos países de destino. Por fim, recomendamos a consulta das informações relevantes sobre estes recursos profissionais e institucionais apresentados em anexo.

Com os dados recolhidos, e uma análise especializada com suporte a um profissional experiente na área, terá condições de avaliar as várias possibilidades e decidir que oportunidade de negócio melhor encaixa no seu perfil de investimento.



**JÁ DECIDI O QUE FAZER. VAMOS A ISSO!**

**6**



## ! 5 passos para abrir uma empresa em Cabo Verde

1

### Fazer uma análise de mercado

Uma análise de mercado irá ajudá-lo a perceber se a sua ideia de negócio é viável, a conhecer a concorrência, se o seu produto ou serviço acrescenta algo de novo e se existe público para o consumir.

2

### Delinear um plano de negócios

Um bom plano de negócios é essencial para orientá-lo na fase inicial do negócio. Além de ajudar a definir o modelo a aplicar e a viabilidade da ideia, trata-se de uma ferramenta essencial para o ajudar a obter financiamento junto das entidades bancárias ou investidores para o seu projeto.

Quer começar um negócio?

4

### Registrar e licenciar a empresa

Tendo reunido de forma total ou parcial os fundos necessários, no final ou durante o processo de financiamento será necessário a formalização dos acordos de financiamento com a entidade que executará o investimento, nesse caso a empresa. Para tal, deverá proceder ao registo e licenciamento junto das entidades competentes.

3

### Encontrar financiamento

O plano de negócios ajuda-o a descobrir quanto dinheiro precisará para iniciar o seu negócio. Se não tiver esse montante disponível, precisará de encontrar investimento para abrir a empresa.

5

### Instalar a empresa

Reunido os recursos, inicia o processo de instalação da empresa com a aquisição de equipamentos, construção ou arrendamento de instalações, recrutamento, formação, definição de procedimentos internos entre outras atividades para o início de atividade.

Feita a análise de viabilidade e decidido em que negócio investir, de forma individual ou com sócios, torna-se importante, antes de tudo, planejar o negócio. O planeamento passa por desenvolver um plano de negócios onde aprofunda com maior detalhe e uma visão prospetiva a análise do mercado, os investimentos necessários, a estrutura física e tecnologia, os recursos humanos, o financiamento necessário e a planificação financeira, incluindo a análise de viabilidade financeira.

## PLANIFICAÇÃO DO NEGÓCIO

Este plano poderá ser simplificado ou mais desenvolvido em função da complexidade do negócio e do nível de experiência do promotor na gestão empresarial ou na atividade específica que pretende desenvolver. Dada a expertise necessária para o efeito, recomenda-se a contratação de um consultor ou uma equipa de consultores. Este tipo de apoio também está disponível através dos programas de identificação de necessidades de assistência técnica e de reforço das capacidades da Pró Empresa, cujas informações relevantes constam dos anexos deste Guia.

Um dos aspetos fundamentais que justificam a elaboração de um Plano de Negócios tem a ver com o facto da gestão das empresas ser um exercício permanente de gestão de incertezas. Incertezas sobre a procura do mercado, das condições ambientais, da evolução do preço e da disponibilidade de matérias-primas, de eventos de foro sanitário (a recente pandemia), da logística internacional, da evolução dos mercados financeiros, entre outros, fatores externos fora do controlo da empresa. Ao longo do exercício de elaboração do plano, todos os aspetos que constituem riscos à atividade da empresa são analisados, avaliados e desenvolvidas soluções ou medidas que permitam contorná-los com o menor prejuízo possível para a atividade operacional e resultados financeiros da empresa.

Ter esta preparação confere robustez e resiliência à empresa e uma enorme credibilidade junto dos parceiros, sobretudo os parceiros financeiros. Estes, no quadro da mobilização de recursos financeiros, serão um dos primeiros a requerer um plano de negócios.

Com efeito, são pilares fundamentais da estrutura e conteúdos de um plano de negócio os seguintes capítulos:

- **Sumário Executivo:** Um breve resumo das metas, estratégias e projeções financeiras da empresa.
- **Descrição da Empresa:** Uma visão geral da empresa, incluindo sua declaração de missão, modelo de negócios e história.
- **Análise de Mercado:** uma análise detalhada da indústria, mercado-alvo e concorrência.
- **Produtos ou Serviços:** uma descrição dos produtos ou serviços da empresa, incluindo seus recursos, benefícios e canais de distribuição.
- **Plano de Vendas e Marketing:** um plano de atração e retenção de clientes, incluindo estratégias de preço, promoção e distribuição.
- **Plano Financeiro:** projeções financeiras, incluindo a projeção de resultados, balanços patrimoniais e demonstrações de fluxo de caixa, bem como os rácios financeiros e avaliação do projeto.
- **Plano de Recursos Humanos:** Uma visão geral da equipa de gestão, a sua experiência, habilidades e qualificações, assim como os recursos humanos nos vários departamentos operacionais, as orientações de gestão, desenvolvimento e retenção de recursos humanos.
- **Plano de Operações:** Um plano de como a empresa irá operar, incluindo processos de produção, fornecedores e logística.
- **Riscos e Contingências:** Uma análise dos riscos potenciais para o sucesso da empresa e um plano de como mitigá-los.
- **Anexos:** Materiais de apoio, como currículos, dados de pesquisa de mercado e documentos legais.

A IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação (Portugal)<sup>[35]</sup> e o Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas<sup>[36]</sup> contam com uma coleção abrangente de recursos com vista ao desenvolvimento de um plano de negócios.

Financiado pela União Europeia, o Programa SwitchMed é implementado, em parte, pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e possui recursos<sup>[37]</sup> semelhantes em inglês<sup>[38]</sup> e francês<sup>[39]</sup>.

Tendo um plano, segue-se o processo de mobilização de recursos para o qual é necessário o registo de uma sociedade, sendo que esta se apresentará como a entidade que formalmente assumirá as responsabilidades com terceiros.

## REMPE - REGIME JURÍDICO ESPECIAL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Desde Agosto de 2014 que Cabo Verde dispõe do REMPE que tem a finalidade de promover a competitividade, produtividade, formalização e desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas (MPE), reduzir exigências burocráticas e administrativas, assim como a dificuldade de acesso a oportunidades de negócio. Para efeitos de acesso ao regime, o processo de constituição e certificação é gratuito e deve-se ser feito na Casa do Cidadão, que funciona como balcão único. Ainda, deve ser feita a comunicação prévia ao Presidente da Câmara Municipal da sua sede para o efeito do início de atividade e o pagamento da respectiva taxa.

<sup>[35]</sup> IAPMEI - Empreendedorismo e Inovação - Guias e Manuais de Apoio: [https://www.iapmei.pt/getattachment/PRODUTOS-E-SERVICOS/Empreendedorismo-Inovacao/Empreendedorismo/Guias-e-Manuais-de-Apoio/ComoElaborarPlanodeNegocio-\(5\).pdf.aspx](https://www.iapmei.pt/getattachment/PRODUTOS-E-SERVICOS/Empreendedorismo-Inovacao/Empreendedorismo/Guias-e-Manuais-de-Apoio/ComoElaborarPlanodeNegocio-(5).pdf.aspx)

<sup>[36]</sup> Sebrae - Plano de Negócio: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/df/sebraeaz/ferramentas-para-voce-criar-seu-plano-de-negocio,31f40d58df4f5410VgnVCM2000003c74010aRCRD>

<sup>[37]</sup> SwitchMed e-library: <https://2014-2019.switchmed.eu/en/e-library.html>

<sup>[38]</sup> SwitchMed - Create your Green Business! The Handbook for Green Entrepreneurs in the Mediterranean - [https://2014-2019.switchmed.eu/en/documents/ge-green-entrepreneurship-corner/handbook\\_en.pdf](https://2014-2019.switchmed.eu/en/documents/ge-green-entrepreneurship-corner/handbook_en.pdf)

<sup>[39]</sup> SwitchMed - Créez votre entreprise verte. Le manuel des entrepreneurs verts en Méditerranée - [https://2014-2019.switchmed.eu/en/documents/ge-green-entrepreneurship-corner/handbook\\_fr.pdf](https://2014-2019.switchmed.eu/en/documents/ge-green-entrepreneurship-corner/handbook_fr.pdf)



## REGISTO DA SOCIEDADE

O registo da sociedade exige que previamente sejam definidos essencialmente o tipo de sociedade, objeto social, o capital social, a distribuição das quotas ou ações, a sua forma de realização - pecuniário (em dinheiro) ou espécie (contribuição com bens diferentes de dinheiro) -, os órgãos de gestão e as pessoas que assumem as funções nesses órgãos<sup>[40]</sup>.

A atividade comercial em Cabo Verde pode ser exercida sob a forma jurídica de um Empresário em Nome Individual, de uma Sociedade por Quotas e uma Sociedade Anónima. Os quadros seguintes elucidam as nuances específicas de cada uma na natureza do contrato de sociedade, no capital social e no funcionamento da gerência e das contas.

### 1. EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

#### Descrição

Tipo societário para empresas formadas apenas por um sócio. Neste regime, a responsabilidade do empresário é ilimitada; ou seja, ele pode responder com os seus bens pessoais às obrigações assumidas pela empresa.

#### Contrato de Sociedade

É toda pessoa singular, residente ou não, com sede em Cabo Verde ou não, que exerça a atividade de empresa comercial.

#### Capital Social

Não se aplica.

#### Gerência e Contas

Exercida por pessoas singulares. É pessoal e intransmissível. Não há instruções legais sobre as contas, contudo se aconselha que tenha contas enquanto elemento de suporte à tomada de decisões e controlo interno.

### 2. SOCIEDADE POR QUOTAS

#### Descrição

A sociedade por quotas é uma forma jurídica de empresa, com responsabilidade limitada, constituída por dois ou mais sócios, cujo capital social da empresa está dividido por quotas. Uma sociedade por quotas também pode ser unipessoal, quando é constituída por apenas um sócio, que detém a totalidade do capital social.

#### Contrato de Sociedade

Deve ser redigido a escrito e conter o nome dos sócios, tipo de sociedade, a firma, o objeto, a sede, o capital social, as quotas e a data de encerramento do exercício anual. Alterada pelo mínimo de ¼ dos votos correspondentes ao capital social.

#### Capital Social

É dividido em quotas que podem ser de valor diferente, nunca inferior a 100 escudos (correspondente a 90 cêntimos de euros e 1 dólar).

#### Gerência e Contas

Exercida por pessoas singulares, podendo ou não ser sócios. É pessoal e intransmissível. As contas devem ser submetidas à apreciação dos sócios nos 3 primeiros meses seguintes ao final de cada exercício.

### 3. SOCIEDADES ANÓNIMAS (SA)

#### Descrição

É um tipo de sociedade comercial na qual o capital social está dividido em ações. Os acionistas (sócios) limitam a sua responsabilidade à sua própria dívida de entrada. Não respondem, em princípio, pelas dívidas da sociedade e não são responsáveis perante a sociedade pelo pagamento de todas as entradas convencionadas no pacto social.

#### Contrato de Sociedade

Deve conter o número de ações, a sua transmissão, as categorias de ação, montante do capital e a emissão de obrigações.

#### Capital Social

É dividido em ações que podem ser de valor diferente, nunca inferior a 1000 escudos (correspondente a 9,06 euros e 10,09 dólares), salvo se o estatuto não prever valor.

#### Gerência e Contas

Exercida por um Conselho de Administração e fiscalizada por um Conselho Fiscal e Auditor. As contas devem ser submetidas à apreciação dos sócios nos 3 primeiros meses seguintes ao final de cada exercício.

<sup>[40]</sup> Código dos Benefícios Fiscais: Lei n.º 86/IX/2020, de 28 de abril

# REMPE

## CRITÉRIOS

A Lei n.º 70/VIII/2014, aprovada a 26 de Agosto de 2014, criou o Regime Jurídico Especial das Micro e Pequenas Empresas (REMPE).

## ÂMBITO DE APLICAÇÃO

- Empresas sob a forma jurídica de Sociedade por Quotas;
- Os promotores não podem ser sócios de uma outra REMPE com o mesmo objeto social;
- Os promotores não podem ser organismos públicos e empresas que não sejam micro ou pequenas empresas;
- Os promotores não podem ser empresas estrangeiras;
- Não podem ser constituídas sob a forma de cooperativas;
- Não podem ser importadores, exceto os micro e pequenos importadores;
- Não podem ser empresas com atividades no setor jurídico, contabilistas, auditores, arquitetura, engenharia, publicidade, estudos de mercado, clínicas de saúde, medicina dentária e outros constantes da lista anexa à Lei.

## INCENTIVOS FISCAIS

- Tributo Especial Unificado (TEU) de 4% sobre o volume de negócios, declarado trimestralmente;
- A microempresa goza de uma redução de 30% do TEU nos primeiros 2 anos;
- A pequena empresa goza de uma redução de 30% do TEU no primeiro ano e 20% no segundo ano após a sua criação;
- Isenção de Imposto de Selo na contratação de financiamento;
- Bonificação de taxas de juro;
- Bonificação de até 50% dos juros de financiamento para aquisição de equipamentos para micro-produção de energia renovável;
- Isenção de imposições aduaneiras e IVA na importação de veículo de transporte com idade máxima de 5 anos;
- A micro e pequena indústria inscrita no Cadastro industrial pode beneficiar de isenção de direitos aduaneiros na importação de matérias-primas e materiais nos 4 primeiros anos.

## SIMPLIFICAÇÃO

- Gozam de tratamento favorecido, diferenciado e simplificado por parte das entidades públicas;
- Dispensam a publicação de atos societários;
- Mero aviso prévio à Câmara Municipal para o exercício de atividade de comércio e serviços.

## DEFINIÇÕES

- **Micro Empresa** : empresas comerciais, industriais e de prestação de serviços com um volume de negócios anual até 5.000 contos (correspondente a 45,3 mil euros e 50,5 mil dólares) e/ou empregar até 5 trabalhadores;
- **Pequena Empresa** : empresas comerciais, industriais e de prestação de serviços com um volume de negócios anual até 10.000 contos (correspondente a 90,7 mil euros e 100,9 mil dólares) e/ou empregar até 10 trabalhadores

## OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO

- No mínimo, 25% das aquisições de bens e serviços do Estado;
- No mínimo, 10% do fornecimento de bens e serviços de grandes empresas públicas e privadas nos contratos de fornecimento ao Estado;
- No mínimo, 10% do valor do contrato para subcontratação das empreitadas de obras públicas.

## CRIAÇÃO E REGISTO DE EMPRESAS

Atualmente, em Cabo Verde existem dois procedimentos de registo de sociedades. O procedimento da Empresa No Dia (END) e o procedimento tradicional nos Registos Predial e Comercial. O quadro seguinte oferece detalhes sobre os procedimentos de registos e as suas vantagens.

No processo de registo realiza-se o cadastro fiscal e de previdência social da sociedade. Na modalidade de END, o cadastro é efetuado de imediato, recebendo a empresa o número de Identificação Fiscal (NIF) e o número de contribuinte no Sistema de Previdência Social. Enquanto que na modalidade tradicional, deverá a empresa solicitar os referidos registos junto da entidade tributária e da previdência social.

### 1. EMPRESA NO DIA

#### Requisitos

- Identificação pessoal e NIF dos sócios/acionistas ou certidão comercial e Ata da Assembleia Geral a aprovar a entrada na qualidade de sócio/acionista da sociedade;
- Certificado de Admissibilidade de Firma;
- Informações sobre o tipo de sociedade, objeto social, o capital social, a distribuição das quotas ou ações, a sua forma de realização (pecuniário ou espécie), os órgãos de gestão e as pessoas que assumem as funções nesses órgãos e o volume de negócios no primeiro ano;
- Declaração de responsabilidade do contabilista.

#### Vantagens

- Rapidez (concluído em poucas horas);
- Facultado um contrato de sociedade com as disposições essenciais;
- Procede de imediato ao cadastro fiscal, laboral e de previdência social;
- Custo em torno de 15.000 escudos (correspondente a 136,02 euros e 151,47 dólares).

#### Entidades Competentes

- Casa do Cidadão;
- Câmaras do Comércio;
- Business Incubation Center (BIC);
- Parceiros da Casa do Cidadão.

### 2. REGISTO TRADICIONAL

#### Requisitos

- Identificação pessoal e NIF dos sócios/acionistas ou certidão comercial e Ata da Assembleia Geral a aprovar a entrada na qualidade de sócio/acionista da sociedade;
- Certificado de Admissibilidade de Firma;
- Contrato de Sociedade;
- Declaração de responsabilidade do contabilista.

#### Vantagens

- Permite o registo através de um contrato de sociedade desenvolvido pelos sócios

#### Entidades Competentes

- Registo Predial e Comercial (Conservatória - Registos, Notariado e Identificação).

## FISCALIDADE E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Desde a fase de planificação, mas sobretudo agora na fase de registo, é importante um conhecimento adequado da fiscalidade e do regime de previdência social em Cabo Verde.

O conhecimento dos impostos e taxas que se aplicam aos regimes de tributação para as grandes empresas, incluindo as que praticam a importação e exportação, assim como as micro e pequenas empresas são fundamentais na tomada de decisões.

Desde decisões de investimento, financiamento, distribuição de resultados, decisões do dia-a-dia como a estratégia de preços, o recrutamento de recursos humanos, aprovisionamento de matérias primas, de bens e serviços para o funcionamento da empresa.

Assim, sintetiza-se neste quadro os regimes de tributação, os requisitos que se aplicam para o seu enquadramento, os tributos e os tipos de declaração e procedimento de entrega e pagamento.

### 1. CONTABILIDADE ORGANIZADA

#### Requisitos

- Volume de negócios acima dos 10 milhões de escudos (correspondente a 90,7 mil euros e 101 mil dólares);
- Empresas não enquadradas no regime de Tributo Especial Unificado;
- Empresas que se dedicam à importação;
- Empresas que optem por este regime.

#### Tributação

- Reporte anual das contas e a tributação dos respetivos lucros
- Imposto sobre lucros de 22%
- Liquidação e entrega mensal do IVA
- Retenção mensal e entrega de impostos sobre rendimentos pagos a prestadores de serviço
- Emissão e entrega obrigatória da Fatura Eletrónica

#### Entrega e Pagamento

- Entrega e Pagamento mensal do IRPS, e IVA;
- Entrega anual das contas (Modelo 1B) e da Informação financeira completa;
- Envio do ficheiro SAFT-CV;
- Entregas através da Plataforma da Direção Nacional das Receitas de Estado;

### 2. REGIME ESPECIAL UNIFICADO

#### Requisitos

- Exclusivo para as micro e pequenas empresas licenciadas no REMPE.

#### Tributação

- Aplicação do Tributo Especial Unificado através de uma taxa de 4% sobre as vendas, não sendo estas inferiores a mil contos (correspondente a 9,1 mil euros e 10,1 mil dólares);
- Entrega e pagamento trimestral da declaração, acompanhada dos anexos de clientes e fornecedores, nos meses de Abril, Julho, Outubro e Janeiro
- Emissão e entrega obrigatória da Fatura Eletrónica

#### Entrega e Pagamento

- Trimestral, através da Plataforma da Direção Nacional das Receitas de Estado;

## LICENCIAMENTO DA SOCIEDADE

A legislação cabo-verdiana estabelece que, em determinados setores, o registo da sociedade não é requisito único para o exercício de atividade. Nos setores como comércio, hotelaria, construção, educação, saúde, serviços de farmácia, pesca, serviços de contabilidade, auditoria, serviços financeiros, transportes aéreo, rodoviário e marítimo, toda e qualquer indústria, o exercício de atividade carece de licenciamento prévio junto das respetivas autoridades com tutela no setor ou entidades com competências delegadas, como é o caso das Câmaras de Comércio.

Assim, segue-se uma lista de atividades sobre as quais se aplica o regime de licenciamento prévio e respetivas entidades licenciadoras.

Exceção às restantes atividades não tipificadas atrás e às empresas REMPE cujo exercício de atividade pode ser feito mediante uma mera comunicação prévia junto da Câmara Municipal onde a micro ou pequena empresa opera.

### 3. PREVIDÊNCIA SOCIAL

#### Requisitos

- Todas as empresas.

#### Contribuição

- Desconto de 8,5% do salário base e outros rendimentos do trabalhador;
- Contribuição da entidade patronal de 16%;
- Inscrição dos trabalhadores no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

#### Entrega e Pagamento

- Entrega e Pagamento mensal na Plataforma do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

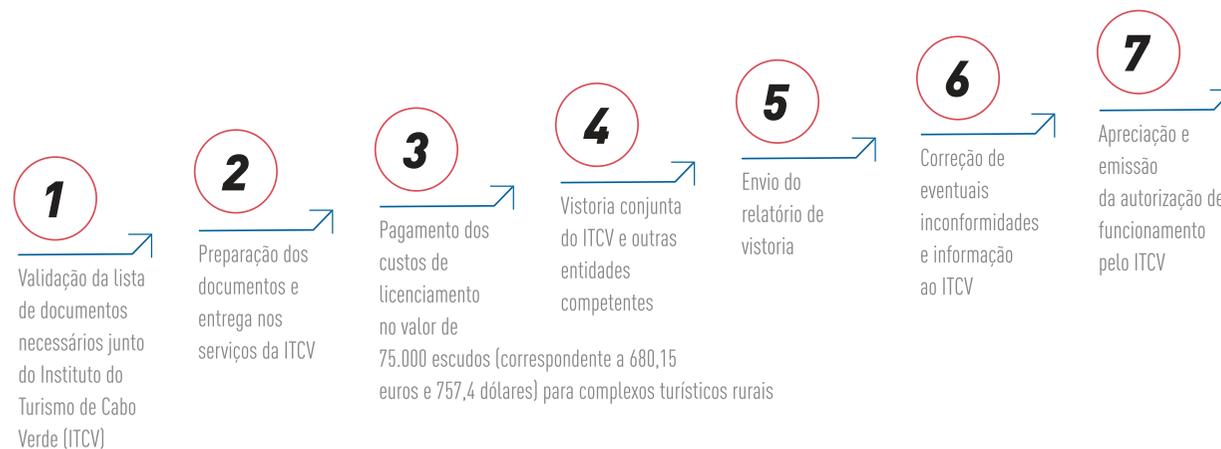
## LICENCIAMENTO DE ATIVIDADE EMPRESARIAL

Com foco nos setores que mereceram destaque no capítulo das oportunidades de negócio, a seguir se apresenta os procedimentos de licenciamento passo a passo.

### ENTIDADES COORDENADORAS DO LICENCIAMENTO

Ramo de atividade	Entidade coordenadora
<b>COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO</b>	— Câmaras de Comércio
<b>INDÚSTRIA</b>	— Direção-Geral da Indústria
<b>HOTELARIA</b>	— Instituto do Turismo de Cabo Verde (ITCV)
<b>CONSTRUÇÃO</b>	— Inspeção Geral da Construção e da Imobiliária (IGCI)
<b>EDUCAÇÃO</b>	— Direção-Geral da Educação
<b>ENSINO SUPERIOR</b>	— Direção-Geral de Ensino Superior
<b>FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>	— Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)
<b>SAÚDE E FARMÁCIA</b>	— Entidade Reguladora Independente da Saúde (ERIS)
<b>PESCAS</b>	— Instituto do Mar (IMar)
<b>SERVIÇOS DE CONTABILIDADE E AUDITORIA</b>	— Ordem dos Contabilistas e Auditores Certificados (OPACC)
<b>SERVIÇOS FINANCEIROS</b>	— Banco de Cabo Verde e Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários (AGMVM)
<b>TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO</b>	— Direção-Geral dos Transportes Rodoviários (DGTR)
<b>TRANSPORTE MARÍTIMO</b>	— Instituto Marítimo Portuário (IMP)

## 1. ROTEIRO DE PROCEDIMENTOS: TURISMO - HOTELARIA



### Lista de documentos necessários

- > Boletim de Licenciamento preenchido
- > Certidão comercial da empresa
- > Estatutos da empresa
- > Declaração de NIF da empresa
- > Documentos de identidade e NIF dos sócios, gestores ou procuradores
- > Declaração de regularidade fiscal e de previdência social
- > Plano de negócios ou memória descritiva do estabelecimento
- > Lista de equipamentos
- > Contrato de exploração, caso o empreendimento for propriedade de terceiros
- > Contrato com operadores e agências de viagens
- > Lista de colaboradores

Para empreendimentos a construir:

- > Projeto de arquitetura e orçamento
- > Planta de localização
- > Certidão matricial
- > Certidão predial
- > Licença de construção

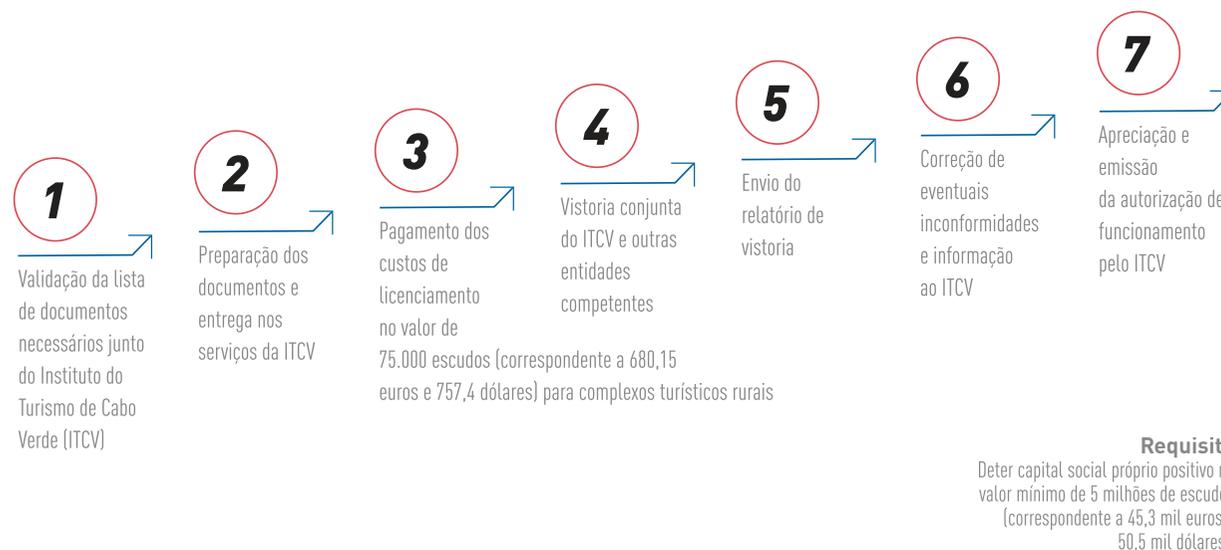
## 2. ROTEIRO DE PROCEDIMENTOS: TURISMO - RESTAURAÇÃO



### Lista de documentos necessários

- > Boletim de Licenciamento preenchido
- > Certidão comercial da empresa
- > Estatutos da empresa
- > Declaração de NIF da empresa
- > Documentos de identidade e NIF dos sócios, gestores ou procuradores
- > Declaração de regularidade fiscal e de previdência social
- > Memória descritiva do estabelecimento
- > Lista de equipamentos
- > Contrato de exploração, caso o empreendimento for propriedade de terceiros
- > Lista de colaboradores e respetivos cartões de sanidade

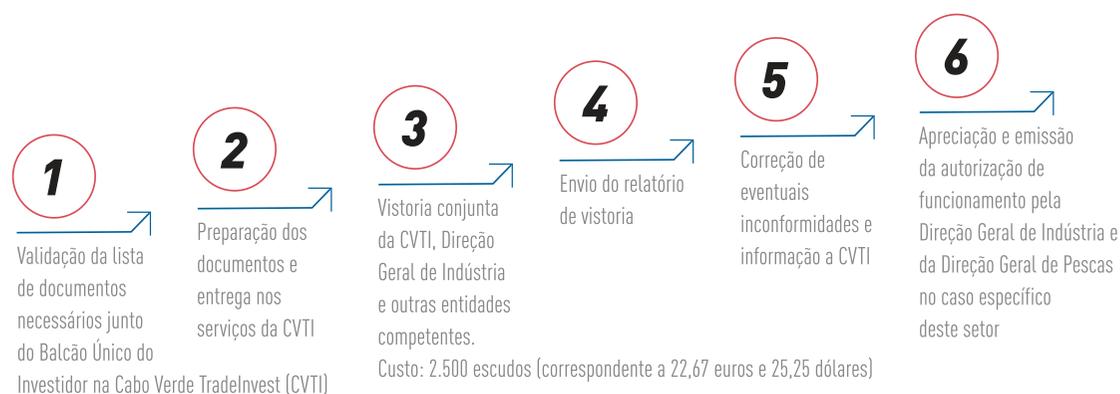
### 3. ROTEIRO DE PROCEDIMENTOS: TURISMO - AGÊNCIAS DE VIAGENS E TURISMO



#### Lista de documentos necessários

- > Boletim de Licenciamento preenchido
- > Certidão comercial da empresa
- > Estatutos da empresa
- > Declaração de NIF da empresa
- > Documentos de identidade e NIF dos sócios, gestores ou procuradores
- > Curriculum dos gestores
- > Diploma ou certificado de formação superior do gestor
- > Cópia autenticada de formações, cargos de chefia, funções em outros serviços de turismo
- > Registo e autorização do diretor técnico
- > Registo criminal do diretor técnico e do gestor
- > Comprovativo de pagamento de uma caução no valor de 1.250.000 escudos (correspondente a 11,3 mil euros e 12,3 mil dólares) a favor do ITCV
- > Certidão matricial e predial dos escritórios, caso pertencer à empresa;
- > Contrato de arrendamento averbado, em caso de arrendamento dos escritórios;
- > Declaração de uso com assinatura reconhecida;
- > Planta interna, em caso de área superior a 100 m<sup>2</sup>;
- > Esboçete, em caso de área inferior a 100 m<sup>2</sup>;
- > Memória descritiva da agência e seu enquadramento na legislação em vigor.

### 4. ROTEIRO DE PROCEDIMENTOS: INDÚSTRIA



#### Lista de documentos necessários

- > Ficha da empresa
- > Ficha do projeto
- > Certidão comercial da empresa
- > Estatutos da empresa
- > Declaração de NIF da empresa
- > Documentos de identidade e NIF dos sócios, gestores ou procuradores
- > Declaração de capacidade civil
- > Plano de negócios ou memória descritiva do estabelecimento, devendo incluir a descrição do processo e normas de fabrico
- > Contrato de arrendamento, caso o empreendimento for propriedade de terceiros
- > Planta de localização
- > Certidão matricial
- > Certidão predial

## 5. ROTEIRO DE PROCEDIMENTOS: PESCA - LICENCIAMENTO DE EMBARCAÇÕES



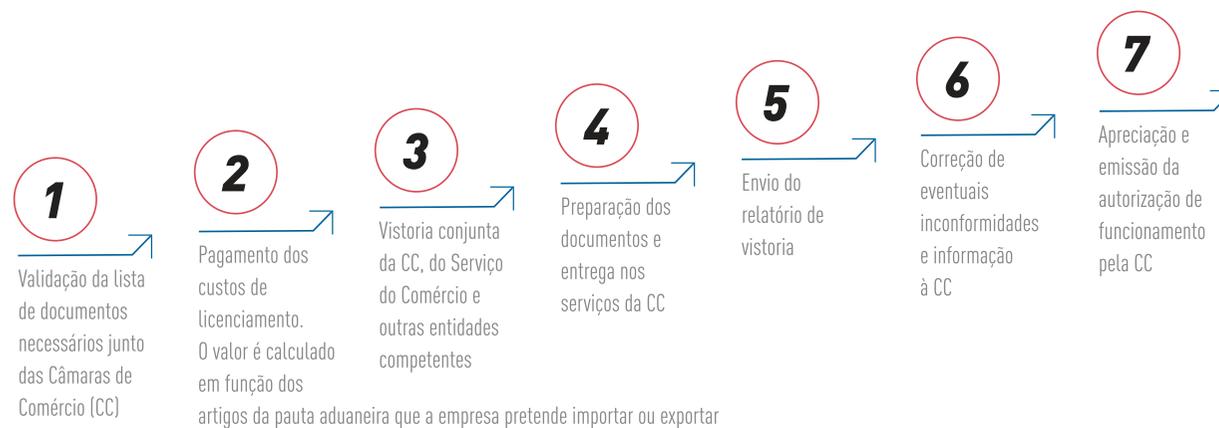
### Lista de documentos necessários

- > Ficha de pedido;
- > Certidão comercial da empresa, caso o proprietário for uma entidade coletiva;
- > Estatutos da empresa, caso o proprietário for uma entidade coletiva;
- > Declaração de NIF da empresa ou do proprietário;
- > Documentos de identidade e NIF dos sócios, gestores ou procuradores;
- > Memória descritiva da embarcação;
- > Autorização sanitária emitida pela DGP;
- > Solicitação de boas práticas de higiene;
- > Solicitação do programa de boas práticas de conserva do pescado;
- > Contrato de exploração, caso a embarcação for propriedade de terceiros

### Custos de licenciamento :

- > Licenças para pescar tunídeos, com rede de cerco, em embarcações além de 1000 até 1500 toneladas inclusive: 2.500.000 escudos (correspondente a 22,67 mil euros e 25,25 mil dólares);
- > Licenças para transbordo, além de 700 até 1000 toneladas inclusive: 90.000 escudos (correspondente a 816,2 euros e 909 dólares);
- > Taxa anual a cobrar pela emissão de licença aos navios, nacionais e estrangeiros, de apoio às actividades da pesca: 904.173 escudos (correspondente a 8,2 mil euros e 9,1 mil dólares);
- > Taxa anual a cobrar pela transmissão do sinal via satélite - VMS: 132.318 escudos (correspondente a 1,2 mil euros e 1,3 mil dólares).

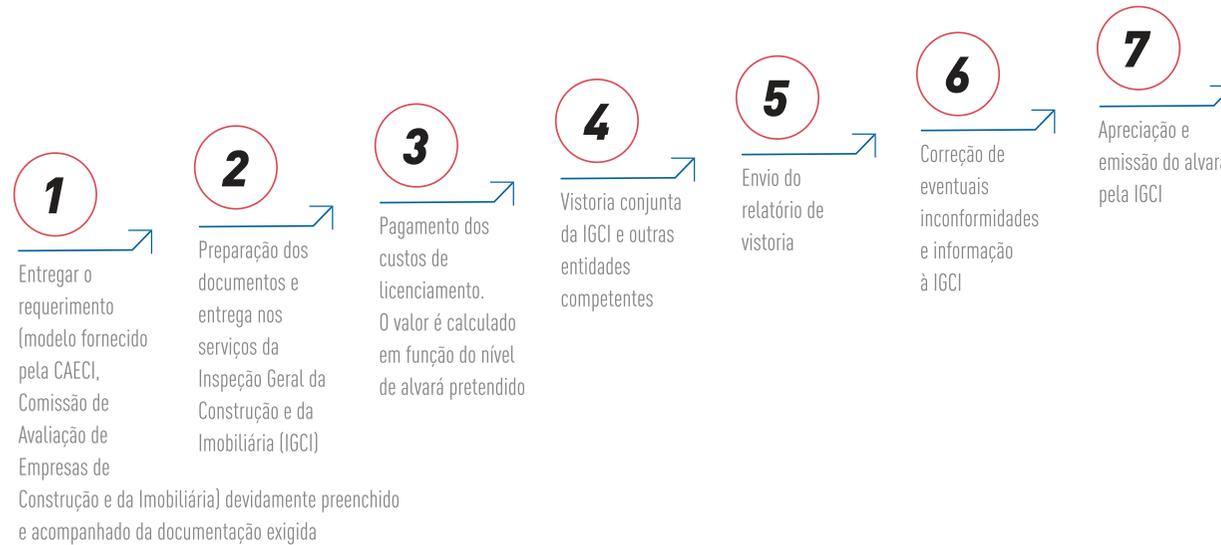
## 6. ROTEIRO DE PROCEDIMENTOS: COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO



### Lista de documentos necessários

- > Formulário de Licenciamento preenchido
- > Certidão comercial da empresa
- > Estatutos da empresa
- > Declaração de NIF da empresa
- > Documentos de identidade e NIF dos sócios, gestores ou procuradores
- > Curriculum dos gestores
- > Diploma ou certificado de habilitação literária
- > Registo criminal dos gestores
- > Certidão matricial e predial dos armazéns, caso pertencer à empresa
- > Contrato de arrendamento averbado, em caso de arrendamento dos armazéns
- > Declaração de uso com assinatura reconhecida
- > Planta interna, em caso de área superior a 100 m<sup>2</sup>;
- > Esbocete, em caso de área inferior a 100 m<sup>2</sup>

## 7. ROTEIRO DE PROCEDIMENTOS: EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL



### Lista de documentos necessários

- > Declaração do Número de Identificação Fiscal (NIF);
- > Certidão do registo comercial;
- > Cópia de Bilhete de identidade do empresário em nome individual ou dos representantes legais da empresa;
- > Certificado do registo criminal do empresário em nome individual ou dos representantes legais da empresa;
- > Declaração de idoneidade, devidamente preenchida, pelo gerente ou representantes legais da empresa (modelo fornecido pela CAECI);
- > Organigrama, com a descrição da estrutura organizacional da empresa;
- > Ficha curricular do gerente ou representantes legais da empresa;
- > Comprovativo da inscrição do pessoal no sistema de previdência social (declaração de INPS – Instituto Nacional de Previdência Social);
- > Declaração da Companhia Seguradora, comprovando que o pessoal está coberto pelo SOAT (Seguro Obrigatório de Acidente de Trabalho);
- > Relação nominal de quadro técnico e encarregados da empresa, juntando-se:
  - Ficha curricular do técnico do quadro de pessoal da empresa, devidamente preenchida (modelo fornecido pela CAECI);
  - Cópia de Bilhete de Identidade e NIF do referido técnico e ainda a Autorização da respetiva Ordem Profissional;
  - Vínculo contratual entre o técnico e a empresa, devidamente preenchido (modelo fornecido pela CAECI);
- > Relação de ferramentas e equipamentos que a empresa possui. Se for equipamentos pesados – máquinas ou viaturas, deve ser apresentado o comprovativo da posse (documentos de compra, aluguer ou locação financeira ou ainda mapa de reintegrações e amortizações);
- > Cópia do Balanço e Demonstração de Resultados, acompanhado do Modelo 1B das Finanças, caso houver.

A permissão para uma empresa atuar no sector é avaliada pela Inspeção Geral da Construção e da Imobiliária (IGCI) e deliberada pela Comissão de Avaliação de Empresas de Construção e da Imobiliária (CAECI).

Os alvarás para empreiteiros são emitidos com base em diferentes classes as quais uma empresa pode pertencer, com diferentes exigências de quadro técnico, capital próprio, tipo e valor de obra passível de execução (variando entre 30 mil contos (correspondente a 272 mil euros e 303 mil dólares) para Classe 1, e acima de 2 milhões de contos (correspondente a 18,1 milhões de euros e 20,2 milhões de

dólares) para Classe 9). A taxa a pagar pela concessão ou modificação do alvará, para 10 subcategorias a título exemplificativo, está situada entre os 45 mil escudos (correspondente a 408 euros e 454 dólares) para a Classe 1 e 5.240.000 escudos (correspondente a 47,5 mil euros e 52,9 mil dólares) para a Classe 9.

Uma alternativa ao alvará para empresas de pequeno porte é o título de registo, que não requer um engenheiro ou arquiteto (basta um mestre-de-obras ou profissional similar), pelo qual é possível executar obras com valor até 9 mil contos (correspondente a 81,6 mil euros e 90,9 mil dólares).

## BENEFÍCIOS FISCAIS

Os benefícios fiscais são investimentos públicos na atividade privada sob a forma de redução ou isenção temporária de impostos e taxas. Atribuídos com a finalidade de incentivar as atividades com cariz social para além da iniciativa do Estado, mas também para promover o investimento privado essencial para o crescimento económico, criação de empregos e aumento de rendimento. Nesse quadro, o Estado de Cabo Verde disponibiliza incentivos fiscais aos setores da Saúde, Educação, Serviços Sociais, setor do Turismo, Indústria, Agricultura, Pesca e Serviços.

O acesso aos benefícios é realizado com ou sem autorização prévia. Na modalidade que não exige autorização prévia, os incentivos são atribuídos através da fiscalidade aduaneira que estabelece a redução ou isenção de direitos ou taxas aduaneiras aplicáveis a um conjunto de produtos ou nas declarações de impostos anuais isto quando se trata de contratação de jovens, contratação de desempregados e os prejuízos fiscais.

Por seu lado, a modalidade que exige autorização prévia requer um conjunto de requisitos, nomeadamente o registo da entidade, o licenciamento de atividade, a realização de investimentos, entre outros. Nesta modalidade, em função do nível de investimento previsto, o Código de Benefícios Fiscais<sup>[41]</sup> permite que o Estado de Cabo Verde possa contratualizar benefícios fiscais extraordinários com o investidor.

No quadro dos mecanismos de incentivo previstos no Código de Benefícios Fiscais e Lei de Investimento, a Cabo Verde TradeInvest (CVTI) tem a competência para reconhecer o cumprimento dos requisitos de acesso dos investimentos aos benefícios. Através do Balcão Único de Investidor (BUI), a CVTI faz a tramitação dos pedidos de reconhecimento, assim como dos pedidos de licenciamento nos mais variados setores de atividade, fazendo a ponte junto das autoridades licenciadoras do setor, conforme quadro

<sup>[41]</sup> Lei n.º 80/IX/2020, de 26 de março, que regula o estatuto de Projeto de Mérito Diferenciado.

apresentado atrás

Com efeito, o quadro seguinte sintetiza os benefícios fiscais definidos no Código, respetivos requisitos de acesso, modalidade de incentivos e procedimentos de tramitação dos pedidos.

## SISTEMA DE INCENTIVOS

Os sistemas de incentivos descritos adiante, nomeadamente incentivos financeiros, incentivos fiscais, incluindo os incentivos não financeiros, pretendem contribuir para a transformação do tecido produtivo nacional, apoiando a criação de bens e serviços inovadores e de maior valor acrescentado, para a qualificação das empresas, fomentando o investimento na competitividade, na internacionalização da economia e promovendo as exportações. Também são apostas reforçadas nas parcerias e na transferência e valorização do conhecimento e nos desafios do crescimento verde e sustentável.

## 1. REGIME DE CONVENÇÃO DE ESTABELECIMENTO (BENEFÍCIOS CONTRATUAIS)

### Benefícios

- A definir em função do projeto sobre os direitos de importação, imposto sobre os rendimentos de pessoas coletivas (IRPC) e singulares (IRPS), imposto sobre o património, imposto de selo.

### Requisitos de Acesso

- Setores abrangidos: todos;
- Enquadramento no regime de contabilidade organizada;
- Investidor com capacidade técnica e de gestão;
- Valor de investimento superior a 3 milhões de contos (correspondente a 27,2 milhões de euros e 30,3 milhões de dólares) nos municípios com PIB per capita superior à média nacional;
- Valor de investimento superior a 1,5 milhões de contos (correspondente a 13,6 milhões de euros e 15,1 milhões de dólares) nos municípios com PIB per capita inferior à média nacional;
- Criação do mínimo de 20 postos de trabalho diretos qualificados.

### Tramitação

- Solicitação através do Balcão Único do Investidor da Cabo Verde TradelInvest.

## 2. REGIME DE INVESTIMENTO

### Benefícios

- Dedução até 50% da coleta anual do imposto sobre os rendimentos de pessoas coletivas e singulares de 30% dos investimentos relevantes realizados;
- Isenção do imposto de selo nas operações de financiamento do projeto de investimento;
- Redução de direitos aduaneiros para 5% na importação de bens para a concretização do investimento;
  - A listagem detalhada dos Benefícios Fiscais (BF) constam do Art. n.º 15 do Código dos Benefícios Fiscais (CBF).

### Setores abrangidos

- Saúde, Ambiente, Indústria Criativa, Turismo, Promoção Turística e Imobiliária, Indústria, Transporte Aéreo, Transporte Marítimo, Serviços Portuários e Aeroportuários, Energias Renováveis, Investigação e Desenvolvimento (I&D) e Desenvolvimento de TIC.

### Requisitos de Acesso

- Registo do projeto no Balcão Único do Investidor;
- Enquadramento no regime de contabilidade organizada;
- Investimentos em ativos fixos tangíveis, adquiridos em estado novo e afetos à atividade da empresa no território nacional;
- Aquisição de patentes e licenças;
- Situação fiscal e contributiva regularizada;
- Certificado de Investidor Emigrante.

### Tramitação

- Envio da declaração anual de rendimentos do modelo 1B, incluindo os comprovativos de aquisição dos ativos, patentes e licenças pela via online na plataforma da DNRE.

## 2.1. REGIME DE INVESTIMENTO (RESTANTES SETORES)

### Benefícios

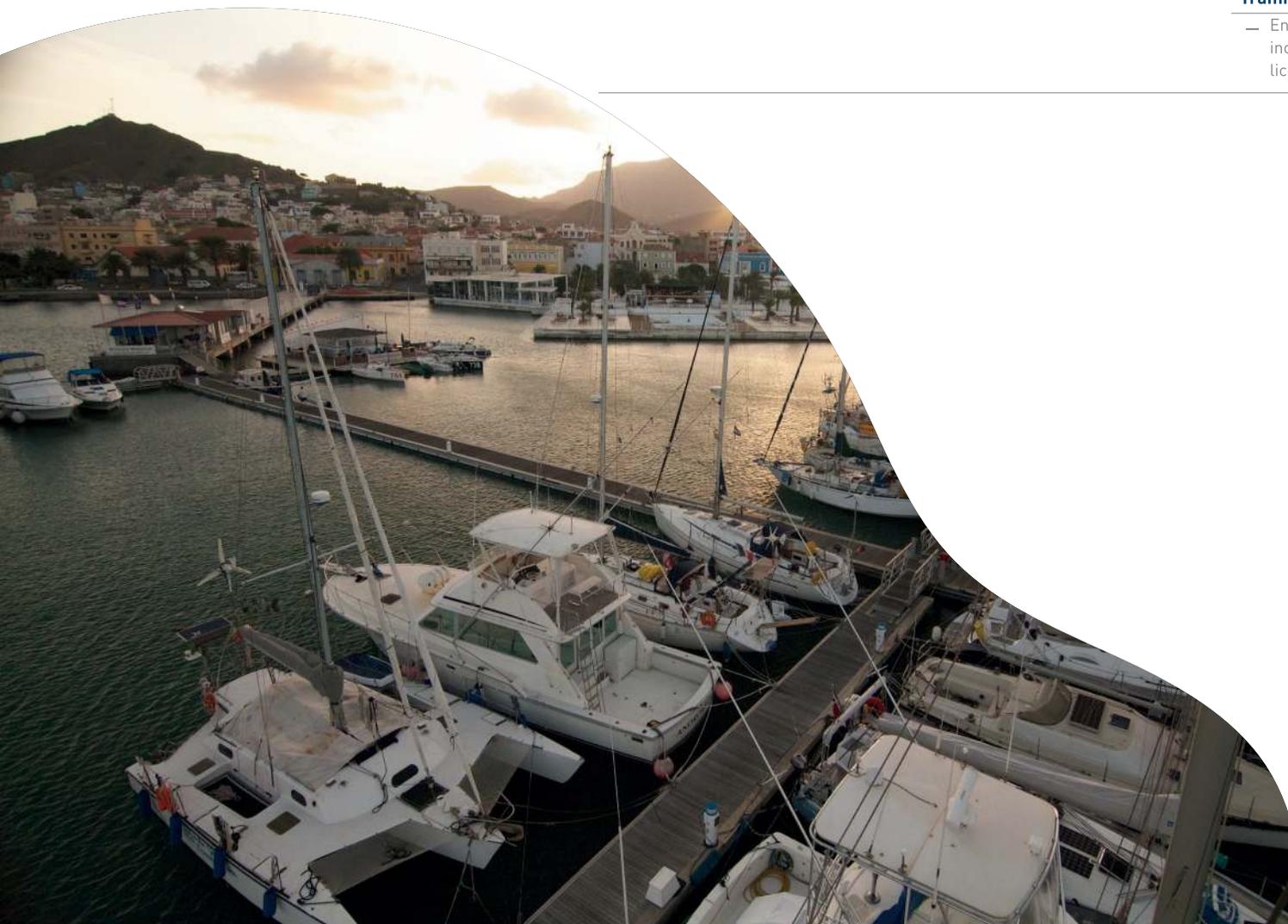
- Dedução até 50% da coleta anual do imposto sobre os rendimentos de pessoas coletivas e singulares de 20% dos investimentos relevantes realizados;
- Isenção do imposto de selo nas operações de financiamento do projeto de investimento;
- Redução de direitos aduaneiros para 5% na importação de bens para a concretização do investimento;
- A listagem detalhada dos Benefícios Fiscais (BF) constam do Art. n.º 15 do Código dos Benefícios Fiscais (CBF).

### Requisitos de Acesso

- Registo do projeto no Balcão Único do Investidor;
- Enquadramento no regime de contabilidade organizada;
- Investimentos em ativos fixos tangíveis, adquiridos em estado novo e afetos à atividade da empresa no território nacional;
- Aquisição de patentes e licenças;
- Situação fiscal e contributiva regularizada;
- Certificado de Investidor Emigrante.

### Tramitação

- Envio da declaração anual de rendimentos do modelo 1B, incluindo os comprovativos de aquisição dos ativos, patentes e licenças pela via online na plataforma da DNRE.



## TURISMO

O acesso aos incentivos fiscais realiza-se através da atribuição do Estatuto de Utilidade Turística, cujo processo de tramitação segue as seguintes etapas e requisitos, junto da Cabo Verde TradeInvest:

- Sumário executivo do projeto com os principais indicadores económicos e financeiros.
- Cópia documento de identificação dos promotores;
- Currículo dos promotores ou histórico da Empresa (se o requerente for empresa);
- Pacto Social e Certidão do Registo Comercial;
- Declaração bancária (empresa de nova constituição);
- Declaração da situação perante a Autoridade Tributária (empresa em funcionamento);
- Declaração da situação contributiva perante a previdência social (empresa em funcionamento);
- Planta de localização;
- Comprovativo da titularidade do terreno;
- Licença de exploração (quando aplicável - por exemplo no caso de expansão);
- Instrumento de mitigação dos impactos ambientais (aprovado ou o comprovativo de entrega do mesmo);
- Comprovativo da Homologação;
- Master Plan e/ou Projeto de Arquitetura, aprovado pela entidade competente e elaborado conforme o Decreto-Lei n.º 14/94, de 14 de março em conjugação com o Regulamento Geral da construção e de habitação urbana;
- Cadernos de encargos e lista quantificada de todos os materiais a serem consumidos ou utilizados nas obras e equipamentos (sujeitos a isenção aduaneira);
- Cronograma de Execução e Implementação.

## PROJETOS DE MÉRITO DIFERENCIADO E PROJETOS DOS EMIGRANTES

É atribuído o estatuto de Projeto de Mérito Diferenciado (PMD)<sup>[42]</sup> aos projetos de investimento que reúnam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- Montante de investimento igual ou superior a CVE 1.500.000.000\$00 (correspondente a € 13.603.591,35);
- Contribuam, em termos líquidos, para a melhoria da balança de pagamentos;
- Utilizem tecnologia, processos produtivos e de comercialização que minimizem os impactos ambientais ou promovam a sustentabilidade ambiental;
- Criem, pelo menos, cinco postos de trabalho qualificado (considerando-se como tal os que requerem formação técnica especializada, profissional ou superior);
- Introduzam fatores suscetíveis de contribuir para melhorar a qualidade da oferta; e
- Preençam os pressupostos para o gozo de benefícios fiscais (relativos ao sujeito passivo) previstos no Código de Benefícios Fiscais (“CBF”)

Tais pressupostos compreendem:

- Enquadramento no regime de tributação pela contabilidade organizada, em conformidade com o sistema de normalização contabilística de Cabo Verde;
- Utilização exclusiva do método de comunicação eletrónica online para o cumprimento de obrigações fiscais;
- Não ser tributado por métodos indiretos;
- Situação fiscal e contributiva regularizada.

<sup>[42]</sup> Lei n.º 80/IX/2020, de 26 de março, que regula o estatuto de Projeto de Mérito Diferenciado

São atribuídos os seguintes benefícios fiscais (cumulativos com os previstos no CBF) aos projetos de investimento que gozem do estatuto de PMD:

- Isenção de Imposto Único sobre o Património na aquisição de imóveis exclusivamente destinados à instalação do projeto de investimento;
- Isenção de Imposto de Selo nas operações de contratação de financiamento destinadas ao investimento;
- Isenção de Direitos Aduaneiros na importação de bens ligados ao objeto principal do projeto de investimento;
- Participação do Estado, até 50%, nos encargos com formação e qualificação dos recursos humanos durante o primeiro ano de exploração.

É, ainda, atribuído o estatuto de PMD a projetos de investimento de valor igual ou superior a CVE 500.000.000\$00 (correspondente a € 4.535.530,45), quando desenvolvidos em território municipal com a média de PIB per capita, nos últimos três anos, inferior à média nacional, e que reúnam os restantes critérios acima indicados. Nestes casos, para além dos benefícios

### 3. PROJETOS DE MÉRITO DIFERENCIADO (PMD) E PROJETOS DOS EMIGRANTES

#### Benefícios

- Dedução até 50% da coleta anual do imposto sobre os rendimentos de pessoas coletivas e singulares de:
  - 30% dos investimentos relevantes realizados.
  - 40% dos investimentos relevantes realizados caso o projeto do realizado num município com Produto Interno Bruto (PIB) per capita inferior à média nacional;
  - 50% dos investimentos relevantes realizados caso o projeto for promovido por um Investidor Emigrante num município com PIB per capita inferior à média nacional;
- Isenção do imposto de selo nas operações de financiamento do projeto de investimento;
- Redução de direitos aduaneiros para 5% na importação de bens para a concretização do investimento;
  - A listagem detalhada dos Benefícios Fiscais (BF) constam do Art. n.º 15 do Código dos Benefícios Fiscais (CBF).
- Isenção de direitos aduaneiros na importação de matérias-primas, subsidiárias, materiais acabados e semi-acabados utilizados na fabricação de produtos pela empresa;
- Isenção do imposto sobre o património na aquisição de imóveis destinados à atividade da empresa.

#### Requisitos de Acesso

- Todos os setores;
- Enquadramento no regime de contabilidade organizada;
- Investimentos em ativos fixos tangíveis, adquiridos em estado novo e afetos à atividade da empresa no território nacional;
- Aquisição de patentes e licenças;
- Situação fiscal e contributiva regularizada;
- Certificado de Investidor Emigrante;
- Registo do projeto no Balcão Único do Investidor.

#### Tramitação

- Solicitação através do Balcão Único do Investidor da Cabo Verde TradeInvest.

### 4. REGIME ESPECIAL DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

#### Benefícios

- Tributo Especial Unificado (TEU) de 4% sobre as vendas;
- Tributo sobre as obrigações fiscais e contribuição patronal para a previdência social;
- Isenção de direitos aduaneiros e do IVA na importação de um veículo de transporte de mercadorias com menos de 5 anos;
- REMPE registadas no Cadastro Industrial tem acesso aos benefícios fiscais atribuídos à indústria;
- Redução de 30% do TEU para as micro empresas nos primeiros dois anos de atividade;
- Redução de 30% e 20% do TEU para as pequenas empresas no primeiro e segundo anos de atividade, respetivamente;
- Isenção de imposto de selo na contratação de financiamento, registo e aumentos de capital;
- Redução de 50% dos emolumentos notariais na aquisição de imóveis.

#### Requisitos de Acesso

- Registo de nova empresa ou licenciamento de empresa existente REMPE;
- Situação fiscal e contributiva regularizada;

#### Tramitação

- Junto da Casa do Cidadão para novas empresas;
- Junto da Pró Empresa para empresas existentes e que pretendem o enquadramento no Regime;

#### Âmbito

- Todos setores, excepto aqueles listados no n.º 2 do Art. 2 e que constem da lista anexa do Regime Jurídico das Micro e Pequenas Empresa (Regime Geral das Micro e Pequenas Empresas - REMPE)

fiscais e aduaneiros acima elencados, ao projeto de investimento poderão ainda ser atribuídos benefícios adicionais.

Outros benefícios em resultado de empregos criados, de despesas com formação, estágios e bolsas, mecenato, podem ser consultados no Código de Benefícios Fiscais.

## 5. CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS, STARTUP JOVEM & ZONAS ECONÓMICAS ESPECIAIS: COMÉRCIO E INDÚSTRIA

### Benefícios

- Redução até 31.12.2030 do IRPC para:
  - 5% para entidades com o mínimo de 10 trabalhadores dependentes/por conta de outrem.
  - 3,5% para entidades com o mínimo de 20 trabalhadores dependentes;
  - 2,5% para entidades com o mínimo de 50 trabalhadores dependentes;
- Isenção de direitos aduaneiros na importação de bens e equipamentos para a instalação da empresa, matérias-primas, subsidiárias, materiais acabados e semi-acabados utilizados na fabricação de produtos pela empresa;
- Isenção do IVA;
- Isenção do imposto de selo nas operações de financiamento do projeto de investimento;
- Isenção do imposto sobre o património na aquisição de imóveis destinados à atividade da empresa;
- Isenção de emolumentos e custos notariais no registo da empresa.

### Requisitos de Acesso

- Licenciamento prévio através do Balcão Único do Investidor;
- Enquadramento no regime de contabilidade organizada;
- Situação fiscal e contributiva regularizada;

### Tramitação

- Solicitação através do Balcão Único do Investidor da Cabo Verde TradeInvest.

## 6. CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS, STARTUP JOVEM & ZONAS ECONÓMICAS ESPECIAIS: SERVIÇOS

### Benefícios

- Redução até 31.12.2030 do IRPC para 2,5% para entidades com o mínimo de 4 trabalhadores dependentes;
- Isenção de direitos aduaneiros na importação de bens e equipamentos para a instalação da empresa;
- Isenção do IVA;
- Isenção do imposto de selo nas operações de financiamento do projeto de investimento;
- Isenção do imposto sobre o património na aquisição de imóveis destinados à atividade da empresa;
- Isenção de emolumentos e custos notariais no registo da empresa.

### Requisitos de Acesso

- Licenciamento prévio através do Balcão Único do Investidor;
- Enquadramento no regime de contabilidade organizada;
- Situação fiscal e contributiva regularizada.

### Tramitação

- Solicitação através do Balcão Único do Investidor da Cabo Verde TradeInvest.

## 7. INDÚSTRIA

### Benefícios

- Isenção de direitos aduaneiros na importação de bens e equipamentos para a instalação, ampliação ou renovação da empresa, matérias-primas, subsidiárias, materiais acabados e semi-acabados utilizados na fabricação de produtos pela empresa (constantes do Artigo 48.º do Código dos Benefícios Fiscais).

### Requisitos de Acesso

- Licenciamento prévio através do Balcão Único do Investidor;
- Enquadramento no regime de contabilidade organizada;
- Situação fiscal e contributiva regularizada.

### Tramitação

- Solicitação através do Balcão Único do Investidor da Cabo Verde TradeInvest.

## 8. AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA (INCLUINDO A FABRICAÇÃO DE EMBARCAÇÕES)

### Benefícios

- Isenção de direitos aduaneiros na importação de bens.
- A listagem detalhada dos Benefícios Fiscais (BF) constam do Art. n.º 47 do Código dos Benefícios Fiscais (CBF).

### Requisitos de Acesso

- Enquadramento no regime de contabilidade organizada;
- Situação fiscal e contributiva regularizada.

### Tramitação

- Direção-Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária (DGASP);
- Direção Nacional de Pesca e Aquacultura (DNPA).

## 9. TRANSPORTE MARÍTIMO

### Benefícios

- Isenção de direitos aduaneiros na importação de embarcações de comércio e rebocadores, materiais destinados ao fabrico e reparação das embarcações, tratores e atrelados destinados à operação das embarcações.

### Requisitos de Acesso

- Reservado a sociedades armadoras nacionais devidamente inscritas e licenciadas.

### Tramitação

- Instituto Marítimo Portuário (IMP).

## MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

A mobilização de financiamento é uma fase importante do processo de investimento, sendo das fases do processo que mais emperra os investimentos e que provoca desistências. Por este motivo, deve partir de bases muito sólidas, pelo que é fundamental os seguintes pré-requisitos:

- **Equipa e Competências:** uma equipa de promotores e colaboradores com experiência relevante na atividade da empresa. Estes serão elementos chave nas decisões do dia a dia da empresa e no desenvolvimento de produtos que aportem valor aos clientes, que permitam o crescimento da empresa e a plena assunção de responsabilidades financeiras com credores, sobretudo os bancos e fornecedores.
- **Plano:** a elaboração do plano de negócios, conforme aflorado atrás, é importante de planificação da atividade da empresa, visto que define o seu modelo de negócio, os recursos necessários, o seu financiamento, a projeção de indicadores financeiros e respetiva apreciação de viabilidade.
- **Recursos Próprios:** a existência de recursos em forma de valores pecuniários ou aportes em espécie (bens e trabalho) são enormemente valorizados pelos financiadores. Estes raramente participam em projetos onde são a única fonte de recursos financeiros. É prática nos financiamentos bancários que o crédito não ultrapasse 70% das necessidades. Enquanto que nos financiamentos pela via do capital próprio, com a entrada de novos sócios, normalmente se verificam através de uma posição minoritária, ou seja, uma entrada inferior a 50%. Com efeito, o aporte de um montante significativo das necessidades pelo promotor credibiliza a sua posição, permite a partilha de risco com os financiadores, realizar as garantias solicitadas, assim como lhe permite salvaguardar uma posição confortável de decisão e controlo da empresa.

O ecossistema de financiamento em Cabo Verde oferece opções diversificadas de financiamento bancário. Isto através da banca comercial focalizada em créditos de pequeno e elevado valor. Neste segmento temos os 7 bancos comerciais, com presença em todos os concelhos e ilhas do país. No crédito de valor muito reduzido, temos sete instituições de microcrédito. Entre estas, a Morabi e a OMCV são as duas instituições com operações ao nível nacional. As restantes operam, sobretudo, nas ilhas de Santiago, Fogo e Santo Antão.

Com origem externa, o crédito de fornecedores tem uma dimensão muito similar ao crédito bancário. É uma prática corrente as empresas concederem créditos comerciais a curto prazo. Em setores como o Comércio, a restauração e a Pequena Indústria Agroalimentar, o crédito comercial é a fonte de financiamento mais importante desde o arranque da atividade e ao longo da vida das empresas. São créditos rotativos, de prazos tipicamente de 30 a 60 dias, sem garantia e condicionados essencialmente à credibilidade pessoal do devedor.

Numa dimensão ainda reduzida, o financiamento em capital próprio se resume hoje à Pró-Capital e ao Fundo de Impacto que foi lançado no mês de Dezembro de 2022. Estes investem num mix de capital próprio e/ou crédito por um período tipicamente de 5 a 7 anos através de um acordo prévio de saída. Entrando sempre com uma posição minoritária, enquanto sócios, participam ativamente na atividade operacional da empresa com a pretensão de apoiar a gestão da empresa e o alcance de resultados e crescimento do negócio.

A Bolsa de Valores de Cabo Verde é também um operador do Sistema Financeiro que se posiciona no apoio às empresas e ao Estado no lançamento de produtos de financiamento através da emissão de ações e obrigações no mercado para investidores. Como tal, esta é uma das oportunidades que se oferece ao investidor da Diáspora que não queira realizar um investimento direto através da criação de um negócio próprio.

Por seu lado, o Governo de Cabo Verde tem sido um dinamizador importante do sistema financeiro através de várias iniciativas que visam, pela via de garantias do Estado e da Pró-Garante, reforçar as garantias de crédito e, por conseguinte, promover um acesso mais facilitado ao crédito pelas empresas junto da banca.

Assim, a seguir sintetiza-se os vários atores do ecossistema de financiamento em Cabo Verde junto dos quais o investidor da Diáspora poderá mobilizar financiamentos para o seu negócio.

## ECOSSISTEMA DE FINANCIAMENTO À ECONOMIA

Modalidade	Segmento e atores	Produtos
<b>CAPITAL ALHEIO</b>	<b>■ Bancário</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Banco Comercial do Atlântico (BCA);</li> <li>— Banco Cabo-verdiano de Negócios (BCN);</li> <li>— Banco BAI Cabo Verde;</li> <li>— Banco Interatlântico (BI);</li> <li>— Caixa Económica de Cabo Verde;</li> <li>— International Investment Bank (IIB);</li> <li>— Ecobank Cabo Verde.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Crédito ao Investimento;</li> <li>— Crédito de Tesouraria;</li> <li>— Crédito ao Comércio Externo;</li> <li>— Crédito imobiliário;</li> <li>— <i>Leasing</i> ;</li> <li>— <i>Factoring</i> .</li> </ul>
	<b>■ Microcrédito</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Morabi - Cooperativa de Poupança e Crédito;</li> <li>— COOP - ASDIS Microfinanças;</li> <li>— Citi.COOP;</li> <li>— SOLMI - Sociedade Cooperativa de Poupança e Crédito;</li> <li>— OMCV Crédito;</li> <li>— SOLDIFOGO COOP;</li> <li>— FAMI-PICOS – Mutualidade de Poupança e Crédito;</li> <li>— AMUSA - Associação para Mutualismo de Santo Antão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Microcrédito ao investimento e tesouraria.</li> </ul>
	<b>■ Fornecedores</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Empresas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Créditos comerciais.</li> </ul>
	<b>■ Garantia</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Pró-Garante - Sociedade de Garantia Parcial de Crédito, S.A.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Garantias associadas ao crédito bancário.</li> </ul>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>■ Capital de Risco</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Pró-Capital;</li> <li>— Fundo Pró-Impacto;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Investimento acionista minoritário.</li> </ul>
<b>MISTO</b>	<b>■ Mercado de Capitais</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Bolsa de Valores de Cabo Verde;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Emissão de ações;</li> <li>— Emissão de obrigações;</li> <li>— Diaspora Bonds.</li> </ul>
<b>OUTROS</b>	<b>■ Mecanismos de Incentivo</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Estado de Cabo Verde;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>— Incentivos fiscais;</li> <li>— Start-up Jovem;</li> <li>— Programas de Incubação.</li> </ul>

## BANCA PAN-AFRICANA

Os novos bancos pan-africanos estão a impulsionar a expansão dos serviços financeiros e a integração económica em África, ajudando a desbloquear o enorme potencial de uma região em rápido crescimento. Resumem-se, em seguida, os principais recursos disponibilizados por dois bancos pan-africanos.

### BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO – BAD

Um dos principais produtos de interesse dos investidores oferecidos pelo BAD, são os Empréstimos Soberanos sem Garantia (NSGLs), são empréstimos com Spread Fixo (FSLs), que têm um spread de empréstimo fixo sobre a Taxa Base durante todo o período do empréstimo. Esses empréstimos podem ser aplicados em financiamento corporativo ou de projetos<sup>[43]</sup>:

- No financiamento corporativo, entidades elegíveis obtêm recursos para apoiar programas de investimento voltados para melhorar seu desempenho geral em setores estratégicos;
- No financiamento de projetos, o Banco pode financiar projetos específicos com o pagamento da dívida proveniente dos fluxos de caixa do projeto.

Além disso, o Banco pode subscrever instrumentos de dívida emitidos por empresas do setor privado ou público, fornecer Linhas de Crédito e Linhas de Agência, oferecer empréstimos em moeda local e apoiar o negócio de sindicalização usando FSLs. Algumas das condições são:

- **Beneficiários:** Mutuário não soberano garantido em qualquer país membro com um projeto domiciliado em qualquer país membro regional, incluindo entidades viáveis e autónomas do sector público sem garantia soberana e entidades do sector privado;
- **Prazo de pagamento:** - Até 15 anos, incluindo um período de carência máximo de 5 anos a contar da assinatura do contrato de empréstimo. Em caso de necessidade, poderão ser considerados empréstimos com

<sup>[43]</sup> Para mais informações acesse o link: <https://www.afdb.org/en/documents/financial-products-handbook-2022-2023>

prazos de vencimento mais longos, desde que o Comité de Risco de Crédito do Grupo Bancário o autorize;

- **Valor:** A exposição do Banco em qualquer projeto não excederá (i) 33% do custo total do projeto ou do programa de investimento, ou (ii) 50% dos capitais próprios, em qualquer momento, no caso de empréstimos a instituições financeiras privadas.

### AFREXIMBANK - AFRICAN EXPORT-IMPORT BANK

As suas opções de financiamento<sup>[44]</sup> às empresas podem dividir-se em financiamento relativo a projetos e desenvolvimento das exportações.

#### Financiamento relativo a projetos

O Banco oferece financiamentos restritos para projetos de exportação, industriais e de infraestrutura que apoiem as exportações ou produzam serviços que possam ser comercializados, como energia, telecomunicações entre outros. Os promotores devem ter experiência ou firmar parcerias com entidades reputadas. O Banco também fornece empréstimos intercalares para projetos com atrasos na libertação de recursos, mas que cumprem todas as condições e garantias de empréstimo. O objetivo é diminuir o custo de atrasos na libertação para os projetos beneficiados. Algumas das condições são:

- **Beneficiários:** Entidades elegíveis que promovam projetos em África; e Entidades elegíveis que promovam projetos fora de África, desde que o conteúdo africano no concurso para esse projeto seja de pelo menos 60%. O conteúdo africano é definido como a soma de rendas, juros, salários, vencimentos e lucros retidos em África;
- **Taxa de juro:** Ligado à Libor. O spread é determinado pelos riscos do devedor, da transação e do país, bem como pelo prazo do empréstimo;
- **Prazo de pagamento:** O prazo máximo para o reembolso ao abrigo desta facilidade é de 7 anos.

<sup>[44]</sup> Para mais informações acesse o link: <https://www.afreximbank.com/products-services/our-key-services/trade-project-financing/project-related-financing/>

## Desenvolvimento das exportações

O Afreximbank possui um departamento de Desenvolvimento das Exportações<sup>[45]</sup>, que combina crédito, assunção de riscos, geminação e acesso ao mercado para apoiar projetos orientados para a promoção da produção de exportação de produtos, em conformidade com os objetivos da industrialização e desenvolvimento das exportações. Também presta serviços de consultoria e de reforço das capacidades com vista a criar um ambiente propício à industrialização e ao desenvolvimento das exportações no continente.

## ORGANISMOS INTERNACIONAIS

### INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION (IFC)

Membro do Grupo do Banco Mundial, é a maior instituição de desenvolvimento global centrada exclusivamente no sector privado, transformando ideias em investimentos para o crescimento verde, empregos inclusivos e projetos de impacto. Financia iniciativas nos países em desenvolvimento, investindo no crescimento do sector privado, aliando o desenvolvimento económico às necessidades humanitárias para criar um verdadeiro progresso para as pessoas e nos locais que mais precisam<sup>[46]</sup>.

### UNITED STATES AFRICAN DEVELOPMENT FOUNDATION (USADF)

Agência criada pelo Congresso dos EUA para investir em organizações de base, empresários e pequenas e médias empresas (PMEs) africanas. Os investimentos da USADF<sup>[47]</sup> promovem o desenvolvimento económico local, aumentando os rendimentos, as receitas e os postos de trabalho, além de criar vias para a prosperidade das populações marginalizadas e das comunidades carenciadas.

<sup>[45]</sup> Para mais informações, acesse o link: <https://www.afreximbank.com/products-services/our-key-services/export-development/>

<sup>[46]</sup> Para mais informações, acesse o link: <https://www.ifc.org/en/what-we-do/products-and-services/how-to-apply-for-financing>

<sup>[47]</sup> Endereço web: <http://www.usadf.gov>

A USADF concede subvenções de até 250 mil dólares diretamente a empresas e empreendedores sociais africanos carentes, que estão a criar e manter postos de trabalho, melhorar os níveis de rendimento e alcançar uma maior segurança alimentar, acesso à energia e oportunidades de emprego para as suas comunidades.



## CONCRETIZAÇÃO DO INVESTIMENTO E ARRANQUE DE OPERAÇÕES

Tendo concretizado com sucesso a fase mais dura do processo, a mobilização de recursos financeiros, reúne as condições para a fase de instalação do negócio. Nesta fase, inicia-se um processo longo de instalação de infraestruturas que pode incluir a aquisição de terrenos ou edifícios públicos ou provado, a construção, o acesso a serviços essenciais como a água e a energia, assim como o recrutamento de pessoal.

### CONSTRUÇÃO

Em função da disponibilidade de edifícios que podem ser adaptados na localidade onde se pretende instalar a empresa ou devido a benefícios económicos a longo prazo, a localização ou necessidades específicas do negócio, pode ser melhor opção a construção de um novo edifício.

Para efeito da obtenção da licença de construção, apesar de cada Câmara Municipal possuir procedimentos específicos, o processo tem os passos ilustrados na tabela da próxima página.

A construção comporta riscos de construção defeituosa, impacto ambiental e acidentes. Não obstante o desenvolvimento de projetos de arquitetura, construção, especialidade e outros, situações de construção defeituosa, a utilização de materiais de baixa qualidade e atrasos excessivos, exigem uma gestão de construção com recurso à fiscalização permanente, validação prévia de materiais a utilizar, a existência de garantias de boa execução, seguros aplicáveis à construção, entre outras medidas de salvaguarda.

### AQUISIÇÃO E CONCESSÃO DE PROPRIEDADE DO ESTADO

O Estado de Cabo Verde possui um vasto património de edifícios e terrenos

com um potencial importante para uso na atividade empresarial. A aquisição de imóveis do Estado processa-se junto da Direção Nacional do Património do Estado e Contratação Pública e das Câmaras Municipais, tratando-se de terrenos do Estado ou dos municípios. Assim, segue o processo passo a passo desde a fase de negociação até ao registo.

### CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS

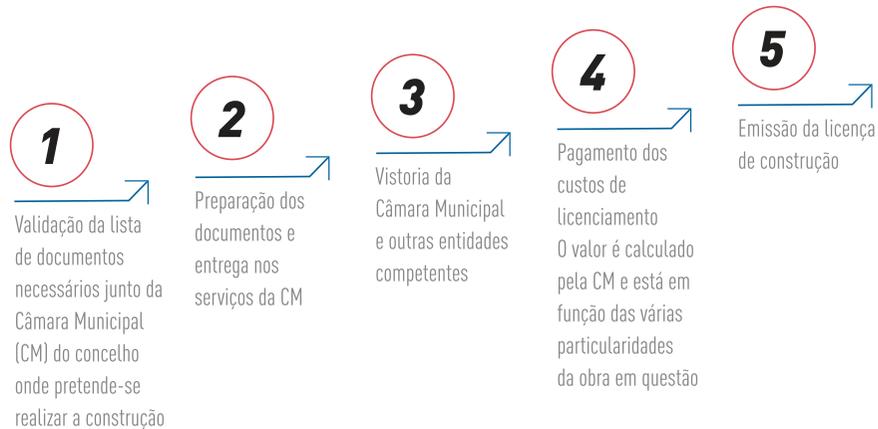
Durante a construção, ou no seu final, haverá a necessidade de conexão a infraestruturas essenciais, como a rede elétrica e a rede de abastecimento de água, para o funcionamento da empresa, tendo também a opção de produção para consumo próprio ou a contratação externa.

O desenvolvimento atual de tecnologias para a produção de energia tornou fácil, muitas vezes mais económico e ambientalmente mais benéfico o investimento na produção renovável de energia e, a partir desta e nos casos que justifica, a produção de água através da dessalinização. Pelo que as empresas são incentivadas com benefícios fiscais para investirem.

Um dos principais benefícios da energia solar para as empresas é o potencial de reduzir os custos de energia e tornarem-se menos dependentes de fontes externas. Ao gerar sua própria energia, as empresas podem reduzir sua dependência da rede elétrica, reduzir significativamente a fatura energética e minimizar as quebras de fornecimento. Esta fonte de energia limpa e renovável pode ajudar as empresas a reduzirem as suas próprias pegadas de carbono. Isso aprimora o desempenho ambiental e melhora a reputação junto da sociedade, clientes, colaboradores e investidores.

Por seu lado, a contratação externa dos fornecimentos de energia e água carece de um processo de pedido junto dos serviços competentes da Electra do Concelho onde a sua empresa está instalada, da Águas e Energia da Boavista (AEB) ou da Águas de Santiago (AdS) nos casos das Ilhas de Boa Vista e Santiago, respetivamente.

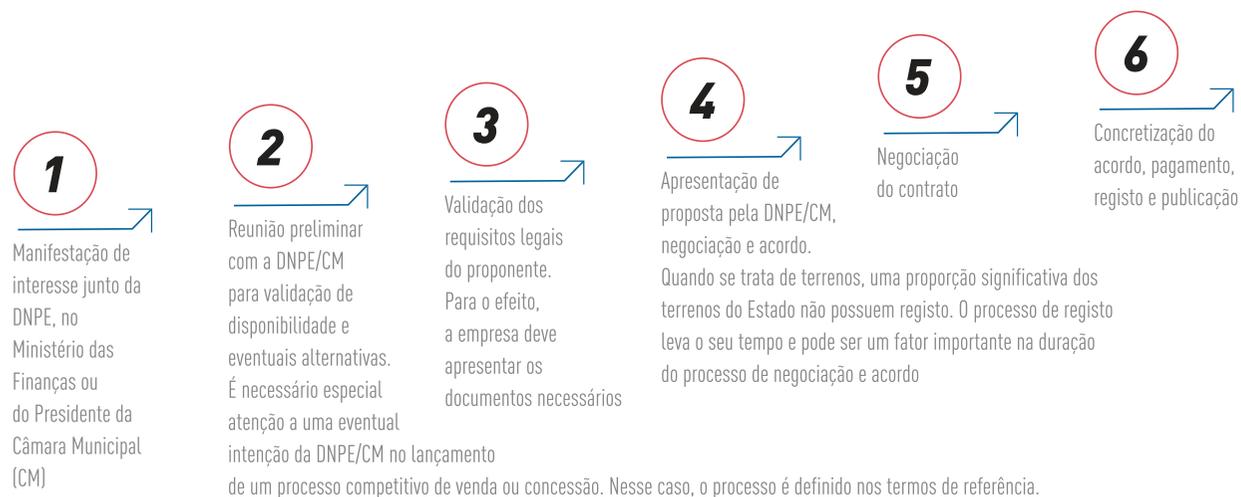
## 1. ROTEIRO DE PROCEDIMENTOS: OBTENÇÃO DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO



### Lista de documentos necessários

- > Preenchimento do requerimento/formulário/modelo interno disponibilizado na Câmara Municipal;
- > Termo de Responsabilidade de um engenheiro de construção civil, responsável da Obra, com assinatura reconhecida no cartório;
- > Cópia de documento de Identificação do engenheiro;
- > Cópia de documento de Identificação do requerente e do interessado/proprietário;
- > Planta de localização atualizada;
- > Certidão Matricial atualizada;
- > Cópia do contrato de compra e venda ou contrato de aforamento (acompanhado do original para efeito de autenticação);
- > A partir de 3 pisos exige-se ainda o alvará (licença de construção civil) da empresa construtora;
- > Indicação da data de aprovação do Projecto de arquitetura ou comprovativo dessa aprovação;
- > Indicação da data de aprovação do Projecto de estabilidade ou comprovativo dessa aprovação;
- > Comprovativo do pagamento de Imposto Único sobre Património (IUP) ou aforamento em dia;
- > Em caso de obras de renovação, deve remeter os seguintes documentos:
  - Requerimento devidamente preenchido;
  - Licença antiga (caducada);
  - Informação ou alvará da empresa construtora (obras com mais do que 3 pisos);

## 2. ROTEIRO DE PROCEDIMENTOS: AQUISIÇÃO E CONCESSÃO DE PROPRIEDADE DO ESTADO



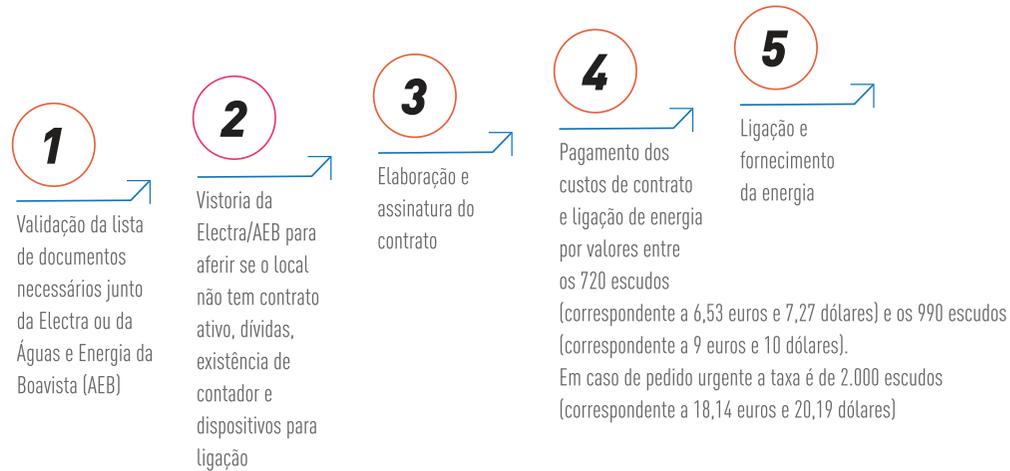
### Lista de documentos necessários

- > Certidão comercial da empresa;
- > Estatutos da empresa;
- > Declaração de NIF da empresa;
- > Documentos de identidade e NIF dos sócios, gestores ou procuradores;
- > Registo criminal dos gestores;
- > Certidão de licenciamento da atividade da empresa;
- > Declarações de regularidade fiscal e de previdência social.

*Nota:*

- DNPE: *Direção Nacional do Património do Estado e Contratação Pública*

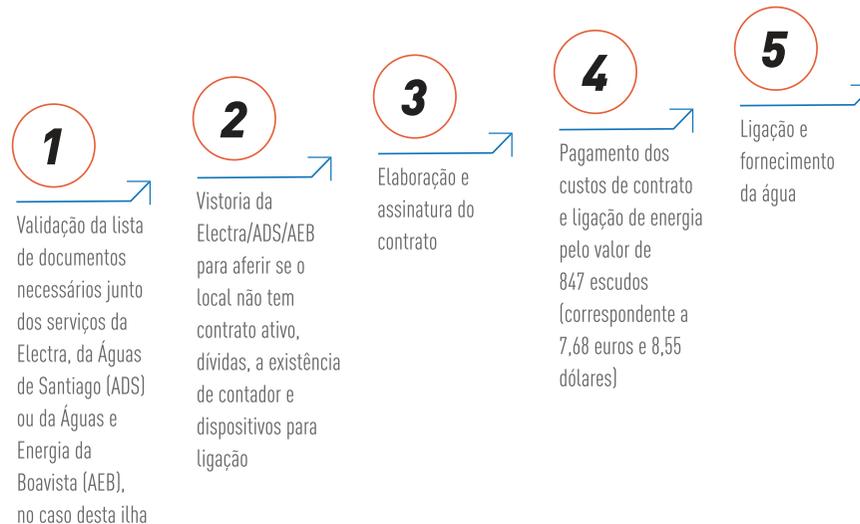
## 1. ROTEIRO DE PROCEDIMENTOS: ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA



### Lista de documentos necessários

- > Termo de responsabilidade do técnico responsável pela execução da instalação eléctrica (com assinatura) conforme Modelo de minuta;
- > Cópia do Cartão Nacional de Identificação (CNI) do técnico responsável;
- > Ficha electrotécnica da instalação a alimentar (devidamente preenchida e assinada);
- > Esquemas eléctricos (quadro e planta);
- > Planta de localização do local de consumo, em caso de instalação monofásica, apenas este documento;
- > Memória descritiva completa do projeto de eletricidade, em caso de instalação trifásica.

## 2. ROTEIRO DE PROCEDIMENTOS: ACESSO À ÁGUA



### Lista de documentos necessários

- > Fotocópia documento de identificação (BI /Passaporte) do cliente ou do seu procurador legalmente constituído;
- > Declaração do NIF;
- > Auto de vistoria da Câmara Municipal (Certificado de Habitabilidade);
- > Certidão de Registo Predial, passada pela RNI - Registo, Notariado e Identificação

## AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

A aquisição de instalação de equipamentos exige uma boa seleção dos equipamentos, a garantia de qualidade, o preço, o fornecedor com a melhor proposta técnica, financeira e serviços de suporte, assim como o cumprimento da regulação aplicável.

O primeiro fator a considerar são as necessidades específicas de equipamento do negócio. Isso inclui identificar os tipos de equipamentos necessários, a quantidade necessária e quaisquer características ou especificações necessárias. É essencial considerar a qualidade do equipamento que está sendo adquirido. Isso inclui fatores como durabilidade, confiabilidade e desempenho. A escolha de equipamentos de alta qualidade pode ajudar a minimizar os custos de manutenção e reparo e reduzir o tempo de inatividade, bem como a eficiência energética, o que permite a redução de custos financeiros e ambientais.

O preço é uma consideração importante, pois afeta o custo geral da aquisição. No entanto, é importante não sacrificar a qualidade pelo preço, pois isso pode levar a custos mais elevados no longo prazo.

A escolha de um fornecedor confiável é importante para garantir que o equipamento seja de alta qualidade e entregue no prazo. Esta questão torna-se ainda mais crítica quando se trata de aquisição internacional. De modo a melhor gerir os riscos de entrega de equipamentos não conforme ou mesmo de falta de entrega, o sistema bancário em Cabo Verde tem à disposição o crédito documentário que permite garantir que o fornecedor cumpre os compromissos contratuais.

É essencial realizar pesquisas e avaliar potenciais fornecedores com base na sua reputação, experiência, avaliações de clientes e serviços pós-venda como garantias, formação e suporte técnico.

Ao adquirir equipamentos, é importante garantir que sejam compatíveis com equipamentos e sistemas existentes. Isso pode ajudar a minimizar o risco de problemas de compatibilidade e reduzir a necessidade de aquisição de equipamentos adicionais. Mas também dos requisitos legais relacionados com as normas de segurança ou regulamentos ambientais.

## RECRUTAMENTO, GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Em todas as empresas, o mais importante são as pessoas e quando as empresas são muito pequenas ou quando estão no começo, então ainda mais importância têm. Por isso, a contratação e formação de pessoal é uma etapa essencial. Não há empresas de sucesso sem recursos humanos qualificados, produtivos e motivados.

O lançamento de concursos públicos de recrutamento é a forma mais eficaz de identificar talentos disponíveis no mercado. A utilização de empresas de recrutamento permite uma gestão eficaz do processo e a vantagem de uma seleção mais célere dado que possuem referências de profissionais no mercado que respondem aos perfis desejados.

Nos casos em que os perfis de técnicos superiores ou profissionais recém-formados são adequados, recomenda-se o recurso à bolsa de qualificações do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) onde se pode obter referências de profissionais à procura de emprego. Para o caso específico do turismo e outras actividades conexas, como a hotelaria e a restauração, em parceria com o IEFP, existe a Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde (EHTCV).

Feito o recrutamento, há um conjunto de boas práticas de gestão dos recursos humanos que permitem, através de uma gestão baseada nas pessoas, criar uma cultura para o desempenho, que garante direitos, a proteção e valoriza os recursos humanos.

**Igualdade de género:** deve estabelecer políticas que promovam oportunidades iguais para mulheres e homens desde o recrutamento, contratação, promoção e remuneração. Isso pode incluir políticas como acordos de trabalho flexíveis, licença parental e programas de orientação.

**Segurança:** deve desenvolver políticas e procedimentos que garantam um ambiente de trabalho seguro para todos os funcionários, desde a formação regular de segurança, avaliações de risco e programas de prevenção de violência no local de trabalho.

**Igualdade salarial:** realizar análises regulares de equidade salarial para identificar e abordar quaisquer disparidades salariais baseadas em género, assim como políticas que promovam a transparência na remuneração e ofereçam aos colaboradores oportunidades de avanço e desenvolvimento na carreira.

**Oportunidades para os jovens:** deve oferecer oportunidades de emprego, estágios, programas de estudo e pesquisa, horários adaptados a jovens trabalhadores estudantes e bolsas de estudo.

**Apólice de seguro:** estas oferecem uma cobertura adicional aos regimes obrigatórios de previdência social e seguro acidente de trabalho, como são o seguro de saúde, seguro de invalidez e seguro de vida, devendo cobrir os seus agregados familiares.

**Assédio sexual:** lidar com o assédio sexual desenvolvendo e implementando políticas e procedimentos que previnem e respondem ao assédio sexual no local de trabalho. Isso pode incluir formação regular para os colaboradores e gestores, um sistema de denúncia de incidentes e medidas disciplinares para os infratores.

## INTERNACIONALIZAÇÃO E EXPORTAÇÃO

Com os EUA, a União Europeia e a CEDEAO a assumirem-se como mercados preferenciais, Cabo Verde procedeu à negociação de acordos e convenções na área económica, comercial e fiscal por forma de reduzir a dependência das pequenas e médias empresas (PME) em relação aos mercados domésticos, o que reforça a sua competitividade e potencia a sua sustentabilidade a longo prazo. O país dispõe de acordos específicos com os EUA através da Lei de Crescimento e Oportunidade para África (AGOA - African Growth and Opportunity Act), com a UE através do Sistema de Preferências Generalizadas Mais (SPG +) e com a CEDEAO através do Esquema de Liberalização das Trocas Comerciais (ELTC).

Por seu lado, a AGOA permite que os países africanos elegíveis exportem cerca de 6400 produtos com isenção de direitos para os EUA. O SPG + permite um acesso preferencial a todos os produtos cabo-verdianos exportados para o mercado da UE, livre de quotas e serviços. Por fim, o ELTC permite a exportação de produtos agropecuários, pesqueiros, mineiros, industriais e artesanais às empresas dos 15 países do espaço da CEDEAO com isenção de direitos aduaneiros e encargos.

A Cabo Verde TradeInvest (CVTI) proporciona às empresas aconselhamento personalizado, informação e conselhos sobre o ambiente de negócios, informação sobre as condições de acesso aos mercados, como os constrangimentos à exportação e acordos em vigor, os instrumentos de apoio às empresas para a sua capacitação, investimento, desenvolvimento e implementação dos seus projetos, inclusive na redução da burocracia, dos prazos de resposta e dos custos de investimento. Ainda, presta assistência na procura de parceiros para implementação de projetos.



# PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO NEGÓCIO

7

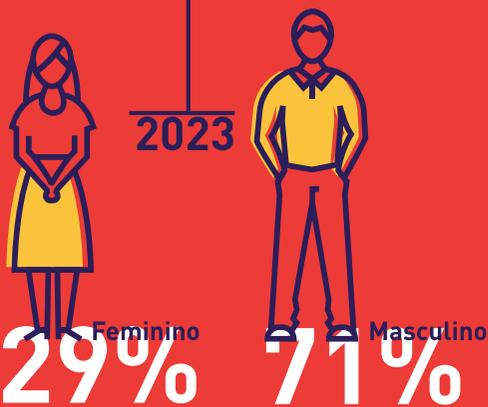


### Empresas geridas por homens e mulheres

# 18.160

## Empresas ativas

66,8% das empresas ativas em Cabo Verde são empresas em nome individual/sociedades unipessoais por quotas



### Proporção de homens e mulheres na gestão de empresas

As mulheres estão mais representadas nos setores do alojamento e restauração, e saúde

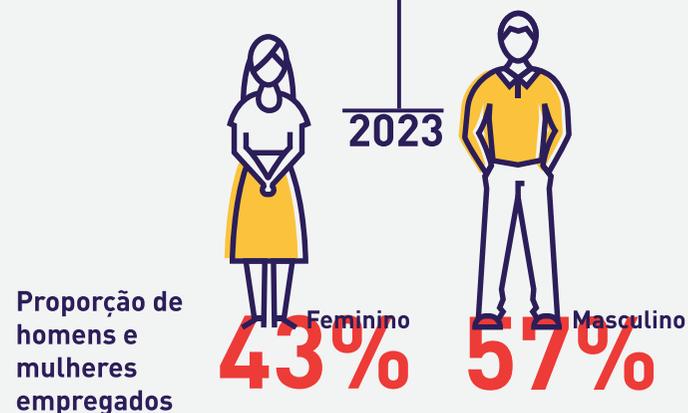
Os homens predominam nos setores da indústria transformadora e construção

### População empregada e taxa de emprego

# 190.461

## Pessoas ativas

Este valor representa uma taxa de emprego/ocupação de 51,8%. A força de trabalho, 15 anos ou mais, é estimada em 367.514 indivíduos, representando 72,2% da população total. Existem 212.313 indivíduos economicamente ativos.



### Proporção de homens e mulheres empregados

O número de mulheres ativas 119.896 homens são considerados economicamente ativos, correspondendo a 92.418.

Guiados pelos valores da integridade, o objetivo dos seguintes princípios orientadores para a valorização das pessoas, do trabalho e das empresas, é adotar uma linha comum sobre medidas e iniciativas destinadas a melhorar a valorização dos investimentos em Cabo Verde, em particular, pressupondo uma ênfase em todo o ecossistema de criação de empregos e negócios e nas suas ligações, na cocriação entre intervenientes e na criação de valor societal.

#### ADOÇÃO DE MEDIDAS AMIGAS DO AMBIENTE/SUSTENTÁVEIS

Sustentabilidade é um conceito que se refere à capacidade de atender às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades. É um equilíbrio entre o desenvolvimento económico, social e ambiental, garantindo que os recursos naturais e os sistemas que sustentam a vida sejam preservados para as gerações vindouras. O foco na sustentabilidade é vital devido aos desafios ambientais atuais, como mudanças climáticas, perda de biodiversidade e esgotamento de recursos naturais. Numa abordagem empresarial de cadeia produtiva, este processo engloba a forma como os produtos são movidos, fabricados, operados e tratados ao final da vida útil com princípios sustentáveis. A adoção de medidas sustentáveis pelas empresas, torna-se necessária para mitigar esses riscos, promover o uso responsável dos recursos naturais, reduzir a pegada ecológica das atividades humanas e construir um futuro mais resiliente e equilibrado para todos.

Medidas recomendadas a tomar relativamente a esta matéria:

#### Energia

- Instalação de painéis solares;
- Melhorar a eficiência energética dos edifícios através de um melhor isolamento, aparelhos energeticamente eficientes e sistemas inteligentes de arrefecimento;
- Transição das lâmpadas incandescentes tradicionais para iluminação LED, que consome menos energia e tem uma vida útil mais longa.

#### Água

- Reutilização da água do ar condicionado para regar plantas de interior;
- Instalação de torneiras de água com limitadores de caudal ou instalar sensores de água inteligentes para o fecho automático;
- Equipar os reservatórios de água com controladores automáticos do nível de água, para evitar o seu enchimento excessivo;
- Incentivar métodos de irrigação eficientes do ponto de vista hídrico para a jardinagem.

#### Uso de materiais reciclados e tratamento de resíduos

- Incentivar os colaboradores a separar e gerir corretamente o lixo e a reciclagem;
- Incentivar os colaboradores a utilizarem recipientes, talheres, pratos, copos e palhinhas de papel reutilizáveis e a transportar os alimentos em sacos reutilizáveis;
- Incentivar os colaboradores a adotarem hábitos de impressão sustentáveis.

#### Áreas gerais

- Garantir que os produtos sejam transportados, fabricados, operados e gerenciados ao final da vida útil com princípios sustentáveis;
- Pensar sobre como que o seu negócio poderá contribuir para obter resultados sustentáveis;
- Reduzir a pegada ambiental dos eventos organizados pela empresa.

#### CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

As empresas desempenham um papel vital nas localidades onde estão instaladas, e a importância de incorporar valores de forma a contribuir para a comunidade local não pode ser subestimada. Além de buscar lucros, as empresas têm a responsabilidade de contribuir para o bem-estar dessas localidades. Ao adotar práticas que promovem o desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e impacto positivo, as empresas estarão a fortalecer os seus laços com a comunidade.

Medidas recomendadas a tomar relativamente a esta matéria:

- Parcerias com instituições de caridade e entidades comunitárias;
- Iniciativas de voluntariado que envolvem os colaboradores da empresa em atividades comunitárias;
- Iniciativas educacionais para promover habilidades necessárias para o mercado de trabalho;
- Apoio a programas que preservem e promovam a cultura da região;
- Contribuições para melhorias em escolas, hospitais ou outras instalações públicas;
- Desenvolvimento de produtos ou serviços que atendam às necessidades específicas da comunidade.

### PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO E ABUSO SEXUAL

O assédio e o abuso sexual no ambiente de trabalho são questões que devem ser tratadas de forma assertiva, fornecendo esclarecimentos e procedimentos adequados para adoção de medidas mediante uma reclamação/denúncia. A empresa tem a responsabilidade de proteger a dignidade de todo o pessoal no local de trabalho e de prevenir esses comportamentos.

O assédio engloba qualquer ato, conduta, declaração ou pedido que seja indesejável para outra(s) pessoa(s) e que possa, em todas as circunstâncias, ser razoavelmente considerado como um comportamento de natureza discriminatória, ofensiva, humilhante, intimidante ou violenta ou uma intrusão na privacidade. O assédio pode incluir uma ação, um comportamento, uma declaração ou uma manifestação relacionada com a raça, a idade, as crenças, a religião, a origem nacional ou étnica, os atributos físicos, o sexo, a orientação sexual, o estado civil ou a situação familiar de uma pessoa. O assédio diz respeito não só à intenção, mas também ao efeito. Um ato que seja razoavelmente entendido por uma pessoa ou grupo como ofensivo pode constituir assédio, seja ele intencional ou não. A origem mais comum do assédio é um conflito não resolvido no local de trabalho. O assédio inclui, entre outros, o assédio sexual, o abuso de autoridade e a retaliação.

Assédio sexual é qualquer avanço sexual indesejado, pedido de favores sexuais ou outro comportamento verbal ou físico de natureza sexual que se torne uma condição de emprego ou crie um ambiente intimidante através de uma pressão sutil e repetida para atividades sexuais. É particularmente grave e ofensivo quando este tipo de comportamento é praticado por um membro do pessoal que está em posição de influenciar a carreira ou as condições de emprego (incluindo a contratação, a afetação, a renovação do contrato, a avaliação do desempenho, as condições de trabalho ou a promoção) do destinatário dessas atenções. Nesta situação, o assédio sexual constitui também um abuso de poder. Tanto os colegas do sexo masculino como os do sexo feminino podem ser vítimas ou infratores. O assédio sexual pode ser dirigido contra uma pessoa do sexo oposto ou do mesmo sexo. O assédio sexual pode também ocorrer fora do local de trabalho e/ou fora do horário de trabalho.

Medidas recomendadas a tomar relativamente a esta matéria:

- Aumentar a sensibilização para as questões relacionadas com o assédio e abuso sexual através de formações;
- Criar canais de comunicação, tomar medidas disciplinares e de investigação rápidas e adequadas quando o assédio é denunciado e ser responsável pelos resultados;
- Dar formação aos gestores sobre a prevenção e o combate ao assédio para que assumam uma maior responsabilidade e responsabilização por um ambiente de trabalho sem assédio;
- Incentivar a denúncia, assegurar que são mantidas confidenciais e proteger os que denunciam contra retaliações.

### POLÍTICA ORGANIZACIONAL PRÓ IGUALDADE DE GÉNERO

As empresas devem esforçar-se para defender a igualdade entre homens e mulheres e contribuir para eliminar todo e qualquer tipo de obstáculo à igualdade de género.

Medidas recomendadas a tomar relativamente a esta matéria:

- Capacitar os colaboradores em matéria de igualdade de género;
- Promover o equilíbrio de género em painéis de decisão;
- Incentivar o equilíbrio do género no recrutamento;
- Encorajar o desenvolvimento de projetos baseados na questão do género;
- Criação de políticas internas orientadas para a equidade de género;
- Assegurar que todos os colaboradores têm a mesma oportunidade de aceder a oportunidades e receber tratamento justo dentro da empresa.

### ADOÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

O código de ética e conduta desempenha um papel primordial orientando as ações dos colaboradores, fomentando a integridade e a transparência, e construindo uma reputação sólida perante os parceiros. Ele serve como guia para escolhas éticas, prevenindo comportamentos inadequados e conflitos de interesse, fortalecendo, assim, a confiança de clientes, parceiros e investidores. Esta ferramenta essencial impulsiona valores positivos, responsabilidade corporativa e aumenta o respeito da empresa a longo prazo.

Medidas recomendadas a tomar relativamente a esta matéria:

- Realizar sessões de formação para todos os colaboradores sobre os princípios, valores e normas contidos no Código de Ética;
- Garantir que o Código de Ética seja amplamente divulgado e acessível a todos os colaboradores, podendo ser encontrado facilmente;
- Demonstrar o compromisso da gestão do topo com o Código de Ética e sua aderência, promovendo um exemplo a ser seguido por todos os níveis da organização;
- Estabelecer medidas disciplinares claras para aqueles que violarem o Código de Ética;
- Revisar e atualizar regularmente o Código de Ética para garantir que ele permaneça relevante e alinhado com as mudanças no ambiente interno e externo da organização.

### POLÍTICA DE INCLUSÃO DE GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Promover uma abordagem que busca garantir a participação e igualdade de oportunidades para grupos que enfrentam desvantagens sociais, económicas ou culturais. Esses grupos podem incluir minorias étnicas, pessoas com deficiência, imigrantes, refugiados, idosos, LGBTQ+, entre outros. A política visa reduzir disparidades, promover a justiça social e assegurar que esses grupos tenham acesso a serviços, recursos e oportunidades de forma equitativa. O fomento à inclusão por parte das empresas, torna a sociedade mais diversa, igualitária e capacitada, promovendo uma melhor qualidade de vida para todos os seus membros.

Medidas recomendadas a tomar relativamente a esta matéria:

- Promover ações de formação regular para todos os colaboradores sobre a importância da inclusão e como lidar de maneira sensível com grupos vulneráveis;
- Definir uma política que delinea o compromisso da empresa com a inclusão de grupos vulneráveis;
- Garantir que oportunidades de emprego, promoção, treinamento e desenvolvimento sejam acessíveis a todos os colaboradores, independentemente das suas circunstâncias;
- Garantir que as instalações e espaços de trabalho sejam adaptados para atender às necessidades de pessoas portadoras de deficiência, mobilidade reduzida ou outras limitações;
- Desenvolver plataformas e recursos digitais acessíveis, como websites e aplicativos, para garantir que todos possam se beneficiar das informações e serviços da empresa;
- Estabelecer políticas explícitas de não discriminação e tolerância zero para prevenir e lidar com casos de discriminação ou assédio;
- Envolver grupos vulneráveis nas decisões que afetam suas vidas;
- Oferecer opções flexíveis de trabalho, como horários alternativos ou teletrabalho, para atender às necessidades dos colaboradores.

## TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIZAÇÃO

A transparência e a responsabilização são cruciais no ambiente empresarial porque promovem a confiança, fortalecem a reputação e sustentabilidade das empresas. A transparência, ao divulgar informações claras sobre operações e decisões, constrói relacionamentos confiáveis com clientes, investidores e colaboradores. A responsabilização, assumindo responsabilidade por impactos sociais e ambientais, demonstra comprometimento com práticas éticas e gera confiança dos parceiros. Ambos os princípios estimulam a inovação, melhoram a gestão de riscos e contribuem para uma cultura corporativa saudável, resultando em vantagem competitiva e crescimento sustentável.

Medidas recomendadas a tomar relativamente a esta matéria:

- Garantir a divulgação transparente de informações relevantes aos parceiros, clientes, colaboradores, investidores e parceiros;
- Estabelecer diretrizes claras sobre como a comunicação interna e externa deve ser conduzida;
- Assegurar que os processos de tomada de decisão, desde decisões estratégicas até as operacionais, sejam transparentes e bem documentados;
- Dar formação regular para todos os colaboradores sobre a importância da transparência e responsabilidade, bem como sobre como agir de acordo com esses princípios;
- Periodicamente revisar a política e as práticas para garantir que elas permaneçam alinhadas com as mudanças internas e externas e que continuem eficazes.

## PROTEÇÃO SOCIAL

A proteção social é de extrema importância para o ambiente empresarial, pois contribui para a estabilidade e prosperidade das organizações. Ao proporcionar segurança financeira e bem-estar aos trabalhadores, a proteção social reduz o risco de absentismo, doenças ocupacionais e insatisfação, resultando em maior produtividade e engajamento. Além disso, ela reflete o

comprometimento da empresa com o cuidado de seus colaboradores, fortalecendo a cultura organizacional e a atração e retenção de talentos. A proteção social também contribui para a construção de uma imagem perante a comunidade e parceiros.

Medidas recomendadas a tomar relativamente a esta matéria:

- Fornecer informações claras e detalhadas sobre os benefícios do sistema de proteção social aos colaboradores, para que eles estejam cientes dos recursos disponíveis;
- Oferecer um plano de saúde abrangente, garantindo que os colaboradores possam acessar cuidados médicos quando necessário;
- Fornecer um seguro de vida que ofereça apoio financeiro aos beneficiários em caso de falecimento do colaborador;
- Implementar programas de bem-estar que promovam a saúde mental e física dos colaboradores, como sessões de ioga, aulas de exercícios ou orientação nutricional;
- Oferecer suporte financeiro ou licenças especiais para colaboradores que buscam educação continuada, treinamento ou aprimoramento profissional;
- Oferecer planos de aposentadoria ou previdência privada que ajudem os colaboradores a prepararem-se financeiramente para a aposentadoria;
- Criar um fundo de assistência de emergência para colaboradores que enfrentam crises inesperadas, como desastres naturais ou situações de emergência.

# FATORES-CHAVE DE SUCESSO

8



**Atenção! Para ter sucesso é preciso...**

**O sucesso das empresas depende não apenas de fatores internos que estão no controlo das empresas, mas também de fatores externos que estão fora do seu controlo. Assim, devem ter clareza sobre as suas potencialidades e limitações.**

Os fatores internos estão associados aos custos, a localização, à capacidade de gestão, qualidade, produção e satisfação dos clientes, e da performance da gestão financeira. Enquanto os fatores externos decorrem da evolução da procura do mercado, a concorrência de outras empresas, a qualidade das matérias-primas, as condições do clima, as infraestruturas, a disponibilidade de financiamento, de tecnologia, de recursos humanos, a estabilidade social, a segurança, do quadro legal, entre outros.

A resiliência humana depende muito da capacidade de adaptação do ser humano ao meio. Ora, o mesmo se passa com as empresas nos contextos local, regional, nacional e internacional, expostas a um meio sobre o qual não têm controlo, pelo que o sucesso das empresas depende sobretudo da:

- **Qualidade do planeamento** capacita as empresas a navegar na incerteza do ambiente de negócios com propósito e estratégia. Prepará-las para tomar decisões informadas, adaptar-se às mudanças e trabalhar de forma coesa para alcançar os seus objetivos.
- **Gestão preventiva de riscos** permite que as empresas identifiquem antecipadamente potenciais riscos e incertezas. Ao antecipar os desafios, as empresas podem desenvolver estratégias para mitigar esses riscos, minimizando potenciais impactos negativos.
- **Gestão e motivação da equipa** criam um ciclo virtuoso onde colaboradores engajados promovem o aumento da produtividade, melhores resultados e um ambiente de trabalho agradável e positivo. Isto, por sua vez, contribui para o crescimento, a inovação e a excelência sustentada da empresa.
- **Qualidade e eficiência da produção** são fatores associados que têm impacto direto nos resultados financeiros, na competitividade e no

crescimento de uma empresa. As empresas cuja produção respeita os regulamentos instituídos, respondem aos desejos do consumidor e conseguem ser competitivos no preço, estão melhor posicionadas para prosperar no mercado, construir relacionamentos duradouros com os clientes e alcançar sucesso a longo prazo.

- **A gestão de relação com os clientes** é essencial para o sucesso de uma empresa dado que favorece as interações com os clientes, aumenta a sua satisfação e impulsiona o crescimento das vendas. Essa gestão exige uma boa gestão dos dados dos clientes, permitindo um melhor conhecimento das preferências e hábitos de compra. Desta forma, a empresa estará em condições de construir uma relação duradoura com os clientes e executar com sucesso os planos e objetivos de venda.
- **Geração de lucros e equilíbrio financeiro da empresa** servem como a espinha dorsal do sucesso de uma empresa. Permitem às empresas investir no crescimento, na inovação, no talento e na resiliência, posicionando-as para o sucesso sustentado num ambiente de negócios dinâmico e competitivo.

Verifica-se a validação de alguns destes fatores de sucesso entre os investidores da Diáspora em Cabo Verde, cujos testemunhos aqui são partilhados. No decorrer desse processo de auscultação e recolha de contributos acentuou-se o facto de esbarrarem em inúmeras dificuldades, tais como, os constrangimentos administrativos, financeiros e técnicos, o contexto específico local e as oportunidades existentes. Porém, uma ideia consensual surge em todos esses contributos: possuem flexibilidade e capacidade de se adaptarem aos novos cenários, transformações, recursos disponíveis e constrangimentos que encontram nos contextos onde se inserem, através da capacidade de incorporação de inovação, conhecimento e renovação.

Saber, conhecimento, inovação e capacidade empreendedora são os grandes ativos que a Diáspora pode trazer. Não obstante as limitações do ambiente de negócios, conseguiram ter sucesso, pretendem investir mais e encorajam todos a fazer o mesmo pelo seu país.

**ROMINA DIAS**

*Empresária no sector da Saúde,  
Boa Vista, ex-emigrante no  
Brasil*

São dois os motivos por detrás da decisão desta empresária de abrir uma clínica dentária. A firmeza dos laços que a prende à ilha natal e, por outro, o sonho da criação de uma unidade de Saúde para colmatar uma lacuna existente na Boa Vista, dando resposta às necessidades da população permanente e a flutuante derivada do turismo e dos emigrantes em férias na ilha.



Na primeira fase, sentiu o peso dos fatores críticos de sucesso, bem como os mais variados obstáculos externos ao êxito dos projetos a médio-longo prazo. Por ser dentista, não tinha muita experiência na área administrativa então teve enormes dificuldades para poder aprender como é que se administra uma empresa. Voltou ao Brasil para viver e estudar durante oito anos e fazia viagens regulares para trabalhar na empresa.

Após o regresso, munida de um conhecimento mais aprofundado do ambiente de negócios e das ameaças efetivas, está constantemente buscando meios para garantir a sustentabilidade e o desenvolvimento estratégico da sua clínica com todo o conhecimento técnico que granjeou nos últimos oito anos, com muito esforço pessoal e tentativas sem atingir os resultados esperados. Nas suas palavras, Cabo Verde não tem as facilidades que se constata noutros lugares, tornando muito difícil para quem quer começar do zero ou mesmo para quem pretende recomeçar.

Porém, agrada-lhe o atual ambiente de negócios. A empresa já conta com 8 colaboradores, entre técnicos e assistentes, registando uma média mensal de mais de 300 consultas, em todas as faixas etárias e nos vários serviços de odontologia. Fruto do aumento do número de clientes, a empresa atinge um volume de negócios superior a 10 milhões de escudos (correspondente a 91 mil euros e 101 mil dólares) anualmente.

Nos próximos tempos procura fazer a clínica crescer, criar valor, postos de trabalho e riqueza através de novas parcerias e oportunidades comerciais. Para Romina Dias, a primeira condição de sucesso é o planeamento pois “a sensação à chegada é que as coisas estão paradas no tempo. Então é preciso planejar, ter muita força de vontade, determinação, coragem e ir ‘com tudo’. O que nos move é o amor a esta terra que nos faz enfrentar seus desafios porque aqui nada é fácil. É amarrar o pano na cintura, como diz o povo, porque nada é fácil aqui. O acesso ao financiamento é extremamente difícil e o apoio público ou privado é praticamente inexistente”.

**MARCOS RODRIGUES**

*Empresário no setor das TIC,  
Santiago, ex-emigrante em  
Portugal*

A emigração foi o principal motivador. Emigrou aos 3 anos com os pais para Angola onde ficou até aos 15 anos. Dali foram para Portugal onde teve consciência do que é a emigração.



Criou em 2010 uma empresa que hoje é a maior empresa cabo-verdiana no setor tecnológico e emprega

mais de 20 pessoas de forma direta e 50-60 de forma indireta. Temos um potencial enorme de crescimento dado que operamos na área da infraestrutura do país.

Não tiveram apoios estatais porque não havia incentivos específicos na altura focados na Diáspora. Posteriormente criou uma empresa de importação e distribuição (comercialização) de materiais de construção civil, crescendo dentro do ritmo normal. A mola propulsora dos negócios criados foi o desejo de ajudar no desenvolvimento do país onde nasceu.

A principal dificuldade que a empresa tem é a concorrência do mercado informal desregulado que prolifera e que coloca desafios acrescidos e inultrapassáveis para quem pretende investir no país. Todavia, tem planos para investimentos futuros e novos desenvolvimentos.

Para os cabo-verdianos na Diáspora aconselha o investimento pela segurança no investimento, o desejo de ajudar o país e a qualidade de vida que daí advém.

#### **MICHEL DOS SANTOS**

*Empresário no setor agropecuário, Santiago, emigrante na França*

O pai levou-o para a França há 13 anos, quando tinha 17. Com essa idade não conseguiu entrar na escola então fez um curso de línguas. Quis fazer uma formação de bate-chapas mas não conseguiu, então foi trabalhar em jardinagem com



o tio.

O motivo do investimento em Cabo Verde foi patriótico, ajudando o país no máximo das suas possibilidades ao criar uma grande empresa que pudesse gerar empregos e desenvolver o país.

Reuniu os seus irmãos e juntos planearam a empresa. Criar uma empresa em Cabo Verde é um processo simples e direto. Dirigiu-se à Casa do Cidadão e ali teve o apoio e todas as informações necessárias para tal. Criaram uma empresa de agropecuária em 2020. Está localizada em Agostinho Alves, a caminho de São Francisco. Produzimos cerca de 40 paletes de ovos diariamente.

O seu investimento inicial esteve à volta dos 70.000 euros (78.000 dólares). Também sentiu o peso dos fatores críticos de sucesso, bem como as dificuldades externas típicas de países ainda não tão desenvolvidos, como o caso de Cabo Verde. O investimento foi financiado por autofinanciamento, não beneficiaram do financiamento pelas barreiras processuais e falta de informações.

Outras dificuldades foram acesso à água e energia, envolvendo diligências pessoais e jogo de cintura. Esses problemas ainda persistem. De momento os resultados são positivos mas não os desejados por causa do pouco tempo que a empresa está em operação. Este cenário era expectável e os esforços continuam no sentido de melhorar o desempenho. Querem dedicar mais investimento para a empresa e expandir a empresa para outros setores.

Incentivam todas as pessoas a investir no país por causa do potencial existente e o largo espectro de oportunidades. Encorajamos que façam o trabalho de campo, que falem com as pessoas e identifiquem as oportunidades.

# OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL





=

# ANEXOS

# A

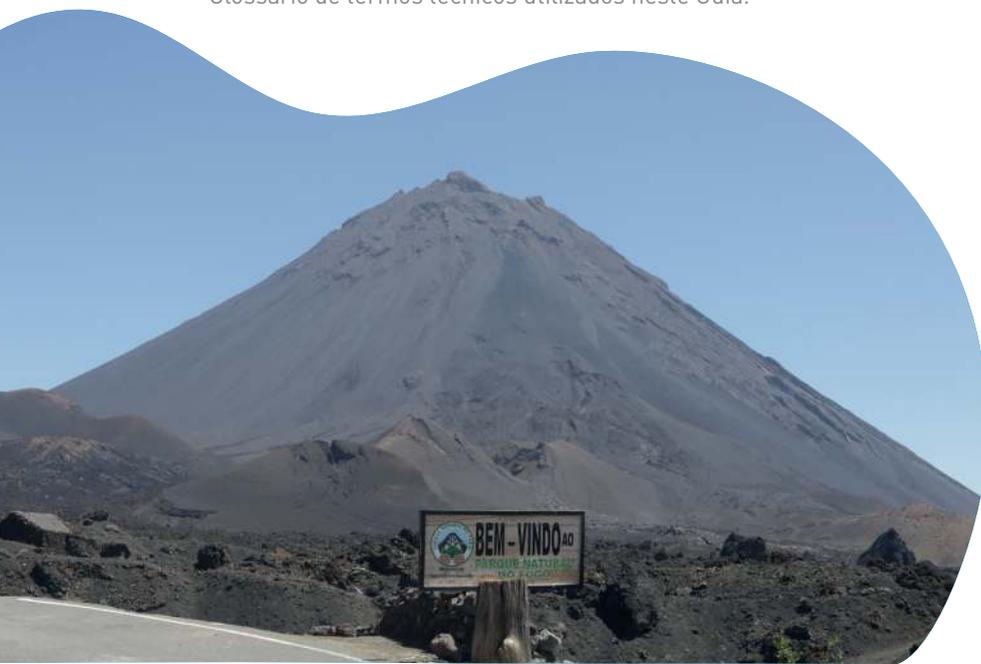


## INTRODUÇÃO

**Cabo Verde tem vindo a implementar medidas proativas para continuar a atrair mais investimentos, nomeadamente em setores estratégicos e inovadores, que podem conduzir a resultados de maior qualidade e promover um desenvolvimento mais sustentável, o que poderá trazer benefícios a longo prazo tanto para o país como para os investidores.**

Assim, nesta parte do Guia apresenta-se o ecossistema de serviços de apoio e diligências, a começar com os dois pontos focais à disposição dos investidores interessados, nomeadamente a Cabo Verde TradeInvest e a Pró Empresa, criados a fim de facilitar o processo de investimento e as interações entre o investidor, quer seja estrangeiro ou nacional, residente ou não residente em Cabo Verde, e a Administração Pública. Assim, adiante encontrar-se-á a:

- Apresentação e os contactos das autoridades competentes relevantes para os processos de investimentos; os
- Regulamentos e leis que respeitem especificamente ao investimento; os
- Programas de reforço das capacidades empresariais; e o
- Glossário de termos técnicos utilizados neste Guia.



## PRÓ EMPRESA

A Pró Empresa foi criada a fim de dar um impulso acrescido ao crescimento e ao desenvolvimento do setor privado, através de iniciativas nacionais destinadas a reforçar o investimento e a capacidade de exportação, fomentando simultaneamente um ambiente de mercado mais favorável às MPME. Para tal, atua em quatro eixos estruturantes.

### EIXO I – EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

- Criar e promover programas de empreendedorismo, visando contribuir para o aumento do emprego nacional;
- Promover a cultura de inovação.

### EIXO II – DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E NETWORKING

- Contribuir para o fortalecimento e crescimento do setor privado nacional;
- Facilitar o acesso das MPMEs a novos mercados;
- Estabelecer Parcerias para Cooperação Internacional.

### EIXO III – ACESSO A FINANCIAMENTO

- Garantir a intermediação bancária, agilizar o processo decisório e promover a diversificação das fontes de financiamento;
- Financiar a assistência técnica a ser disponibilizada aos parceiros para a execução dos programas de fomento empresarial.

### EIXO IV – MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

- Operacionalizar o Balcão do Empreendedor (virtual e físico);
- Contribuir efectivamente para o aumento da competitividade de Cabo Verde.

O Governo de Cabo Verde dispõe, através da Pró Empresa, de um conjunto de programas de apoio, listadas adiante.

**PRÓEMPRESA**  
INSTITUTO DE APOIO E PROMOÇÃO EMPRESARIAL



# PROMEB - PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA ECONOMIA AZUL

## ÂMBITO

Visa essencialmente promover iniciativas empreendedoras, identificar, atrair ideias inovadoras e incentivar o desenvolvimento de negócios que possam contribuir para o desenvolvimento e a expansão da Economia Azul.

Contempla:

- Capacitação em áreas relevantes para o desenvolvimento da economia azul (Pesca; transformação de subprodutos da pesca; controlo de qualidade; artesanato e bijuterias; atividades Marítimo turísticas, etc);
- Incubação incluindo assistência técnica;
- Concurso de Ideias (promover o empreendedorismo, identificar e atrair ideias inovadoras que possam contribuir para um maior aproveitamento das potencialidades de cada ilha).

## PÚBLICO-ALVO

O programa é destinado a todos os empreendedores com ideias de negócios e de projetos empresariais na área da Economia Azul, bem como a empresas que já atuam neste sector de atividade, sendo que a empresa não pode ter mais de dois anos de vida.

## ACESSO AOS RECURSOS

O promotor deve cumprir alguns requisitos, nomeadamente:

- Ser promotor de um projeto de negócio na área da Economia Azul;
- Ser Cabo-verdiano e residente em território nacional;
- O projeto deverá ser implementado em Cabo Verde;

Para o caso de empresas já constituídas, ter no máximo 2 anos de existência, as mesmas devem ter sede no país e cumprirem com todas as condições legais necessárias para o exercício da atividade, bem como estarem em situação regularizada face à Autoridade Tributária (Finanças) e à Previdência Social (INPS).



## EXPRESS+

### ÂMBITO

Programa de desenvolvimento empresarial criado e gerido pela Pró Empresa numa perspetiva de responder, através da prestação de serviços de Assistência Técnica, às necessidades específicas manifestadas pelas Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME).

### PÚBLICO-ALVO

Micro, Pequenas e Médias Empresas

### ACESSO AOS RECURSOS

- Ser uma MPME cabo-verdiana devidamente licenciada; A atividade económica desenvolvida deve conter e apresentar potencial de crescimento;
- Ter a situação tributária e contributiva regularizada perante a administração fiscal e a previdência social;
- Ou o promotor deve demonstrar predisposição em se engajar na mobilização de meios para viabilizar o cumprimento dessas obrigações legais;
- Start Ups inovadoras e com potencial de crescimento.





# PRÓ CRÉDITO

## ÂMBITO

Programa de atendimento técnico de financiamento da Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) que tem como objetivo principal melhorar as condições de acesso ao novo programa de crédito, incentivar uma passagem de unidades produtivas informais para a economia formal, implementar uma contabilidade organizada, o uso de energias limpas, a adoção de instrumentos digitais, bem como estimular o desenvolvimento das Fintech (tecnológicas financeiras).

## PÚBLICO-ALVO

Micro, Pequenas e Médias Empresas

## ACESSO AOS RECURSOS

### Eixo I

Apoio direto a todas as MPME disponibilizando cofinanciamento para despesas com:

- Serviços de contabilidade e auditoria - melhoria da informação financeira;
- Serviços para organização do Dossier de Financiamento;
- Serviços para implementação ou melhoria dos sistemas de informação, transição energética ou digital e processos de atualização.

### Eixo II

Corresponde ao envolvimento de parceiros e à melhoria do ambiente de negócios. Os parceiros do Programa são:

- A OPACC – Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas de Cabo Verde, pelo seu apoio aos profissionais de auditoria e contabilidade;
- As Instituições de Microfinanças, por apoio à formalização de negócios e por apoio no acesso ao financiamento por microcrédito;
- Como incubadoras, por apoio à formalização de negócios e por apoio ao acesso ao financiamento.

### Eixo III

Apoio à inovação das empresas Fintech: Fintechs cofinanciadas relativas a despesas de eventos tecnológicos ou à sua participação em investimentos ou de investidores que pretendem vir a disponibilizar serviços financeiros a serem Médias Empresas.



## STARTUP JOVEM

### ÂMBITO

Visa promover o empreendedorismo através de Start-up, entendida como empresa nova, até mesmo embrionária ou ainda em fase de constituição, que promove um projeto promissor, ligado ao desenvolvimento de uma ideia inovadora de negócio, com base tecnológica ou não.

### PÚBLICO-ALVO

Jovens empreendedores

### ACESSO AOS RECURSOS

Ter uma idade compreendida entre os 18 e os 35 anos;  
Ter nacionalidade cabo-verdiana;  
Ter formação superior ou profissional (níveis 4 e 5);  
Sejam promotores de empresa nova, até mesmo embrionária ou ainda em fase de constituição, que promove um projeto promissor, ligado ao desenvolvimento de uma ideia inovadora de negócio, com base tecnológica ou não;  
Ter um projeto de investimentos na inovação e expansão de atividades já existentes e que criem postos de trabalho adicionais aos existentes;  
Esteja com situação regularizada em matéria de licenciamento da atividade, de fiscalidade e de previdência social.  
Ter uma micro ou pequena empresa ou cooperativa formalmente constituída nos termos da lei, com capital social detido em pelo menos 60% por jovens com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos, licenciados ou com certificação de curso de formação profissional (níveis 4 e 5) e com situação regularizada em matéria de licenciamento da atividade, de fiscalidade e de previdência social.

#### Condições do Financiamento

Montante mínimo de 500 mil escudos (correspondente a 4,5 mil euros e 5 mil dólares) e máximo de 5 milhões de escudos (correspondente a 45,3 mil euros e 50,5 mil dólares);  
Capital próprio: 5% a 15% (cinco a quinze por cento) do montante do investimento;  
Garantia: de 50 a 80% (cinquenta a oitenta por cento) do montante em dívida a cada momento, através da Pró-Garante;  
Reembolso: máximo 120 (cento e vinte) meses para o montante máximo de financiamento;  
A taxa de juro é bonificada em 50% pelo Estado.



# PROGRAMA DE INCUBAÇÃO

## ÂMBITO

Visa apoiar os empreendedores no desenvolvimento de ideias de negócio, definição dos objetivos empresariais e reunir um conjunto de recursos e serviços específicos suscetíveis de apoiar o seu desenvolvimento e sucesso na fase de arranque.

## PÚBLICO-ALVO

Para empresas em fase de arranque (start-up) residente numa incubadora

## ACESSO AOS RECURSOS

Compete às universidades a identificação dos beneficiários (estudantes do último ano de licenciatura e os recém-formados); o apoio na estruturação das ideias; o apoio à formalização, disponibilizando o espaço e os docentes da Universidade; e participar na promoção do Programa e na divulgação dos resultados obtidos.

À Pró Empresa cabe a avaliação e decisão sobre a candidatura apresentada pela Entidade Parceira; o apoio durante o programa; o acompanhamento dos beneficiários após finalização do programa; participação na promoção do Programa e divulgação dos resultados obtidos; e recolha de sugestões de melhoria e participação na promoção dos resultados.

## INSTITUIÇÕES RELEVANTES

Lista-se uma rede de instituições que apoiam o ecossistema empresarial.

### 1. CABO VERDE TRADEINVEST (CVTI)

#### Objeto

Entidade pública competente para promoção, divulgação, coordenação, facilitação e acompanhamento das oportunidades de investimento no país e das exportações de bens e serviços produzidos em Cabo Verde.

#### Missão

Coordenar o processo de investimento, bem como proceder à receção, análise, negociação e contratualização dos projetos.

#### Serviços

Formalidades administrativas de projetos de investimento.

#### Contactos

info@cvtradeinvest.cv | www.cvtradeinvest.cv

##### Praia

Rotunda da Cruz do Papa, N.º 5 C.P. 89 C – ASA, Praia  
(+238) 260 41 10 / 41 11

##### S. Vicente

Rua Machado, Prédio da Electra Sede R/C, Mindelo  
(+238) 231 07 75

##### Sal

Avenida dos Hotéis, Hotel Ouril Pontão, Santa Maria  
(+238) 354 28 78

##### Norte da Europa

José Martins; jose.martins@cvtradeinvest.cv; Tel: (+46) 728310046

##### Atendimento

Das 08:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira

### 2. PRÓ EMPRESA

#### Objeto

A Pró Empresa é um Instituto Público de regime especial com a natureza de serviço personalizado do Estado, dotado de personalidade coletiva pública e de inerente autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

O Instituto atua no ecossistema empresarial promovendo a competitividade, o empreendedorismo e as empresas, através de prestação de assistência técnica e financeira, bem como identificar e propor soluções políticas para a melhoria do ambiente de negócios e atuando sempre em estreita parceria com os demais atores económicos.

#### Missão

Promover o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas cabo-verdianas, através de mecanismos facilitadores de acesso à assistência técnica, financiamento e inovação, garantindo competitividade à economia nacional.

#### Serviços

Promoção Empresarial e Empreendedorismo  
Programas: StartUp Jovem, Promeb, Express+, Pró Crédito, Ecossistema e Empreender Universitário.

#### Contactos

Edifício BAI-Center, Av. Cidade de Lisboa, Praia

(+238) 260 19 80

proempresa@proempresa.cv

##### Atendimento

Das 08:00 às 17:00, de segunda a sexta-feira

**3. CASA DO CIDADÃO**

**Objeto**

Facilitar o relacionamento entre o Estado e os cidadãos. Funciona como balcão único das PME para efeitos do processo de constituição e registo comercial.

**Missão**

Disponibilizar serviços públicos de terceiros a cidadãos e agentes económicos, em Cabo Verde e na diáspora, através de canais de interação presencial e remota, com qualidade e a um preço justo. Espalhar o seu modelo de atendimento por toda a administração pública cabo-verdiana e contribuir para a melhoria de desempenho dos canais de interação direta por parte de outras entidades, quer a nível nacional, quer internacional.

**Serviços**

END - Criação da Empresa no Dia  
Contribuições e Impostos; Previdência Social  
Licenciamento Comercial a Grosso  
Reconhecimento de Assinatura  
Nacionalidade  
Família, Educação e Formação

**Contactos**

(+238) 260 55 00  
casadocidadao@casadocidadao.gov.cv  
**Atendimento**  
Online: <https://portondinosilhas.gov.cv>  
Linha telefónica gratuita: 800 20 08  
Das 07:30 às 19:30, de segunda a sexta-feira  
Sábados, das 09:00 às 13:00  
Presencial:  
Das 08:00 às 17:00, de segunda a sexta-feira  
Sábados, das 9:00 às 13:00 (Casas do Cidadão da Praia e Mindelo)  
Fila de espera online para atendimento: [www.nhabex.com](http://www.nhabex.com)

**4. INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (IEFP)**

**Objeto**

Entidade pública nacional de execução das políticas e medidas de promoção do emprego, empreendedorismo e formação profissional, que exerce, preferencialmente, as suas atribuições junto do setor privado, dos municípios e das ONG, e, em estreita articulação com os departamentos governamentais competentes, serviço central de conceção e de integração técnica e normativa nos domínios da formação profissional, emprego e estágios profissionais, as organizações da sociedade civil e as entidades representativas do setor privado.

**Missão**

Promover o emprego e a empregabilidade dos cidadãos através da execução de políticas e medidas ativas e passivas de emprego, empreendedorismo, autoemprego, formação profissional, e estágios profissionais, preferencialmente, através do setor privado, dos municípios e das ONG, em harmonia com as diretrizes e opções estratégicas definidas pelo Governo.

**Serviços**

Formações inicial e contínua  
Estágio profissional  
Intermediação laboral  
Orientação profissional  
Empreendedorismo e autoemprego  
Subsídio de desemprego e desempregados de longa duração

**Contactos**

Rampa da Praia Negra, Edifício Milcar, 3.º e 4.º andares  
(+238) 261 64 46 | (+238) 261 64 32  
iefp@iefp.gov.cv  
**Atendimento**  
Das 08:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira

**5. ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DE CABO VERDE (EHTCV)****Objeto**

Centro público de formação profissional que, através da articulação das componentes teórica, prática e de prestação de serviços, assegura a preparação dos formandos, com elevadas qualificações, para o exercício de actividades profissionais, nas áreas da hotelaria, da restauração e do turismo, e bem assim para o desenvolvimento da capacidade empreendedora e de gestão de empresas e infra-estruturas nos mesmos domínios.

**Missão**

Qualificação de recursos humanos para o turismo e outras atividades conexas, como a hotelaria e a restauração. Ministrando cursos e outras acções de formação não conferentes de nível profissional, tendo em vista, designadamente, o aperfeiçoamento, a reciclagem, a reconversão, a especialização e o treino de pessoal.

**Serviços**

Oferta formativa:  
Cozinha;  
Pastelaria e Panificação;  
Restaurante/Bar;  
Gestão Hoteleira;  
Andares/"Housekeeping"; e  
Guia de Turismo.

**Contactos**

Palmarejo Grande 375-A, Praia  
(+238) 260 22 30  
info@ehtcv.edu.cv

**Sal**

Mercado de Santa Maria  
(+238) 244 11 74 | (+238) 582 53 90  
nes.ehtcv@gmail.com

**Atendimento**

Das 08:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira

**6. CÂMARA DE COMÉRCIO DE SOTAVENTO (CCS)****Objeto**

Instituição destinada a promover e regular a atividade económica em particular nos domínios da Indústria, Comércio, Agricultura e Serviços.

**Missão**

Contribuir para o fortalecimento do associativismo empresarial, para um ambiente de negócios favorável à realização de atividades económicas e empresariais e para a edificação de um sector privado produtivo, competitivo, capaz de criar riqueza e empregos e promover o crescimento económico.

**Serviços**

Capacitação Empresarial  
Arrendamento de espaços  
Licenciamento Comercial  
Balcão da Casa do Cidadão  
Balcão dos Serviços da Câmara Municipal  
Apoio à Internacionalização

**Contactos**

Av. OUA N.º 39, Achada Santo António, Praia  
(+238) 261 53 52  
geral.ccs@ccs.cv

**Atendimento**

Das 08:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira

**7. CÂMARA DE COMÉRCIO DE BARLAVENTO (CCB)**

**Objeto**

Integrar uma rede relevante de contactos, nacionais e internacionais, promotora do networking entre diferentes organizações e que coloca as empresas em contacto directo com potenciais parceiros, permitindo-lhes alargar a sua actividade e potenciar os negócios B2B.

**Missão**

Conseguir transformar as condições em que os empresários da região desenvolvem a sua atividade, eliminando ou atenuando os constrangimentos que limitam ou dificultam esse desenvolvimento; Criar as condições para que o empreendedorismo qualitativo se imponha e frutifique na região, visando uma densificação do tecido empresarial privado e, por essa via, a criação de postos de trabalho suficientes para combater o desemprego; Promover e explorar todas as potencialidades económicas da região, com desenvolvimento de novas áreas de negócio, geradoras de rendimentos elevados e indutoras de crescimento económico.

**Serviços**

Licenciamento Comercial; Formação profissional Missões Empresariais; Organização de Eventos Financiamentos; Incubadora IMSV Arbitragem e Conciliação Propriedade Intelectual

**Contactos**

Avenida 5 de Julho, Mindelo, São Vicente  
 (+238) 232 84 95  
 sede@becv.org  
 Porto Novo : (+238) 222 80 13; Email: s.antao@becv.org  
 Ribeira Brava ; (+238) 232 84 95; Email: s.nicolau@becv.org  
 Espargos Tel: (+238) 241 37 11; Email: sal.becv@becv.org  
 Sal-Rei: (+238) 225 12 79; Email: boa.vista@becv.org  
**Atendimento**  
 Das 08:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira

**8. INSTITUTO DO TURISMO DE CABO VERDE (ITCV)**

**Objeto**

Serviço personalizado do Estado para reforçar a articulação institucional com todas as estruturas do Estado, com o setor privado e demais stakeholders da indústria turística, em alinhamento com as melhores práticas internacionais neste setor. Assegura a execução da política nacional de turismo.

**Missão**

O ITCV tem por missão a regulação e a fiscalização do setor do turismo, a implementação da política no setor do turismo e estudo e análise de tendências nacionais e internacionais no setor do turismo, a promoção de infraestrutura de apoio turístico, incluindo postos de informação turística e sinalética, o licenciamento de atividades turísticas, a promoção e supervisão interna e externa de Cabo Verde como destino turístico e o apoio ao investimento no setor do turismo.

**Serviços**

Licenciamento de atividades turísticas

**Contactos**

Edifício dos CTT, Rua Amizade, Santa Maria, Sal  
 itcv@mtt.gov.cv  
 (+238) 351 04 10  
 www.visit-caboverde.com  
**Delegação da Região Norte**  
 Avenida Marginal, Prédio RTC, 1º andar, Mindelo  
 (+238) 333 30 50  
**Delegação Região Sul**  
 Rua Cidade Funchal, n.º 2, Rés-do-chão, ASA, Praia  
 (+238) 333 60 89  
**Atendimento**  
 Das 08:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira

## 9. CÂMARA DE TURISMO DE CABO VERDE (CTCV)

### Objeto

Entidade organizada da sociedade civil, formada por empresários e agentes do setor turístico, é a instância responsável por defender os interesses do setor turístico no país. Com sede em Santa Maria, Ilha do Sal, a entidade assume papel atuante e de relevância dentro da sua missão no contexto do Turismo nacional e internacional.

### Missão

O aprofundamento das relações com os agentes económicos do setor; O desenvolvimento das relações institucionais; O apoio para promoção do turismo de Cabo Verde; A cooperação na interlocução com instituições, nacionais e internacionais; O desenvolvimento de uma visão estratégica com propostas no âmbito do desenvolvimento da economia e do turismo, da solução do problema do financiamento da economia, e da ultrapassagem dos constrangimentos atuais do setor do turismo residencial; A defesa dos interesses dos associados, procurando harmonizar soluções convergentes, no âmbito do conceito e da ideia de desenvolvimento social.

### Serviços

Estatuto de Utilidade Turística

### Contactos

Porto Antigo 2 Residence, Santa Maria, Sal  
(+238) 242 13 61 | (+238) 242 17 71 | (+238) 988 84 93  
sonia.leite@camaraturismo.cv

#### Atendimento

Das 08:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira

## 10. ORDEM PROFISSIONAL DOS AUDITORES E CONTABILISTAS CERTIFICADOS (OPACC)

### Objeto

Cabe à Ordem, em regime exclusivo para todo o território nacional, a certificação de todos os profissionais de auditoria e contabilidade, bem como das sociedades de auditores e contabilistas, os quais não poderão exercer a sua atividade em Cabo Verde sem essa certificação.

### Missão

Superintender em todos os aspectos relacionados com o acesso às profissões de auditor e contabilista certificados; Certificar os Associados, de acordo com as correspondentes categorias profissionais, emitindo as respectivas Cédulas Profissionais.

### Serviços

Formação profissional contínua em contabilidade e auditoria  
Venda de manuais das normas de auditoria da International Federation of Accounts (IFAC) em português

### Contactos

Prédio da TecniciL Indústria, 3º eq.; ASA; CP 417-A  
(+238) 262 21 38  
opacc-praia@cvtelecom.cv

#### Mindelo

Prédio da Farmácia Mindelo, 1º andar; Av. Baltazar Lopes da Silva  
(+238) 231 85 07  
opacc-mindelo@cvtelecom.cv

#### Atendimento

Das 08:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira

**11. ORDEM DOS ENGENHEIROS DE CABO VERDE (OECV)**

**Objeto**

Associação pública representativa dos licenciados em Engenharia que exercem a profissão de engenheiro.

**Missão**

Contribuir para o progresso da engenharia, estimulando os esforços dos seus associados nos domínios científico, profissional e social, bem como o cumprimento das regras de ética profissional.

**Serviços**

Atribuir o título profissional de engenheiro  
Produção de textos técnicos, científicos e profissionais  
Acompanhamento da situação geral do ensino da engenharia  
Formação, actualização e especialização dos seus membros

**Contactos**

Avenida Santiago, Palmarejo, Cidade da Praia  
**Sal**  
Morro Curral (Junto BCA), Espargos  
(+238) 241 29 91  
oecvsalboavista@sapo.cv  
**São Vicente**  
Fonte Meio, Madeiralzinho  
(+238) 231 00 98  
oecv.sv@cvtelecom.cv  
**Santo Antão**  
Rua Horta, Ribeira Grande; E-mail:  
oecvsantoantao@outlook.com  
**Atendimento**  
Das 08:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira

**12. ORDEM DOS ADVOGADOS DE CABO VERDE (OACV)**

**Objeto**

Associação pública representativa dos licenciados em Direito que exercem profissionalmente a advocacia em Cabo Verde.

**Missão**

Por um lado, uma ligação intrínseca à defesa do Estado de Direito e dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, por outro lado, o dever de colaboração na administração da Justiça, e ainda, o dever constitucional de assegurar o acesso ao direito e aos tribunais por parte dos cidadãos.

**Serviços**

Atribuição do título profissional de advogado  
Registos de autenticações e certificações  
Publicações da Ordem

**Contactos**

Rua Serpa Pinto, Plateau, Praia  
(+238) 261 97 55  
ordemadvogados@cvtelecom.cv / bastonariooacv@gmail.com  
**Atendimento**  
Das 08:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira

**13. BUSINESS INCUBATION CENTER (BIC)****Objeto**

Incubadora de empresas que visa criar um ambiente favorável para o surgimento de empresas inovadoras e com alto potencial de escala.

**Missão**

Apoiar na afirmação das micro, pequenas e médias empresas ao criar um ambiente que estimula, numa lógica de mercado, o desenvolvimento de iniciativas empreendedoras, visando a inovação e a geração de empresas economicamente sustentáveis em Cabo Verde.

**Serviços**

Atividades de Promoção de Empreendedorismo  
Programa de Aceleração de Ideias  
Programa de Incubação de Empresas

**Contactos**

Av. Santiago nº28, Palmarejo, Praia, Santiago  
(+238) 260 37 20 | 974 35 00 | 915 90 06  
geral@bic.cv

**Atendimento**

Das 08:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira

## SERVIÇOS PÚBLICOS RELEVANTES

Lista-se um conjunto de serviços público responsáveis pela atividade administrativa ou de prestação direta e indireta de serviços aos empresários, exercidas por um órgão ou entidade da administração pública ou pela iniciativa empresarial.

**1. PORTAL CONSULAR****Perfil**

Ponto único de contacto que permite disponibilizar um conjunto alargado de serviços online aos cabo-verdianos na diáspora, contribuindo, assim, para assegurar uma reforma substancial no sistema de atendimento e de prestação de serviços.

**Serviços**

Passaportes eletrónicos, certificação do Estatuto do Investidor Emigrante, emissão de certidões, transcrição de registos com dispensa de auto de declarações (registo civil com menção de nascimento, casamento, divórcio, perfilhação, óbito), renovação e validação de Carta de Condução e de outros documentos essenciais para a comunidade cabo-verdiana no exterior, em estreita articulação com os serviços centrais competentes.

Website: <https://portalconsular.mnec.gov.cv>

**Contactos**

Avenida do Restelo, 33, 1449-025 - Lisboa  
(+351) 213 041 440  
portalconsular@mnec.gov.cv

## 2. CÂMARAS MUNICIPAIS

### Perfil

Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal.

### Serviços

Ação Social e Saúde; Ambiente; Apoio às Atividades Económicas e Investidor; Cultura; Desporto; Educação; Juventude; Polícia Municipal; Proteção Civil; Turismo.

### Contactos

Associação Nacional dos Municípios Cabo-verdianos (ANMCV)  
www.anmcv.cv | (+238) 262 36 34  
anmcv35@sapo.cv

## 3. DIREÇÃO NACIONAL DE RECEITAS DO ESTADO (DNRE)

### Perfil

Tem por missão propor a política, o planeamento e a regulamentação em matéria de receitas do Estado e assegurar a coordenação, o controlo central e a avaliação dos respetivos sistemas.

### Serviços

Direção Geral das Contribuições e Impostos (DGCI)  
Direção Geral das Alfândegas (DGA)

### Contactos

DGA: (+238) 261 77 58  
DGCI: (+238) 261 77 59  
helpdesk@dnre.gov.cv

## 4. DIREÇÃO NACIONAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ENERGIA (DNICE)

### Perfil

Serviço responsável pela conceção, execução e avaliação da política energética, industrial e comercial, bem como pela apresentação de propostas visando o crescimento, a melhoria e o aumento da produtividade e competitividade do setor. Faculta informações sobre as normas jurídicas que regulam o exercício de atividades do setor.

### Serviços

Serviço de Indústria (SI); Serviço do Comércio (SC); e Serviço de Energia (SE).  
O SE é responsável pela conceção, execução e avaliação da política energética e de dessalinização.

### Contactos

Edifício do Ex-Comando Naval, CP 34, Mindelo  
(+238) 230 01 51  
albertino.martins@mem.gov.cv

**5. DIREÇÃO NACIONAL DE PESCA E AQUACULTURA (DNPA)****Perfil**

Serviço responsável pela execução das atividades de apoio ao desenvolvimento das pescas e aquacultura, bem como pela articulação dos processos de investigação, valorização e exploração sustentável dos recursos marinhos nacionais.

**Serviços**

Licenciamento de centros de produção aquícola e marinha; Licença de pesca a embarcações nacionais e internacionais.

**Contactos**

Edifício do Ex-Comando Naval, CP 34, Mindelo  
(+238) 230 01 51  
albertino.martins@mem.gov.cv

**6. INSTITUTO MARÍTIMO PORTUÁRIO (IMP)****Perfil**

Assegura o cumprimento das normas nacionais e internacionais relativas ao setor marítimo e portuário, particularmente no concernente à segurança da navegação, dos navios e das instalações portuárias à salvaguarda da vida humana no mar e proteção do meio ambiente marinho, bem como às condições de higiene, bem-estar, trabalho, formação e certificação do pessoal marítimo.

**Serviços**

Autoriza o exercício das atividades marítimas e de tráfego local; Vistoriar navios e outros equipamentos flutuantes e proceder à sua certificação.

**Contactos**

Rua Patrice Lumumba, Edifício da Ex-ACIAB, C.P. 7, Mindelo  
(+238) 232 43 42 | (+238) 232 43 43  
info@imp.cv

**7. AGÊNCIA DE REGULAÇÃO MULTISSETORIAL DA ECONOMIA (ARME)****Perfil**

Autoridade administrativa e independente, que desempenha a atividade administrativa de regulação técnica e económica dos setores das comunicações, energia, água e transportes coletivos urbanos e interurbanos de passageiros.

**Serviços**

Fixação de preços e tarifas; Garantir a proteção dos direitos e interesses legítimos dos consumidores.

**Contactos**

Av. da China, Prédio ARME, 5.º Andar, Chã d'Areia, Praia  
(+238) 260 44 00/01/02/03  
info@arme.cv

## 8. BANCO DE CABO VERDE (BCV)

### Perfil

Banco central, detém o exclusivo da emissão de moeda, colabora na definição das políticas monetária e cambial do Governo e executa-as de forma autónoma, exercendo as suas funções nos termos da lei e das normas e compromissos internacionais a que o Estado de Cabo Verde se vincule.

### Serviços

Autoridade Monetária e Estabilidade Macroeconómica; Estabilidade Financeira; Sistema de Pagamentos; Comunicação, Prestação de Serviços e Parcerias

### Contactos

Avenida OUA, nº 02, Código Postal nº 7954 - 094, Praia  
(+238) 260 70 00  
amarques@bcv.cv

## 9. ENTIDADE REGULADORA INDEPENDENTE DA SAÚDE (ERIS)

### Perfil

Regular e supervisionar as atividades dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde, dos setores dos medicamentos de uso humano, medicamentos veterinários, dispositivos médicos e estabelecimentos do setor alimentar.

### Serviços

Fiscalizar a aplicação e o cumprimento das leis, normas e requisitos técnicos aplicáveis aos setores regulados, bem como das disposições dos respetivos títulos de exercício de atividade, designadamente promovendo a realização de sindicâncias, inquéritos ou auditorias.

### Contactos

Avenida Cidade de Lisboa, Várzea - Praia 296 - A, Cabo Verde.  
(+238) 262 64 10 | (+238) 262 24 53 | (+238) 262 64 57  
eris@eris.cv

## 10. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS (INE)

### Perfil

Órgão executivo central de produção e difusão das estatísticas oficiais no âmbito do Sistema Estatístico Nacional, revestindo a natureza de autoridade tecnicamente independente dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

### Serviços

Estatísticas Económicas e Empresariais; Inquérito Anual às Empresas; Inquérito às Despesas e Receitas Familiares; Inventário Anual de Estabelecimentos Hoteleiros; Inquérito aos Gastos e Satisfação dos Turistas etc.

### Contactos

Rua da Caixa Económica n.º 18, C.P. 116, Fazenda - Praia  
(+238) 261 38 27  
inecv@ine.gov.cv

**11. DIREÇÃO GERAL DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS (DGTR)****Perfil**

Regular, fiscalizar, instruir, aplicar coima e sanções acessórias e decidir os processos contraordenacionais rodoviários por violação ao Código da Estrada e legislações complementares.

**Serviços**

Licenciamento de escola de condução, transportes públicos, centros de inspeções de veículos.

**Contactos**

Tira Chapéu, Praia  
(+238) 261 57 07  
dgtrcv@gmail.com

**12. DIREÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO (DGRNI)****Perfil**

A Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação, é o serviço do Ministério da Justiça, que tem por missão assegurar o suporte técnico na conceção, implementação e avaliação das políticas e medidas relativas aos serviços de registo, do notariado, identificação civil.

**Serviços**

Identificação civil e registo civil  
Registo predial  
Registo automóvel  
Registo comercial  
Registo de pessoas coletivas  
Nacionalidade  
Notariado

**Contactos**

Rua Cidade do Funchal, Achada Santo António, Praia  
(+238) 333 72 37  
www.rni.cv

**13. INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DO TERRITÓRIO (INGT)****Perfil**

O INGT tem por missão prosseguir, a nível nacional, com as políticas públicas nos domínios do ordenamento do território e planeamento urbanístico; do cadastro predial; da cartografia e geodesia e das Infraestruturas de Dados Espaciais de Cabo Verde (IDE-CV).

**Serviços**

Ordenamento do território  
Urbanismo  
Informação geográfica  
Geodesia  
Cartografia básica  
Cartografia geológica  
Cadastro predial

**Contactos**

Rua Judice Baker n.º 114, Ponta Belém, Cidade da Praia  
(+238) 333 73 72  
ingt@ingt.gov.cv | www.ingt.gov.cv

# LEGISLAÇÃO RELEVANTE

Dá-se a conhecer a legislação relevante para a atividade empresarial

## 1. INVESTIMENTOS

### Regulação do investimento direto dos emigrantes

Lei n.º 73/IX/2020, de 2 de março  
<https://kiosk.incv.cv/V/2020/3/2/1.1.24.3139/p555>

### Lei de Investimento

Lei n.º 34/2013, de 24 de Setembro  
<https://kiosk.incv.cv/V/2013/9/24/1.1.50.1746/p1284>

## 2. TRIBUTAÇÃO

### Alteração e republicação de diversos códigos tributários

Lei n.º 86/IX/2020, de 28 de abril  
<https://kiosk.incv.cv/V/2020/4/28/1.1.53.3218/p1180>

### Código do IRPC

Lei n.º 82/VIII/2014, de 8 de janeiro  
<https://kiosk.incv.cv/V/2015/1/8/1.1.3.1957/p113>

### Código do IRPS

Lei n.º 78/VIII/2014, de 31 de dezembro  
<https://kiosk.incv.cv/V/2014/12/31/1.1.81.1952/p2344>

### Código do Imposto de Selo

Lei n.º 33/VII/2008, de 8 de dezembro  
<https://kiosk.incv.cv/V/2008/12/8/1.1.45.300/p744>

### Código dos Benefícios Fiscais

Lei n.º 86/IX/2020 de 28 de abril  
<https://kiosk.incv.cv/V/2020/4/28/1.1.53.3218/p1180>

### Regime Jurídico Especial das Micro e Pequenas Empresas

Lei n.º 70/VIII/2014, de 26 de agosto  
<https://kiosk.incv.cv/V/2014/8/26/1.1.51.1891/p1706>

### Código Geral Tributário

Lei n.º 47/VIII/2013, de 20 de dezembro <https://kiosk.incv.cv/V/2013/12/20/1.1.69.1778/p2235>

### Regime Geral das Infrações Tributárias Não Aduaneiras

Lei n.º 3/2014, de 29 de outubro  
<https://kiosk.incv.cv/V/2014/10/29/1.1.64.1918/p1960>

### Regime Geral das Taxas e das Contribuições

Lei n.º 100/VIII/2015, de 10 de dezembro  
<https://kiosk.incv.cv/V/2015/12/10/1.1.79.2112/p2603>

### Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA)

Lei n.º 21/VI/2003, de 27 de dezembro  
<https://kiosk.incv.cv/V/2003/7/14/1.1.21.1588/p268>

**3. TRABALHO****Código Laboral**

Lei n.º 5/2007 de 16 de outubro  
<https://kiosk.incv.cv/V/2007/10/16/2.1.37.348/p2>

**Regime Jurídico de Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais**

Lei n.º 88/2020, de 28 de dezembro  
<https://kiosk.incv.cv/V/2021/6/30/2.1.65.3797/p2>

**Bases do Sistema de Proteção Social**

Lei n.º 131/V/2001, de 22 de janeiro  
<https://kiosk.incv.cv/V/2001/1/22/1.1.2.649/p24>

**4. CONTABILIDADE****Código das Empresas Comerciais (CEC)**

Leis n.º 1 e 2/2019, de 23 de julho  
<https://kiosk.incv.cv/1.1.80.2861>

**Código de Contas do Sistema de Normalização Contabilístico e Relato Financeiro**

Lei n.º 5/2008, de 4 de Fevereiro  
<https://kiosk.incv.cv/V/2008/2/4/1.1.5.257/p62>

**Emissão de faturas/faturas-recibos eletrónicos**

Lei n.º 50/2022, de 7 de dezembro  
<https://kiosk.incv.cv/V/2022/12/7/1.1.117.4531/p2253>

**5. DIVERSAS****Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos**

Lei n.º 35/2014, de 17 de julho  
<https://kiosk.incv.cv/V/2014/7/17/1.1.43.1874/p1514>

**Indústria de transporte marítimo inter-ilhas de passageiros, carga geral e misto**

Decreto-Lei n.º 41/2019, de 24 de setembro  
<https://kiosk.incv.cv/V/2019/9/24/1.1.99.2924/p1555>

**Código de Recuperação e de Insolvência**

Lei n.º 116/VIII/2016, de 22 de março  
<https://kiosk.incv.cv/V/2016/3/22/1.1.19.2163/p561>

**Regime jurídico das Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS)**

Lei n.º 58/2009, de 14 de dezembro  
<https://kiosk.incv.cv/V/2009/12/14/1.1.47.240/p1044>

## FORMAÇÃO E ACONSELHAMENTO EMPRESARIAL

Os programas de reforço de capacidades apresentados adiante têm por objetivo promover o empreendedorismo como competência essencial e reforçar as capacidades dos empreendedores e investidores, especialmente nos domínios da gestão, governação, inclusão, garantia da qualidade e inovação, para que estejam mais bem preparados para o sucesso e colaborar com o setor privado/empresas/associações empresariais para explorar as oportunidades de negócio.

### BOSTON

- Boston, MA Entrepreneurship Events | Eventbrite - <https://www.eventbrite.com/d/ma--boston/entrepreneurship/>
- Upcoming Entrepreneurship Events in Boston - <https://allevents.in/boston/entrepreneurship>
- SBA - U.S. Small Business Administration - <https://www.sba.gov/>
- SCORE Business Mentoring - <https://www.sba.gov/local-assistance/resource-partners/score-business-mentoring>
- Small Business Development Centers (SBDC) - <https://www.sba.gov/local-assistance/resource-partners/small-business-development-centers-sbdc>

### LISBOA

- Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante: <https://www.acm.gov.pt>
- Semana do Empreendedorismo | Visit Lisboa - <https://www.visitlisboa.com/pt-pt/eventos/semana-do-empreendedorismo-22>
- Web Summit Lisbon, 13-16/Novembro/2023 - <https://websummit.com/schedule>
- Startup Lisboa - <https://www.startuplisboa.com/>
- Eventbrite - Eventos de Negócios - <https://www.eventbrite.com.br/b/portugal--lisboa/business/>

### PARIS

- Angelina County - <http://elan-pepinieres-entreprises.fr/>
- Eventbrite - Paris, France Startup Events - <https://www.eventbrite.com/d/france--paris/startup-events/>
- Bpifrance Création - <https://bpifrance-creation.fr/>
- Les Scop - <https://www.les-scop.coop/>
- ADIE - <https://www.adie.org/>

## GLOSSÁRIO

Este glossário foi criado para facilitar a compreensão e clarificar alguns dos termos mais comuns usados. Foi dada ênfase à clareza e à brevidade em vez de se tentar abranger todos os detalhes complexos.

### A

#### Aforamento

Cedência, por longo prazo ou perpétua do usufruto de uma propriedade, mediante o pagamento de determinada renda.

#### Ativos fixos tangíveis

São todos os bens e materiais tangíveis e físicos que podem ser palpáveis. Alguns exemplos de ativos tangíveis são: terrenos, edifícios, instalações técnicas, mobília, equipamentos informáticos (computadores, impressoras, ...), meios de transporte que constituem património da empresa, utilizados para o transporte de pessoas, mercadorias, materiais ou animais, etc.

#### Ativos fixos intangíveis

São os bens e direitos que não são físicos ou palpáveis, nos quais se incluem: marcas registadas, patentes, direitos autorais, licenças e autorizações.

### B

#### Business Angel (BA)

Investidor individual que investe diretamente predominantemente em empresas em fase de arranque. Os BA, para além de investimento, fazem o acompanhamento e dão apoio estratégico aos empreendedores. São também conhecidos como Investidores Informais em Capital de Risco.

#### Business to Business (B2B)

Comércio de empresa para empresa. Quando uma empresa tem como

público-alvo para os seus produtos e serviços outra empresa. A tecnologia B2B é por vezes conhecida por tecnologia de empresas. É diferente da B2C, que se trata de comércio entre a empresa e o consumidor final, onde os produtos ou serviços são vendidos diretamente aos consumidores finais.

### C

#### Caderno de Encargos

Peça concursal obrigatória em todos os procedimentos de contratação pública. É um documento onde estão definidas as regras de gestão do fornecimento quer seja de bens, serviços ou empreitadas e que correspondem a cláusulas contratuais a serem observadas nesses fornecimentos.

#### Capital de Risco

Fundos de apoio às empresas de pequena e média dimensão, já estabelecidas e com potencial de crescimento. Com duração média de cinco a sete anos, os recursos investidos financiam as primeiras expansões, levando o negócio a novos patamares no mercado.

#### Certidão Comercial

A certidão assegura o acesso online aos registos e documentos de qualquer entidade sujeita a registo comercial - empresas, sociedades, cooperativas, empresas públicas ou outras. A certidão permanente de registo comercial pode ser: de registo, e disponibilizar os registos informatizados da entidade; de registo e documentos, e disponibilizar os registos informatizados e os documentos eletrónicos associados à entidade (exceto os documentos de prestação de contas); do pacto social/estatutos atualizados, e disponibilizar o último pacto social ou os estatutos atualizados. Deve ser requerido nos serviços dos Registos, Notariado e Identificação (RNI).

#### Certificado de Admissibilidade de Firma

Uma sociedade comercial precisa do certificado de admissibilidade para: a sua constituição; mudar de nome; mudar a sede para outro concelho; ou alterar o

objeto da sociedade. Contém a identificação da entidade que quer usar a firma ou denominação, a sua sede, natureza jurídica e as atividades a que a entidade se dedica. Deve ser requerido nos serviços dos Registos, Notariado e Identificação (RNI).

#### **Certidão do Registo Predial**

Esta certidão comprova, por exemplo, quem é a/o proprietária/o de um imóvel. Deve ser requerida nos serviços dos Registos, Notariado e Identificação (RNI).

#### **Contabilidade organizada**

Regime fiscal mais eficiente para atividades de maior complexidade e quando as despesas com a atividade são superiores a 25% dos rendimentos. Este regime fiscal é obrigatório nas seguintes situações: Todo o tipo de sociedades como sociedades anónimas ou sociedades por quotas; Todos os profissionais liberais ou empresários em nome individual que tenham um rendimento anual líquido superior a 10 milhões de escudos (correspondente a 91 mil euros e 101 mil dólares).

#### **Contrato de Sociedade**

O Código Civil apresenta uma definição ou "noção" de contrato de sociedade nos seguintes termos: "contrato de sociedade é aquele em que duas ou mais pessoas se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício em comum de certa atividade económica, que não seja de mera fruição, a fim de repartirem os lucros resultantes dessa atividade."

## **D**

#### **Direitos aduaneiros**

Os direitos aduaneiros decorrem de políticas comerciais. São cobrados sobre a importação de produtos provenientes de países terceiros, com base nas taxas da Pauta Aduaneira.

#### **Direito de importação**

São os impostos cobrados sobre produtos importados. Este imposto depende principalmente da quantidade de dinheiro cobrada pelo produto. As autoridades aduaneiras cobram direitos aduaneiros.

#### **Demonstração de resultados**

Documento contabilístico que evidencia os resultados (lucros ou prejuízos) obtidos na atividade desenvolvida pela empresa num determinado período.

## **E**

#### **Empreendedorismo**

Desenvolvimento de novas iniciativas geradoras de valor, resultantes da identificação e exploração de oportunidades tais como, novos produtos/serviços, processos, mercados.

#### **Emolumentos**

Taxas cobradas pelo Estado como contrapartida a um serviço.

## **F**

#### **Factoring**

Uma forma de cobrar dívidas de terceiros, disponível para as empresas que pretendam liquidez imediata, através de adiantamento dos valores faturados aos clientes. Normalmente, os problemas de liquidez e de tesouraria das empresas estão relacionados com atrasos de pagamentos de faturas dos clientes, por isso o crédito factoring (antecipação da faturação) é uma forma de dar resposta a estas dívidas.

#### **Financiamento**

Montante solicitado a uma instituição financeira utilizado para suportar a aquisição de um bem ou de um serviço.

## Fintech

A designação fintech abrevia a expressão financial technology, em português, tecnologia financeira. Uma fintech utiliza inovação tecnológica para criar novos serviços, produtos, modelos de negócio e processos. O conceito ou modelo, embora diretamente ligado ao setor financeiro, pode visar diversos mercados finais e empresas de várias dimensões que pretendam implementar soluções inovadoras na sua oferta de serviços, nomeadamente, na área dos pagamentos, atividade de intermediação de crédito, ativos e moedas virtuais, seguros, serviços de investimento ou de pagamentos (por exemplo, através da criação de referências ATM).

## G

### GW (Gigawatt)

Unidade de potência elétrica igual a 1000 MW (megawatt).

### GWh (Gigawatt-hora)

Igual a 1000 MW usados continuamente durante uma hora.

## I

### Imposto do Selo (IS)

O Imposto do Selo é um dos impostos cobrados pelo Estado e tem incidência sobre todos os contratos, documentos, atos, papéis, títulos ou outras situações jurídicas discriminadas na Tabela Geral do Imposto do Selo e não sujeitas ou isentas de IVA.

### Impostos sobre o Património

É um imposto que recai sobre as transmissões, a título oneroso, do direito de propriedade sobre bens imóveis ou de figuras parcelares desse direito (uso e habitação, direito de superfície, usufruto, entre outros).

## Incubadora

Instituições ou iniciativas que oferecem às startups a oportunidade de desenvolverem as suas ideias de negócio, beneficiando-as com apoio prático em termos de infraestrutura e aconselhamento, por um determinado período de tempo. É uma analogia com os nascimentos de bebés: os que nascem frágeis ficam dentro da incubadora até terem condições para seguir a vida fora delas.

## Inflação

Um indicador do aumento nos preços de bens e serviços ao longo do tempo.

## Inovação

Implementação de uma nova ideia ou melhoria de uma solução através de um novo produto, processo, método organizacional ou de marketing, com o objetivo de aumentar o desempenho, o conhecimento e a posição competitiva.

### Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC)

Imposto que incide sobre o rendimento das empresas com atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola a trabalhar em Cabo Verde. Incide sobre a totalidade dos seus rendimentos, incluindo os obtidos fora do território nacional.

### Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS)

Imposto único tributado sobre o rendimento líquido global do contribuinte ou do agregado familiar.

### Imposto de Valor Acrescentado (IVA)

Imposto que incide sobre o consumo que taxa os produtos, os serviços, as transações comerciais e as importações. Ou seja, qualquer um de nós quando adquire um bem tem de pagar não só valor relativo a esse bem, mas também o valor correspondente ao IVA, cuja taxa varia de caso para caso. Sendo um imposto financiado pelo consumidor final, é designado por imposto indireto, isto é, o fisco não o auferre diretamente do contribuinte.

## L

**Leasing**

O leasing ou locação financeira consiste numa modalidade de financiamento através da qual o locador (empresa de leasing), concede ao seu cliente (locatário), de acordo com as suas instruções, um bem móvel ou imóvel, mediante o pagamento de uma renda, por determinado prazo, ficando o cliente com uma opção de compra no final do mesmo prazo, perante o pagamento de valor residual.

## M

**Mercado-alvo**

Grupo de consumidores a quem a empresa decide dirigir os seus produtos, serviços e ideias com uma estratégia destinada a satisfazer necessidades e preferências.

**Micro-empresa**

Unidade empresarial que empregue até 5 trabalhadores e/ou tenha um volume de negócios bruto anual não superior a 5.000.000 escudos (correspondente a 45,3 mil euros e 50,5 mil dólares).

**Modelo 1B**

A declaração periódica de rendimentos onde é apurado o IRPC. Em regra, deve ser entregue anualmente, até o último dia do mês de maio do ano seguinte aos rendimentos, por transmissão eletrónica de dados.

## P

**Patente**

Uma patente é um direito exclusivo que se obtém sobre invenções. Uma invenção é uma solução técnica para resolver um problema técnico específico. A patente é um contrato entre o Estado e quem faz o pedido. Dá ao titular o

direito exclusivo de produzir e comercializar uma invenção, tendo como contrapartida a sua divulgação pública.

**Pequena empresa**

Unidade empresarial que empregue entre 6 a 10 trabalhadores e/ou tenha um volume de negócios bruto anual entre 5.000.000 escudos (correspondente a 45,3 mil euros e 50,5 mil dólares) e 10.000.000 escudos (correspondente a 90,7 mil euros e 101 mil dólares).

**Previdência Social**

Mecanismo público de proteção social e subsistência proporcionados mediante contribuição ao INPS - Instituto Nacional de Previdência Social. O objetivo é que o dinheiro acumulado ao longo de anos seja usado pelo trabalhador quando se aposentar ou caso perca a capacidade de trabalhar.

## R

**Registo Predial**

O registo predial destina-se essencialmente a dar publicidade à situação jurídica dos prédios, tendo em vista a segurança do comércio jurídico imobiliário. A certidão, emitida em papel, faz prova da situação jurídica de um imóvel no momento em que é emitida. Reúne e descreve os registos em vigor que dizem respeito àquele prédio. A certidão de registo predial comprova, por exemplo, a quem pertence o imóvel e se existem encargos sobre ele. Este registo é efetuado nos serviços dos Registos, Notariado e Identificação (RNI).

**Registo Comercial**

O registo comercial destina-se a dar publicidade à situação jurídica de comerciantes individuais, sociedades comerciais, sociedades civis sob forma comercial, estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, cooperativas, empresas públicas, agrupamentos complementares de empresas e agrupamentos de interesse económico, pessoas singulares e coletivas sujeitas, por lei, a registo. Através do registo comercial, podem ser

registados vários acontecimentos, desde a constituição de uma entidade até à sua extinção. Este registo é efetuado nos serviços dos Registos, Notariado e Identificação (RNI).

### **Retenção na fonte**

Mecanismo do sistema fiscal através do qual o Estado arrecada diretamente o vencimento de todos os trabalhadores por conta de outrem (tanto funcionários públicos como do setor privado), pensionistas ou trabalhadores independentes não isentos, fazendo com que, em vez de serem estes a transferir a parte do seu salário que está sujeita a impostos para o Estado, é a entidade empregadora que o faz.

## **S**

### **Standard Audit for Taxes Purposes (SAFT-CV)**

Ficheiro normalizado que contém dados contabilísticos emitidos durante um determinado período de tributação. Os sujeitos passivos de IRPC são obrigados a entregar o ficheiro SAFT-CV desde que exerçam atividade comercial, industrial ou agrícola em território cabo-verdiano. Devem comunicar a sua faturação mensal às Finanças até ao dia 20 do mês seguinte a que diz respeito.

### **Sociedades de Garantia Mútua**

Operadores financeiros que prestam às instituições bancárias as garantias que lhes permitem disponibilizar às PME empréstimos em condições mais favoráveis.

### **Spread**

Componente da taxa de juro, definida pelo banco, contrato a contrato, quando concede um empréstimo. Numa definição simples, o spread não é mais do que o lucro do banco quando concede um empréstimo.

### **Startup**

Uma startup é uma empresa nova, até mesmo embrionária ou ainda em fase de constituição, que conta com projetos promissores, ligados à pesquisa, investigação e desenvolvimento de ideias inovadoras. Há um alto risco envolvido no negócio. Mas, apesar disso, são empreendimentos com baixos custos iniciais e são altamente escaláveis, isto é, possuem uma expectativa de crescimento muito grande quando dão certo.

## **T**

### **Taxa de juro**

Prémio (remuneração) expresso em percentagem que a entidade que concede um determinado financiamento recebe da entidade que contraiu esse empréstimo, como forma de pagamento do serviço prestado e do custo de oportunidade do capital.

### **Taxa ecológica**

Valor que incide sobre embalagens não biodegradáveis, de metal, de vidro ou de matéria plástica sintética ou artificial, cuja receita reverte a favor do saneamento básico e da proteção do meio ambiente.

### **Tributo Especial Unificado (TEU)**

O Tributo Especial Unificado é de 4% sobre o volume de negócios e substitui, para todos os efeitos:

1. O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRPS);
2. O imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRPC);
3. O imposto sobre o valor acrescentado (IVA);
4. O imposto de incêndio; e
5. A contribuição para a previdência social devida pela entidade patronal.

## V

### **Volume de Negócios**

Valor líquido das vendas de bens e/ou serviços prestados de uma empresa. Em outras palavras, é a receita total que a empresa obteve sem contar os impostos diretos e descontos de clientes. Então, se eles forem deduzidos, passaríamos a falar sobre o lucro líquido.

## Z

### **Zonas Económicas Especiais (ZEEs)**

Áreas delimitadas que funcionam com regimes administrativos, regulatórios, e muitas vezes, fiscais diferentes (tipicamente mais liberais) do que as da economia doméstica, usadas por exemplo, para importações e produção preponderantemente voltada a exportações e atração de capital estrangeiro.



MINISTÉRIO DAS  
COMUNIDADES



**PROEMPRESA**  
INSTITUTO DE APOIO E PROMOÇÃO EMPRESARIAL

